

DOCUMENTOS EMPRESA

LICITAÇÕES



**J R BARBOSA CONSULTORIA, PLANEJAMENTO &
GESTÃO**

CNPJ: 39.435.986/0001-68

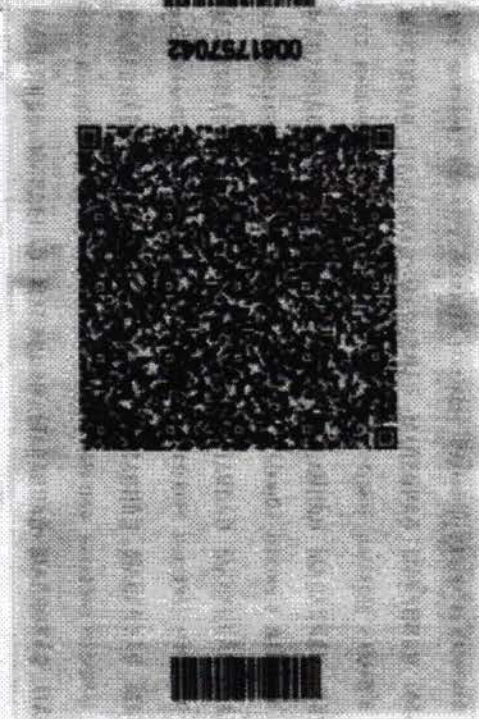
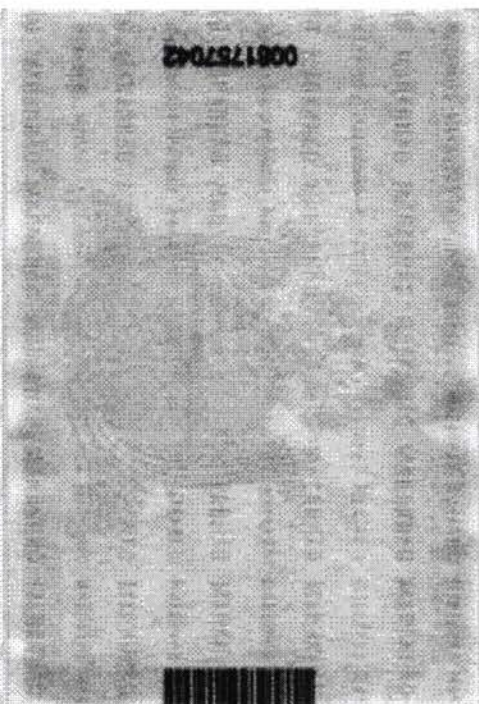
Fls. Nº 58
CPL

HABILITAÇÃO JURÍDICA

J R BARBOSA CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & GESTÃO

Rua Desembargador Sarney nº 60, Centro, Paulo Ramos – MA – CEP: 65.716-000

(98) 981049617 | assessoria.jrbs@gmail.com



Fls. N° 60
CPL

INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTÁBIL

Pelo presente instrumento particular de Ato Constitutivo:

JOSÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, EMPRESÁRIO, natural da cidade de Lago dos Rodrigues – MA, data de nascimento 19/03/1993, portador da Carteira de Identidade (RG): nº 0390854320100, expedida por SSP/MA em 05/10/2020 e CPF: nº 605.460.313-23, residente e domiciliado na cidade de Lago dos Rodrigues - MA, na RUA SANTO ANTONIO, nº 19, CENTRO, CEP: 65712-000.

Resolve constituir como empresário individual, mediante as seguintes cláusulas (art. 968, I, CC):

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 968, II, CC)

O empresário individual adotará como nome empresarial: **J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTÁBIL**, e usará a expressão **J R BARBOSA CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & GESTÃO** como nome fantasia.

CLÁUSULA II - DO CAPITAL (art. 968, III, CC)

O capital será de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), totalmente subscrito e integralizado, neste ato, da seguinte forma: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) em moeda corrente do País.

CLÁUSULA III - DA SEDE (art. 968, IV, CC)

O Empresário Individual terá sua sede no seguinte endereço: RUA SANTO ANTONIO, nº 19, CENTRO, Lago dos Rodrigues - MA, CEP: 65712000.

CLÁUSULA IV - DO OBJETO (art. 968, IV, CC)

O Empresário Individual terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: 6920-6/01 - ATIVIDADES DE CONTABILIDADE 6920-6/02 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA E AUDITORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA 8599-6/04 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de 6920-6/01 - ATIVIDADES DE CONTABILIDADE 6920-6/02 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA E AUDITORIA CONTABIL E TRIBUTARIA 8599-6/04 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL.

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 6920-6/01 - Atividades de contabilidade

CNAE Nº 6920-6/02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária

CNAE Nº 8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CLÁUSULA V - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO (art. 37, II, Lei nº 8.934, de 1994)

O empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

CLÁUSULA VI - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto nº 1.800/96)

A Empresa iniciará suas atividades na data do arquivamento deste ato na Junta Comercial do Estado do Maranhão e seu prazo de duração é indeterminado.

Fls. Nº <u>62</u>
CPL

INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL
J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTÁBIL

CLÁUSULA VII - PORTE EMPRESARIAL

O empresário declara que a empresa se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

E, por estar assim constituído, assino o presente instrumento.

Lago dos Rodrigues - MA, 14 de outubro de 2020

JOSE RONALDO BARBOSA DA SILVA
Empresário



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

Página 3 de 3

Fls. N° 62
CPL

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTABIL consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
60546031323	JOSE RONALDO BARBOSA DA SILVA

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2020 14:31 SOB Nº 21102346884.
PROTOCOLO: 200879758 DE 15/10/2020.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12004948807. CNPJ DA SEDE: 39435986000168.NIRE:
21102346884. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 14/10/2020.
J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTABIL

JUCEMA

LÍLIAN THERESA RODRIGUES
MENDONÇA SECRETÁRIA-GERAL
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTÁBIL**CNPJ N°: 39.435.986/0001-68****NIRE: 21.102.346.884****1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL**

José Ronaldo Barbosa da Silva, Brasileiro, Casado no regime parcial de bens, Empresário, Natural da cidade de Lago dos Rodrigues – MA, Data de Nascimento 19/03/1993, portador da carteira de identidade (RG): n° 0390854320100, expedida por SSP/MA em 05/10/2020 e CPF: n° 605.460.313-23, residente e domiciliado na cidade de Lago dos Rodrigues - MA, na Rua Santo Antônio, n°19, Centro, CEP: 65712-000, neste ato constitui único sócio da **J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTÁBIL**, com sede na Rua Santo Antônio, n° 19, Centro, Lago dos Rodrigues - MA, CEP: 65712-000, registrada na junta comercial do Estado do Maranhão – JUCEMA, sob o NIRE n° **21.102.346.884**, e inscrita no CNPJ sob o n° **39.435.986/0001-68**.

Resolve, assim, alterar o contrato social mediante as seguintes cláusulas e condições:

1° - O capital social é de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do País.

CLÁUSULA PRIMEIRA — NOME EMPRESARIAL

O nome empresarial continuará a ser **J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTÁBIL**, assumindo o ativo e o passivo e usará a expressão **J R BARBOSA CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & GESTÃO** como nome fantasia.

CLÁUSULA SEGUNDA — ENDEREÇO DA SEDE

A empresa tem sede na Rua Desembargador Sarney, n° 60, Centro – Paulo Ramos (MA), CEP: 65716-000.

CLÁUSULA TERCEIRA — OBJETO PRINCIPAL

6920-6/01 - Atividades de Contabilidade

CLÁUSULA QUARTA — OBJETO SECUNDÁRIO

6920-6/02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária, 8599-6/04- Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo, 8219-9/01 - Fotocopias, 8219- 9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente.

CLÁUSULA QUINTA — PRAZO DE DURAÇÃO

A presente empresa se constitui por prazo indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA — ADMINISTRAÇÃO

A administração da empresa será exercida por seu titular.

CLÁUSULA SÉTIMA — DECLARAÇÃO DO TITULAR

Declaro que não participo de nenhuma outra empresa da modalidade EMPRESARIO INDIVIDUAL.

CLÁUSULA OITAVA — DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO PARA O EXERCÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da SOCIEDADE EMPRESARIAL INDIVIDUAL LIMITADA, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA NONA — ABERTURA, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DE FILIAIS

O empresário poderá, a qualquer tempo, abrir, alterar e extinguir filiais e outros estabelecimentos no País ou fora dele, mediante alteração do ato constitutivo, devidamente assinada pelo titular da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da cidade de Paulo Ramos— MA, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes desse ato constitutivo.

Paulo Ramos-(MA), 26 de maio de 2022.

José Ronaldo Barbosa da Silva
CPF: nº 605.460.313-23
Empresário



**J R BARBOSA CONSULTORIA, PLANEJAMENTO &
GESTÃO**
CNPJ: 39.435.986/0001-68

Fls. N° 65
J
CPL

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

J R BARBOSA CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & GESTÃO
Rua Desembargador Sarney nº 60, Centro, Paulo Ramos – MA – CEP: 65.716-000
(98) 981049617 | assessoria.jrbs@gmail.com



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTABIL
CNPJ: 39.435.986/0001-68

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:24:20 do dia 20/02/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/08/2025.

Código de controle da certidão: **3205.CC23.F6A7.439D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 39.435.986/0001-68
Razão Social: J R B DA SILVA ASSESSORIA CONT
Endereço: RUA DESEMBARGADOR SARNEY / CENTRO / PAULO RAMOS / MA / 65716-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

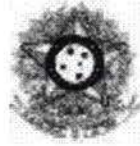
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/02/2025 a 19/03/2025

Certificação Número: 2025021808225976327860

Informação obtida em 20/02/2025 15:25:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTABIL (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 39.435.986/0001-68

Certidão n°: 9782827/2025

Expedição: 20/02/2025, às 15:27:37

Validade: 19/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTABIL (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 39.435.986/0001-68, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

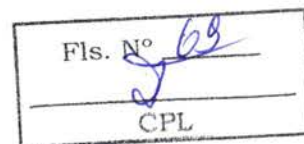
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 046748/25

Data da Certidão: 20/02/2025 15:28:17

CPF/CNPJ 39435986000168 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE
CONTRIBUINTE DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.

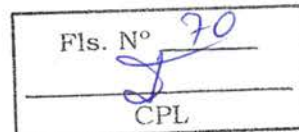
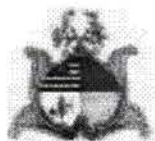
Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 21/05/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 20/02/2025 15:28:17



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 016539/25

Data da Certidão: 20/02/2025 15:29:27

CPF/CNPJ CONSULTADO: 39435986000168

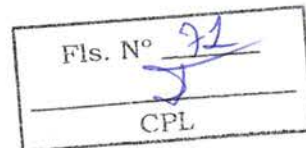
Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 21/05/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 20/02/2025 15:29:27



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 20/02/2025

Nº da certidão: 12500635317

Data de validade: 20/04/2025

Código de Validação: fa4a57df45

NOME: J R B DA SILVA ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL

CNPJ: 39.435.986/0001-68

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1º GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

- a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1º grau);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO RAMOS

SECRETARIA DE FAZENDA

Fls. N°

72

CPL

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Nº 411

DADOS DO CONTRIBUINTE

Inscrição Municipal

CPF/CNPJ

39.435.986/0001-68

Nome/Razão Social

J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTÁBIL

Endereço

RUA DESEMBARGADOR SARNEY, Nº60, PAULO RAMOS - MA, CEP: 65.716-000

ATIVIDADE PRINCIPAL

6920601 Atividades de Contabilidade

Requerida em: 03 de fevereiro de 2025

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito acima identificado que não constem em seu passivo ou que venham a ser apuradas, relativas a créditos tributários e não tributários, bem como pendências inscritas em dívida ativa, de acordo com as normas gerais de Direito Tributário e a legislação municipal.

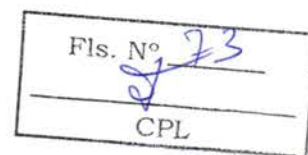
Validade (90 dias): 03 de maio de 2025

Paulo Ramos – MA, 03 de Fevereiro 2025



A autenticidade desta Certidão poderá ser conferida em:

<http://ma.paulosramos.tributario.aspec.com.br/portal.prefeitura/UC0035ValidarDocumento/T0035L-validar-documento.xhtml>

**Conselho Regional de Contabilidade do MARANHÃO****ALVARÁ DE ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL
DE SOCIEDADE**

O Conselho Regional de Contabilidade do MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Decreto-Lei nº. 9.295/46, expede o presente Alvará de Organização Contábil, para que surta os efeitos legais.

REGISTRO Nº MA-001553/O-4**VÁLIDO ATÉ: 31/03/2025****IDENTIFICAÇÃO:**

DENOMINAÇÃO..... : J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTABIL
NOME DE FANTASIA... : J R BARBOSA CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & GESTAO
CATEGORIA : EMPRESÁRIO(INDIVIDUAL)
CNPJ : 39.435.986/0001-68
ENDEREÇO : R RUA DESEMBARGADOR SARNEY, 60 , CENTRO - 65716-000

ATIVIDADES :

TITULAR / SÓCIOS / RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

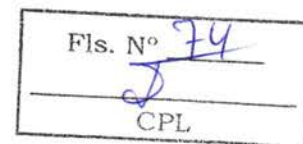
REGISTRO	NOME	CATEGORIA	TIPO DE VÍNCULO
MA-015791/O-0	JOSE RONALDO BARBOSA DA SILVA	CONTADOR	TITULAR / Resp. Técnico

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 20/02/2025 as 16:20:27.
Válido até: 31/03/2025.

Código de Controle: 627105.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO DE EMPRESA**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que a Organização Contábil identificada no presente documento encontra-se habilitada para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

DENOMINAÇÃO.... : J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTABIL
NOME FANTASIA.. : J R BARBOSA CONSULTORIA, PLANEJAMENTO &
GESTAO
REGISTRO..... : MA-001553/O-4
CATEGORIA..... : EMPRESÁRIO(INDIVIDUAL)
CNPJ..... : 39.435.986/0001-68

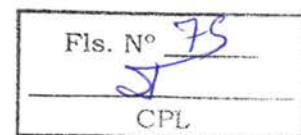
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 20/02/2025 as 16:21:25.

Válido até: 21/05/2025.

Código de Controle: 129563.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO DE DÉBITOS**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: JOSE RONALDO BARBOSA DA SILVA
REGISTRO.....	: MA-015791/O-0
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.460.313-**

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCMA contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 20/02/2025 as 16:23:45.

Válido até: 31/03/2025.

Código de Controle: 647234.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.



**J R BARBOSA CONSULTORIA, PLANEJAMENTO &
GESTÃO**
CNPJ: 39.435.986/0001-68

Fls. N° <u>76</u>
<u>J</u>
<u>CP</u>

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

J R BARBOSA CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & GESTÃO
Rua Desembargador Sarney nº 60, Centro, Paulo Ramos – MA – CEP: 65.716-000
(98) 981049617 | assessoria.jrbs@gmail.com

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTERA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DO MARANHÃO

CATEGORIA: **CONTADOR** Nº DO REGISTRO: **MA-01679140-0**

NOME: **JOSE RONALDO BARBOSA DA SILVA**

NASCIMENTO: **19/03/1980** NACIONALIDADE: **BRASILEIRA** NATURALIDADE: **LAGO DOS RODRIGUES-MA**

[Assinatura]
 ASSINATURA DO PROFISSIONAL



FEIÇÃO

MARIA DAS DORES BARBOSA DA SILVA

CNPJ: **009.480.213-20** DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: **336085432015-0**
SEP-MA

DATA DE REGISTRO: **18/07/2022** DATA DE EXPIRAÇÃO: **08/10/2022**

[Assinatura]
 ANALISA COELHO MARTINS
 PRESIDENTE DO CRC

Este documento tem validade para a prática da contabilidade e a emissão de notas fiscais. A validade deste documento é de 01 (um) ano, a contar da data de emissão. A validade deste documento é de 01 (um) ano, a contar da data de emissão. A validade deste documento é de 01 (um) ano, a contar da data de emissão.

TABELIONATO

Certifico e dou fé que a presente fotocópia é reprodução fiel da original que me foi apresentada. Poder Judiciário - T.J.MA. Solo: AUTENT0200039MP43L88V8N066

Secretaria: DANIELA OLIVEIRA DO CARMO, Delegada: 23/11/2022 15:41:06. Emolumentos R\$ 9,14, PERC: R\$ 0,18, PACEP: R\$ 0,20, FEMP: R\$ 0,20. Valor Total: R\$ 9,82.

Consulte a validade deste solo em: <https://www.tjma.jus.br>

Tabelionato de Notas de São Luís/MA

**JOSÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA**

Brasileiro, Casado, 30 anos.

Natural de Lago dos Rodrigues – MA.

Endereço: Rua 8, Quadra G, s/n, Altos do Calhau,
Calhau – São Luís – MA.

Celular/WhatsApp: (98) 981049617

E-mail: assessoria.jrbs@gmail.com

Formação Acadêmica

- Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Ceuma;
- Graduando em Direito pela Faculdade Laboro;
- Contador – CRC/MA nº 015791/O;
- Pós – Graduando em Direito Público pela Legale Educacional;
- Pós – Graduado em Gestão e Governança Pública pela Faculdade Focus;
- Pós - Graduado em Contabilidade Pública e Auditoria pela Faculdade Faveni;

Qualificações e Formação Complementar

2023 – I Primeiro Encontro Técnico para Capacitação do Controle Interno junto ao Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP (Carga horária: 04 horas) Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE/MA.

2023 – 1º Seminário de Gestão da Educação (Carga horária: 08:30 horas e tinta minutos) Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE/MA.

2023 – Curso de Capacitação em Auditoria Interna e Externa (Carga horária: 120 horas) Faculdade Futura.

2023 – Curso Contabilidade Pública: Uma visão sobre a informação de qualidade (Carga horária: 20 horas) Escola Superior de Controle Externo – ESCOEX TCE

MS.

2023 – 4º Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos (Carga horária: 18 horas)

Escola Mineira de Direito – EMD.

2023 – Curso: Auditoria em Folha de Pagamento (Carga horária: 20 horas) Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães – TCE PE.

2022 – Curso: Demonstração do Fluxo de Caixa (Carga horária: 04 horas) Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP.

2022 – Curso: Planejamento e Orçamento Municipal de A a Z (Carga horária: 08 horas) Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão – CRC/MA.

2022 – VIII Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos Aplicados ao Setor Público (SBCASP) Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2022 – Workshop – Controladoria Como Instrumento de Geração de Valor (Carga horária: 02 horas) BSSP Centro Educacional.

2022 - Curso de Extensão Bases Legais do SUS (Carga horária: 60 horas) Centro Universitário Internacional (UNINTER).

2022 - Curso de Aperfeiçoamento em Planejamento e Orçamento Público (Carga horária: 180 horas) Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP).

2022 – Curso: Licitações e Contratos: Foco em Contratação Direta (Carga horária: 12 horas) Escola de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales, Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM SP.

2022 – Curso: Prática em Controle Interno (Carga horária: 06 horas) Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE ES.

2022 – Curso: SIAFE – TO: Módulo Execução Financeira (Carga horária: 09 horas)

Instituto de Contas 5 de Outubro, Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TCE TO.

2022 – Curso: Linhas de Defesa para Apontamentos no Controle Patrimonial (Carga horária: 04 horas) CASP Online.

2022 – Curso de Extensão em Finanças Públicas (Carga horária: 30 horas) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRGS.

2022 – Curso: Análise das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Carga horária 30 horas) ADTR Informática.

2022 – Treinamento em Papéis de Trabalho de Auditoria Financeira (Execução) e Conceitos sobre Auditoria de Contas (Carga horária: 12 horas) Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria- Geral da União – CGU.

2022 – Treinamento: Controladoria (Carga horária: 20 horas) GJ Soluções Contábeis.

2022 – Curso: Gestão e Fiscalização de Contratos (Carga horária: 15 horas) Escola de Governo do Maranhão – EGMA.

2022 – Seminário Técnico: Contabilidade Pública Municipal (Carga horária: 05 horas) Confederação Nacional de Municípios – CNM.

2022 – Curso: Lei de Responsabilidade Fiscal (Carga horária: 40 horas) Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE ES.

2022 – Seminário Técnico: NOVO FUNDEB (Carga horária: 05 horas) Confederação Nacional de Municípios – CNM.

2022 – Curso: Atualização em Direito Tributário (Carga horária: 02 horas) Fundação Getúlio Vargas – FGV.

2022 – Curso: Administração Pública (Carga horária: 35 horas) Prime Cursos do Brasil.

2022 – Curso: Auditoria Interna (Carga horária: 20 horas) Universidade Norte do Paraná – UNOPAR.

2022 - Seminário Técnico: Controle Interno Municipal: Importância e Estruturação (Carga horária: 05 horas) Confederação Nacional de Municípios – CNM.

2022 - Curso: Gestão Financeira (Carga horária: 20 horas) Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI.

2022 – Curso de Aperfeiçoamento: Inovação no Direito Administrativo (Carga horária: 30 horas) Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU.

2022 - Webinar e-Social: EFD – REINF e DCTFWEB (Carga horária: 03 horas) Escola de Gestão e Controle do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE PI.

2022 - Palestra: Da Crise das Eleições e a Confiabilidade do Sistema (Carga horária: 02 horas) Faculdade Laboro.

2021 – Curso: Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Novo Regime Fiscal (Carga horária: 30 horas) Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.

2021 – Curso: Contabilidade com Foco na Gestão do Patrimônio Público (Carga horária: 21 horas) Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.

2021 – Curso: Alterações das Fontes de Recursos do Exercício de 2022 (Carga horária: 20 horas) ADTR Informática.

2021 – Curso: Elaboração de Relatórios de Auditoria (Carga horária: 30 horas) Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.

2020 – Curso: Controles na Administração Pública (Carga horária: 30 horas)

Instituto Serzedello Corrêa (ISC-TCU) Tribunal de Contas da União – TCU.

2019 – Curso: Gestão Tributária Municipal (Carga horária: 30 horas) Escola

Nacional de Administração Pública – ENAP.

2019 – Curso: Principais Aspectos das Mudanças da Contabilidade Aplicada ao

Setor Público (Carga horária: 30 horas) Escola Nacional de Administração Pública

– ENAP.

2019 – Curso: Gestão Orçamentária e Financeira (Carga horária: 20 horas)

Instituto Serzedello Corrêa (ISC-TCU) Tribunal de Contas da União – TCU.

2019 – Curso: Matriz de Saldos Contábeis (Carga horária: 07 horas) ADTR

Informática.

2015 – Curso: Básico em Orçamento Público (Carga horária: 30 horas) Escola

Nacional de Administração Pública – ENAP.

Experiência Profissional

➤ 2020 - Atualidade

- **Escritório de Contabilidade J R BARBOSA ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTÁBIL**, voltado para atuação na área pública;

Contador;

Principais Atividades: Consultoria e Assessoria Contábil aos clientes nas áreas: Pública, Trabalhista, Eleitoral, Auditoria Interna e Externa e Auditoria Tributária.

➤ 2021- 2022:

- **Assessor Contábil - Prefeitura Municipal de Santana do Maranhão – MA.**

Principais Atividades: Planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades

concernentes à execução orçamentária, e coordenar as atividades de planejamento estratégico nos aspectos administrativos e contábeis de interesse do Município.

• **Assessor Contábil – Câmara Municipal de Santana do Maranhão – MA.**

Principais Atividades: Planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades concernentes à execução orçamentária, rotinas administrativas e contábeis de interesse da Câmara Municipal.

Anterior:

➤ **2018 - 2020**

• **Chefe de Divisão de Elaboração e Execução Orçamentária - Prefeitura Municipal de Paulo Ramos – MA.**

Principais Atividades: Planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades concernentes à execução orçamentária, e coordenar as atividades de elaboração do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

➤ **2017**

• **Coordenador de Controle Interno e Gestão - Prefeitura Municipal de Bom Lugar – MA.**

Principais Atividades: Acompanhar e avaliar as atividades concernentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial, processos licitatórios, elaborar relatórios de auditoria e preparar pareceres sobre o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual (PPA).

➤ **2013 – 2015**

• **Gerente de Controle e Execução Orçamentária – Prefeitura Municipal de**

Poção de Pedras - MA.

Principais Atividades: Executar, acompanhar e avaliar as atividades concernentes à execução orçamentária.

FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

JOSÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS: uma análise acerca de princípios norteadores a serem observados na elaboração e na execução da lei orçamentária previstos na Lei 4.320/1964.

SÃO LUIS – MA

2023

FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

JOSÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS: uma análise acerca de princípios norteadores a serem observados na elaboração e na execução da lei orçamentária previstos na Lei 4.320/1964.

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito
parcial à obtenção do título
especialista em CONTABILIDADE
PÚBLICA E AUDITORIA

SÃO LUÍS - MA

2023

**PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS: UMA ANÁLISE ACERCA DE PRINCÍPIOS
NORTEADORES A SEREM OBSERVADOS NA ELABORAÇÃO E NA EXECUÇÃO
DA LEI ORÇAMENTÁRIA, PREVISTOS NA LEI 4.320/1964.**

José Ronaldo Barbosa da Silva¹,

Declaro que sou autor¹ deste Trabalho de Conclusão de Curso. Declaro também que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daqueles cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, declaro, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais. (Consulte a 3ª Cláusula, § 4º, do Contrato de Prestação de Serviços).

RESUMO

Neste trabalho, analisou-se os princípios do Orçamento Público expressos na Lei Federal 4.320/1964, que atuam como premissas na concepção e execução da proposta orçamentária. Isto tendo em vista que os princípios dentro de um ordenamento jurídico válido são fundamento de normas, constituindo-se em verdadeiras fontes de direitos. Buscou-se compreender o Orçamento Público como um instrumento para o fiel cumprimento de sua primordial finalidade política que é amparar o controle parlamentar sobre o governo e também estabelecer diretrizes que demonstram as prioridades da gestão pública.

PALAVRAS-CHAVE: Princípios. Orçamento Público. Lei Federal 4.320/1964.

¹ ronaldobarbosa.jrbs@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema: "Princípios Orçamentários: uma análise acerca de princípios basilares da elaboração e execução da legislação orçamentária".

O Orçamento Público constituído de um conjunto de princípios próprios objetiva garantir um planejamento orçamentário consistente, que estabeleça com clareza as prioridades da gestão.

O presente trabalho analisa princípios norteadores do Orçamento Público, dispostos na Lei Federal 4.320/1964, definindo sua importância, em uma visão contextualizada no ordenamento jurídico pátrio.

A Ordem Jurídica do Estado Democrático Brasileiro preocupou-se em trazer a previsão dos Princípios norteadores do Orçamento Público, uma vez que os princípios são normas que traçam diretrizes para a realização dos valores mais importantes de uma sociedade.

Esse projeto busca compreender e analisar a aplicação e a relevância dos Princípios Orçamentários: Universalidade, Unidade e Anualidade.

Dessa maneira, emerge como problema científico a necessidade da aplicação correta dos Princípios Orçamentários, percebendo de que forma se evita a falha, erro ou inconstitucionalidade presente em um orçamento prejudicando a sua aprovação, bem como garantido que o orçamento esteja de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, permitindo a elaboração de um orçamento organizado, padronizado, de fácil entendimento, possibilitando a aplicação correta do dinheiro público para que atenda às necessidades básicas do país.

Nesse contexto, por meio da análise legal, doutrinária e jurisprudencial atualizada deve-se constatar a importância da aplicação dos diversos Princípios no Direito Orçamentário. Nesse sentido, assume-se como hipótese que os Princípios do Orçamento Público continuam sendo fonte de Direito Orçamentário.

No presente estudo, parte-se do pressuposto que o ordenamento jurídico pátrio é composto por um conjunto de normas, posicionadas hierarquicamente, sendo a Constituição Federal o nível soberano na ordem jurídica, funcionando como base de todo o sistema jurídico.

Perante isso, há uma grande busca de ressaltar que os princípios orçamentários exercem papel de extrema relevância norteando a criação e aplicação das normas jurídicas do Direito Financeiro.

Sendo assim, os princípios do orçamento público, previstos na Lei Federal 4.320/1964, devem ser observados, para garantia de validade e efetividade dos comandos normativos, servindo dessa maneira de referência para conteúdos de normas jurídicas orçamentárias.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivos:

Objetivos gerais: Frisar e compreender a importância dos Princípios Orçamentários dentro do Ordenamento Jurídico Pátrio.

Objetivos específicos: Analisar e discutir outras questões, tais como a necessidade de:

- I - Fazer uma análise acerca do Orçamento Público com enfoque nos princípios trazidos pela Lei Federal 4320/1964;
- II - Destacar e compreender os princípios como fonte de Direito Financeiro;
- III - Apontar os entendimentos jurisprudenciais acerca da aplicação dos Princípios Orçamentários;
- IV - Analisar e demonstrar a efetividade e garantia dos Princípios Orçamentários no sistema jurídico pátrio.

Ademais, esta pesquisa encontra justificativa na importante tarefa de contribuir para o entendimento da aplicação dos Princípios Orçamentários, bem como ressaltar a importância de efetividade e garantia desses princípios no ordenamento jurídico pátrio.

Os princípios constituem-se em alicerces de um aparelho normativo, sendo norteadores da criação, integração e interpretação das diversas regras de um sistema jurídico válido. E, por essa razão, o Direito Financeiro também possui princípios orientadores. A Lei 4.320/1964 já se preocupou em trazer a expressa previsão de alguns destes princípios.

Nesse contexto, os princípios que estão expressos na Lei 4.320/1964, são mecanismos imprescindíveis para evitar a violação dos direitos relativos à consecução e boa execução da Lei Orçamentária Anual, estabelecendo diretrizes claras e precisas

para o seu regular planejamento, cumprindo relevante função no Direito Financeiro, uma vez que traçam diretrizes e limites da gestão orçamentária, bem como são fundamentos para a elaboração, interpretação e aplicação da legislação de regência.

Preliminarmente, é, ainda, necessário trazer à baila o que preceitua a lição de Luiz Emygdio F. da Rosa Júnior, "Direito Financeiro é o ramo do Direito Público que estuda o ordenamento jurídico das finanças do Estado e as relações jurídicas decorrentes de sua atividade financeira e que se estabeleceram entre o Estado e o particular"².

Neste sentido, a abrangência do Direito Financeiro busca compreender como o Estado arrecada recursos e os despende na consecução de políticas públicas através de um importante promotor de justiça social, que é o orçamento público. Assim, é correto afirmar que o objeto de estudo do Direito Financeiro, encontra-se no crédito, na despesa e no orçamento público.

Ademais, importa diferenciar o Direito Financeiro de outro ramo do Direito Público, qual seja, o Direito Tributário, enquanto este, estuda todos os aspectos relativos a receita pública originária dos tributos, enquanto àquele disciplina a atividade financeira do Estado de maneira mais ampla e abrangente.

Desse modo, o Direito financeiro, composto por seu conjunto de normas – alicerçadas em princípios – que se unificam através da atividade financeira do Estado, permite em sua integralidade, ser considerado um subsistema autônomo, visto que orienta a elaboração das peças orçamentárias dos entes subnacionais colaborando para a manutenção e unicidade do ordenamento jurídico pátrio.

Com o fito de racionalizar a abordagem do presente trabalho, serão realizadas pesquisas doutrinárias e legislativas, consultando, ainda, trabalhos já desenvolvidos nessa área, com abordagem descritiva.

Quanto à pesquisa doutrinária, é a busca por uma análise acerca da importância e aplicabilidade dos princípios orçamentários trazidos na Lei 4.320/1964 que se dará por meio de pesquisa bibliográfica.

² Disponível em: <<https://rizeriohl.jusbrasil.com.br/artigos/373537141/direito-financeiro-conceitos-objetivos>>. Acesso em 3 jan. 2023.

Já a pesquisa legislativa buscar-se-á realizar uma análise sobre leis e normas específicas que irão direcionar e traçar os parâmetros da aplicação destes princípios, desse modo, demonstrar-se-á qual o atual tratamento dado pela lei e, conseqüentemente, pelos legisladores em relação ao assunto.

Nesse sentido, o estudo também se fará por meio da utilização de ferramentas como internet, jornais e revistas que veiculam a discussão do tema, além de outros veículos de informação que possibilitem uma maior e mais detalhada compreensão do assunto objeto da pesquisa.

Dessa maneira, através de toda a pesquisa a ser realizada, tem-se o intuito de demonstrar a relevância dos Princípios Orçamentários para o Direito Financeiro e a contribuição para o ordenamento jurídico nacional.

2 PRINCÍPIOS JURÍDICOS: CONCEITOS E OBJETIVOS

No presente estudo, parte-se do pressuposto de que o ordenamento jurídico pátrio é composto por um conjunto de normas, posicionadas hierarquicamente.

Perante isso, há uma grande busca no sentido de ressaltar que os Princípios exercem papel de extrema relevância, norteados a criação e a aplicação das normas jurídicas.

Sendo assim, os princípios devem ser observados para a garantia de validade e efetividade dos comandos normativos, servindo, dessa forma, de referência para conteúdos de normas jurídicas.

Assim, é nesse contexto que os princípios se constituem como verdadeiros alicerces do Direito Financeiro. Portanto, é necessário observar tais princípios para que esta funcione de modo correto e eficaz na aplicação da legislação afeita ao Direito Financeiro.

O sistema jurídico é composto por um complexo de normas, distribuídas hierarquicamente, de modo que as superiores regulam e validam as inferiores. Assim,

estas não podem contrariar aquelas, uma vez que podem deixar de ter validade no ordenamento jurídico (DOMINGUES, 2012)³.

Nesse contexto, princípios são a base de qualquer sistema jurídico, e ideias fundamentais e norteadoras para as normas jurídicas. Funcionando como um verdadeiro alicerce da ciência.

De acordo com os ensinamentos do professor Alexandre Mazza (2014, p. 85):

Princípios são regras gerais que a doutrina identifica como condensadoras dos valores fundamentais de um sistema. Por meio de um processo lógico denominado abstração indutiva, os estudiosos extraem da totalidade de normas específicas as ideias-chave que animam todo o complexo de regras. Assim, os princípios informam e enformam o sistema normativo. Informam porque armazenam e comunicam o núcleo valorativo essencial da ordem jurídica. Enformam porque dão forma, definem a feição de determinado ramo.

Nesse sentido, Miguel Reale (1998 apud DOMINGUES, 2012) traz o seguinte conceito acerca dos Princípios “[...] verdades ou juízos fundamentais, que servem de alicerce ou de garantia de certeza a um conjunto de juízos, ordenados em um sistema de conceitos relativos a dada porção da realidade”⁴.

No mesmo diapasão, Wagner Balera (2010, p. 103) argumenta que:

[...] princípios são normas que descrevem o que se poderia chamar o estado ideal a ser alcançado pelo sistema. Deles derivam as regras que concretizarão, a partir das concretas situações da vida, os planos de programas tracejados pela Lei Suprema.

Wladimir Novaes Martinez (2015, p. 35), por sua vez, afirma:

Os princípios representam a consciência jurídica do Direito. Podem ser concebidos pela mente do cientista social ou medrar no trato diário da aplicação da norma jurídica. Criados artificialmente, não devem descurar de sua parte, as razões mais elevadas, diretrizes superiores, os valores eternos da civilização,

³ Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-dos-principios-constitucionais-do-direito-tributario/89751/>>. Acesso em 3 jan. 2023.

⁴ Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-dos-principios-constitucionais-do-direito-tributario/89751/>>. Acesso em 3 jan. 2023.

entre os quais avultam os postulados fundamentais da liberdade, o primado dos direitos e das dignidades humanas, o dogma da responsabilidade social e os preceitos de igualdade, equidade e legalidade.

Para as ciências jurídicas, os princípios são os ideais mais relevantes que devem ser observados por todos aqueles que, de alguma maneira, a elas se dirijam, e que devem, primeiramente, considerar os princípios como fundamentos de todas as demais normas jurídicas existentes. Todas as normas jurídicas devem ser analisadas à luz dos princípios que as informam (SALES, 2009)⁵.

Assim sendo, é possível afirmar que, dentro do sistema jurídico, os princípios encontram-se em elevada posição, pois eles são base e fundamentos de normas estabelecidas, atuando como verdadeiro norte na criação e aplicação das mesmas. As normas devem respeitar os valores contidos nos princípios, de maneira que os concretizem.

2.1 Princípio e Norma

Para melhor compreensão acerca dos princípios inseridos no ordenamento jurídico, faz-se necessário estabelecer a distinção entre princípio e norma, explicando a atuação de ambos dentro do sistema jurídico.

O professor Alexandre Mazza (2017, p. 52), ao descrever sobre a divergência doutrinária acerca de princípio e norma, ensina que:

Os estudos clássicos sobre o ordenamento jurídico tendem a adotar a expressão "regra jurídica" como um gênero que comporta duas espécies: os princípios e as normas. Assim, a regra jurídica seria todo comando de conduta estabelecido pelo Direito. Tais regras, por sua vez, seriam de dois tipos: a) princípios – regras gerais norteadoras de todo o sistema jurídico; b) normas – comandos específicos de conduta voltados à disciplina de comportamentos determinados.

Autores mais modernos, entretanto, têm preferido abordar o problema de forma diversa. Norma jurídica seria um gênero, dividido em duas espécies: a regra (norma específica disciplinadora de comportamentos específicos) e o princípio (regra geral de conteúdo mais abrangente do que a da norma).

⁵ Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/13049>>. Acesso em: 06 jan. 2023.

Dentro de um sistema jurídico estabelecido, normas jurídicas desempenham papel de regras, que estão alicerçadas nos princípios, que no sistema constitucional brasileiro resguardam os direitos fundamentais. Além disso, os princípios possuem um grau mais elevado de generalidade e abstração do que as normas.

Pelo exposto, verifica-se que os princípios e as normas andam juntos dentro de um sistema jurídico, sendo ambos necessários para a validade e a eficácia de um ordenamento jurídico. Estão, portanto, num alto nível de relevância em um Estado Democrático de Direito.

2.2 Princípios como fonte de Direito

Segundo o conceito trazido pelo dicionário, "fonte", no sentido literal da palavra, significa: "origem, a causa primária de um fato, a sua verdadeira origem"⁶. Alencar e Távora (2012, p. 43) conceituam da seguinte maneira: "é tudo aquilo de onde provém um preceito jurídico. É a origem do próprio direito."

As fontes dividem-se em fonte material e fonte formal. A material elabora a norma e a formal é a que desvenda a norma. A fonte formal ainda se divide em imediata e mediata. A imediata, são leis e tratados enquanto que as mediatas são costumes e princípios gerais do direito. (ALENCAR; TÁVORA, 2012, p. 43-44).

Ainda segundo os mesmos autores princípios gerais do Direito são premissas éticas extraídas da legislação e do ordenamento jurídico em geral. São estabelecidos de acordo com a consciência ética do povo (ALENCAR; TÁVORA, 2012, p. 44).

No ordenamento jurídico Brasileiro, observa-se um destaque a existência dos princípios com a previsão contida no Código Civil de 1916, que previu no art. 7º de sua introdução, a inclusão dos "princípios gerais de direito" como fonte de Direito: "Aplicam-se nos casos omissos as disposições concernentes aos casos análogos, e, não as havendo, os princípios gerais de direito" (apud SALES, 2009)⁷.

Anos mais tarde, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657/1942) trouxe em seu artigo 4º a previsão de que "quando a lei for omissa, o

⁶ Dicionário online. Disponível em: < <https://dicionario-online.com/fonte/> >. Acesso em: 2 jan. 2023.

⁷ Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/13049> >. Acesso em: 06 jan. 2023.

juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito". (BRASIL, 2012, p. 11).

Dessa maneira, incumbe ao magistrado aplicar as normas estabelecidas nos julgamentos de conflitos. O juiz não pode deixar de julgar declarando, lacuna ou omissão das normas, pois, nesses casos, poderá utilizar analogia, costumes e princípios gerais do Direito.

Desse modo, o Direito Financeiro também possui fontes diretas e indiretas. Sendo os princípios fonte de elaboração e revelação dos sentidos das normas orçamentárias. Revela-se como de grande importância sua função e seus objetivos dentro do ordenamento jurídico pátrio.

Isto posto, os princípios gerais do Direito devem ser observados não somente como fonte supletiva do Direito, aplicados em caso de omissão ou obscuridade da lei, pois em uma visão ampliada, os princípios constituem-se num fator total de ordenação e inspiram todo o sistema, possuindo diversos efeitos.

3 ORÇAMENTO PÚBLICO

O orçamento público teve sua origem no século XIII, quando surgiu a necessidade de limitar os gastos da coroa, e o despudor da malversação dos recursos oriundos da arrecadação dos impostos pagos pela de sociedade de então⁸.

Na atualidade, Fernando Onofre Salazar discorre que:

O orçamento na Constituição de 1988 deu um tratamento bastante minucioso para os orçamentos públicos, revelando a preocupação dos constituintes com a figura do orçamento como instrumento de planejamento da ação governamental ao detalhar as normas a respeito do orçamento, normas de fundamental importância para a organização do ordenamento jurídico e também a organização da atuação dos governantes nas questões orçamentárias⁹.

⁸ Nota-se que na época de João sem Terra o rei tinha poder sobre todos os tributos que eram arrecadados, e cobrava tudo como bem entendia, para satisfazer as necessidades da família real. (Disponível em: <https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/encitec/20161019-134629_arquivo.pdf>. Acesso em 16 jan de 2023

⁹ Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2022-nov-04/fernando-salazar-ciclo-orcamentario-publico-brasil>>. Acesso em 22 jan de 2023

Dessa maneira, o orçamento público se constitui em peça central para a boa gestão dos recursos angariados junto à sociedade, exercendo dentro da Contabilidade Pública, a função de balizador de políticas públicas.

4 PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS EXPRESSOS NA LEI Nº 4.320/1964

Os princípios são o fundamento de um conjunto de normas. Eles norteiam a elaboração, a integração e a interpretação dos comandos normativos.

Ana Angélica Gonçalves Dias (2010, p. 6) aponta que:

[...] princípios constituem as proposições e ideias básicas que servem de fundamento, de alicerce da seguridade social, compondo-lhe o sentido e lhe dando identidade, condicionando e orientando a sua compreensão, seja para a sua aplicação e integração, assim como para a elaboração de novas normas.

No mesmo sentido, Aguiar (2016, p. 27) afirma:

[...] princípios são normas que orientam o sistema jurídico e traçam diretrizes que devem ser alcançadas, consubstanciando um ideal do sistema. Nesse sentido, o princípio ganha a conotação de objetivo, não se confundindo com normas programáticas, e é com essas premissas que se denominarão de princípios os objetivos constitucionais da Seguridade Social.

O artigo 2º, caput, da Lei 4.320/1964 prevê princípios que norteiam o Orçamento Público, quais sejam:

Art. 2º - A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, **obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade** (grifo nosso).

Dessa maneira, o Sistema Orçamentário positivado na Constituição Federal de 1988 possui diferentes princípios norteadores, que, diante da sua relevância e por serem o ponto central deste trabalho, os previstos expressamente na Lei 4.320/64, serão abordados a seguir.

4.1 Princípio da Unidade

A peça orçamentária deve ser uma para cada ente federativo, isto é, deve haver somente um orçamento para cada exercício financeiro. Deste modo é possível obter eficácia no quadro geral das finanças públicas e possibilita ao Legislativo o controle eficiente e direto das ações de caráter financeiro de responsabilidade do Poder Executivo.

O princípio da unidade é expresso no art. 2º da Lei 4.320/64, *in verbis*:

Art. 2º A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de **unidade** universalidade e anualidade.

Dessa forma, resta claro que o Princípio da Unidade consagrado a legislação vigente, significa dizer que o orçamento deve ser uno, devendo existir somente um orçamento para cada exercício financeiro e para determinado ente, especificando as receitas e despesas correspondentes, constituindo de maneira integrado, permitindo uma visão ampla das finanças públicas.

Dessa forma, é possível que o Poder Legislativo e a sociedade detenham uma visão macro e controlada do processo financeiro que compete à Administração Pública.

4.2 Princípio da Universalidade

Princípio que determina ao orçamento dispor sobre todas as receitas e todas as despesas dos Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe sobre o Princípio da Universalidade ao estabelecer o seguinte:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A Lei 4.320/64 traz o princípio da Universalidade expresso quando dispõe em seus artigos 2º, 3º e 4º que:

Art. 2º **A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo**, obedecidos os princípios de unidade **universalidade** e anualidade.

Art. 3º **A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas**, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

Art. 4º **A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas** próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar, observado o disposto no artigo 2º. (grifo nosso)

Dessa forma, o Princípio da Universalidade é indispensável para o controle do Poder Legislativo e da Sociedade, pois especifica a receita e despesa de forma a evidenciar a política de finanças públicas de um Governo, uma vez que evidencia a origem e a destinação dos recursos públicos.

4.3 Princípio da Anualidade

Princípio segundo o qual determina que as autorizações de despesa têm validade para um período estipulado, período este chamado de exercício financeiro.

O Princípio da Anualidade está consagrado na CF/88 nos artigos 165, inciso III, e 167, § 2º:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

[...]

III – os **orçamentos anuais**.

Art. 167. [...]

§ 2º - **Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados**, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente. (grifo nosso)

A Lei 4.320/64 também se preocupou em prevê a Anualidade como princípio expresso nos artigos 2º e 34, vejamos:

Art. 2º A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e **anualidade**.

Art. 34. **O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.** (grifo nosso)

Dessa forma, por este princípio orçamentário temos a regra em que o orçamento público deve ter sua elaboração e autorização por um período limitado de tempo, sendo este período de vigência orçamentária conhecido por exercício financeiro.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho centrou-se na análise dos Princípios Constitucionais da Seguridade Social. Demonstrou-se, preliminarmente, que os princípios se constituem em verdadeiros fundamentos basilares de uma norma, dando-lhe sentido e possuindo status de fonte de direito.

Explanou-se sobre o Orçamento Público dentro de um regramento jurídico pertencente ao Direito Financeiro, destacando os princípios previstos na Lei 4.320/1964 como um instrumento jurídico relevante a ajudar o operador de Direito Financeiro na elaboração e execução da Lei Orçamentária.

Portanto, os princípios previstos na Lei 4.320/1964 são verdadeiros alicerces do Orçamento Público, sendo necessário observá-los para que este funcione de modo correto e eficaz no sistema financeiro da Administração Pública. E, promovendo, dessa forma, a ampliação de um efetivo controle da sociedade por meio do Poder legislativo dos gastos públicos dentro do Estado Democrático de Direito.

Assim sendo, o presente Trabalho de conclusão de Curso teve por escopo analisar o Orçamento Público – mais precisamente os princípios legais que o norteiam – como preceito de fundamental importância na efetivação de um conjunto de operações financeiras, equilibrado e justo.

REFERÊNCIAS

A Constituição e o Supremo. Disponível: <<http://www.stf.jus.br/portal/%20constituicao/artigobd.asp?item=%201783>>. Acesso em: 08 Mar. 2023.

AGUIAR, Rafael Perales de. **Auxílio-acidente**: uma análise da estrutura de sua norma. Mestrado em Direito Previdenciário (Dissertação). PUC-SP, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/19636>. Acesso em: 08 Mar. 2023.

ALENCAR, Rosmar Rodrigues; TÁVORA, Nestor. **Curso de Direito Processual Penal**. 7. ed. Editora JusPodivm, 2012.

BALERA, Wagner. **Noções Preliminares de Direito Previdenciário**. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

BALERA, Wagner. **Sistema de seguridade social**. 4. ed. São Paulo: LTR, 2006.

BALERA, Wagner. **Sistema de Seguridade Social**. 6 ed. São Paulo: LTr, 2012.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 10. ed. Brasília: Editora UnB, 1997.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 24 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Mini VadeMecum Constitucional e Administrativo**: legislação selecionada para OAB e concursos 4. BARTINE, Caio; SPITZCOVSKY Celso; OLIVEIRA, Erival da

Silva (orgs). BARROSO, Darlan; ARAUJO JUNIOR, Marco Antônio (coord.). 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

BRASIL. **VadeMecum RT**. 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

CANARIS, Claus-Wilhelm. **Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito**. 2. Ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1996.

CAVALCANTI, Marisa Pinheiro. O caráter normativo dos princípios. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF, 2013. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.44139&seo=1>>. Acesso em: 12 Mar. 2023.

DIAS, Clara Angélica Gonçalves. Princípios constitucionais da Seguridade Social. **Revista Reidese**, 2010. Disponível em: http://www.reidese.com.br/artigos/042010/042010_7.pdf p.1-24

DOMINGUES, Camila Andrea. **A importância dos princípios constitucionais do direito tributário**. 2012. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-dos-principios-constitucionais-do-direito-tributario/89751/>>. Acesso em: 3 jan. 2023.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Princípios de direito previdenciário**. 6. ed. São Paulo: LTr, 2015. Disponível em: <<http://www.ltr.com.br/loja/folheie/5171.pdf>>. Acesso em 06 jan. 2023.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. **Manual de Direito Administrativo**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SALES, Fernando Augusto. A importância dos princípios na interpretação da linguagem jurídica. **Revista JusNavigandi**, ano 14, n. 2188, jun. 2009, Teresina. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/13049>>. Acesso em: 03 jan. 2023.

Link: <https://gennegociosegestao.com.br/principio-da-universalidade/> (Acesso em 06.01.2023)

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/conheca-os-10-principais-principios-orcamentarios-e-gabarite-afo/> (Acesso em 06.01.2023)

Link: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-dauniaio/cidadao/entenda/cursopo/principios> (Acesso em 06.01.2023)

Link: https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/principio_da_universalidade_do_orcamento#:~:text=Princ%C3%ADpio%20segundo%20o%20qual%20a,e%20mantidas%20pelo%20Poder%20P%C3%BAblico. (Acesso em 22.01.2023)

Link: https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/principio_orcamentario (Acesso em 22.01.2023)

Link: https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario//orcamentario/termo/principio_da_anualidade_orcamentaria#:~:text=Princ%C3%ADpio%20or%C3%A7ament%C3%A1rio%20que%20estabelece%20que,do%20exerc%C3%ADcio%20financeiro%20de%20reabertura. (Acesso em 16.02.2023)

Link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm (Acesso em 16.02.2023)

Link: https://www.lrf.com.br/mp_op_principios_orcamentarios.html (Acesso em 16.01.2023)

Link: <https://trilhante.com.br/curso/orcamento-publico/aula/principios-orcamentarios-2> (Acesso em 22.01.2023)

Link: https://www.politize.com.br/orcamento-publico-como-e-definido/?https://www.politize.com.br/&qclid=Cj0KCQiAzeSdBhC4ARIsACj36uHbe9MhAQrJb3vIUoBDIS-DGXpuit4gOiLpuQig7Ru4wafAsqXoR5laAj9oEALw_wcB (Acesso em 08.03.2023)

Link: https://www.politize.com.br/ppa-ldo-loa-3-siglas-que-definem-orcamento-governo/?https://www.politize.com.br/&qclid=Cj0KCQiAzeSdBhC4ARIsACj36uF8qI3AK6NiZluKkYktxw4YCcrq295lrMGaQfj2sAnyEiqW6mtuVZMaArxcEALw_wcB (Acesso em 08.03.2023)

Link: <https://www.politize.com.br/principios-orcamentarios/> (Acesso em 12.03.2023)



ESTADO DO MARANHÃO DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE POÇÃO DE PEDRAS

Fls. N° 103

CPL



ANO I Nº 68 POÇÃO DE PEDRAS, TERÇA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 2013

EDIÇÃO DE HOJE: 3 PÁGINAS

PORTARIA Nº 208/2013-GPM

O Prefeito Municipal de Poção de Pedras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Lotar MIGUEL FEITOSA MONTEIRO, para exercer o cargo de Vigia na Unidade Integrada Manoel Oliveira, localizado na le deste Município.

Art. 2º - Esta Portaria tem efeitos retroativos a partir de março de 2013. Revogando as disposições em contrário.

Dê-se Ciência,
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Poção de Pedras, Estado do Maranhão, em 28 de maio de 2013.

Augusto Inácio Pinheiro Júnior
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 209/2013-GPM

O Prefeito Municipal de Poção de Pedras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Lotar ERIESVALDO CARDOSO DE SOUSA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com dois turnos, matutino e vespertino, na Unidade Integrada Manoel Oliveira, localizado na sede deste Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data. Revogando as disposições em contrário.

Dê-se Ciência,
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Poção de Pedras, Estado do Maranhão, em 28 de maio de 2013.

Augusto Inácio Pinheiro Júnior
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 211/2013-GPM

O Prefeito Municipal de Poção de Pedras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear FRANCISCO DAS CHAGAS SOARES, para exercer o cargo Comissionado de Coordenador da Contabilidade, com

lotação na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Poção de Pedras.

Art. 2º - Esta Portaria tem efeitos retroativos a partir de janeiro de 2013. Revogando as disposições em contrário.

Dê-se Ciência,
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Poção de Pedras, Estado do Maranhão, em 28 de maio de 2013.

Augusto Inácio Pinheiro Júnior
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 212/2013-GPM

O Prefeito Municipal de Poção de Pedras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear JOSÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA, para exercer o cargo Comissionado de Gerente de Controle e Execução Orçamentária, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Poção de Pedras.

Art. 2º - Esta Portaria tem efeitos retroativos a partir de janeiro de 2013. Revogando as disposições em contrário.

Dê-se Ciência,
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Poção de Pedras, Estado do Maranhão, em 28 de maio de 2013.

Augusto Inácio Pinheiro Júnior
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 213/2013-GPM

O Prefeito Municipal de Poção de Pedras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear JOSÉ SARAIVA NETO, para exercer o cargo Comissionado de Gerente de Finanças e Contabilidade, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Poção de Pedras.

Art. 2º - Esta Portaria tem efeitos retroativos a partir de janeiro de 2013. Revogando as disposições em contrário.

Dê-se Ciência,
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Poção de Pedras, Estado do

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO RAMOS – MA, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 59, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **JOSÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA**, RG:039085432010-0, CPF: 605.460.313-23, como **CHEFE DE DIVISÃO DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, no âmbito do Poder Executivo deste Município.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paulo Ramos, Estado do Maranhão, em 02 de Janeiro de 2018.

Deusimar Serra Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 110/2018-GAB Paulo Ramos, 02 de Janeiro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO RAMOS – MA, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 59, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **MAIANE DE SOUZA CARVALHO**, RG:045371802012-5, CPF: 067.997.25-61, como **CHEFE DE DIVISÃO DE CADASTRO**, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda, no âmbito do Poder Executivo deste Município.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paulo Ramos, Estado do Maranhão, em 02 de Janeiro de 2018.

Deusimar Serra Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10/2018-GAB Paulo Ramos, 02 de Janeiro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO RAMOS – MA, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 59, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **MANASSES DE SOUSA SILVA**, RG:028390522004-7, CPF: 025.063.473-21, como **DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, no âmbito do Poder Executivo deste Município.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paulo Ramos, Estado do Maranhão, em 02 de Janeiro de 2018.

Deusimar Serra Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14/2018-GAB Paulo Ramos, 02 de Janeiro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO RAMOS – MA, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 59, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **MARIA DO LIVRAMENTO SILVA**, RG: 0000718566963, CPF:031.513.183-71, como **ASSESSOR TÉCNICO**, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda, no âmbito do Poder Executivo deste Município.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paulo Ramos, Estado do Maranhão, em 02 de Janeiro de 2018.

Deusimar Serra Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 127/2018-GAB Paulo Ramos, 02 de Janeiro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO RAMOS – MA, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 59, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

Fls. Nº 105

CPL

MUNICÍPIO DE SANTANA DO MARANHÃO
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MARANHÃO
CNPJ nº 01.612.830/0001-32

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que, a empresa **J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTÁBIL**, com sede à Rua Desembargador Sarney, nº 60, Centro – Paulo Ramos (MA), inscrita no CNPJ sob o nº **39.435.986/0001-68**, presta Serviços Especializados de **AUDITORIA EXTERNA INDEPENDENTE COM ESCOPO FISCAL, CONTÁBIL, FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO**, para este Município, atendendo integralmente as especificações contratuais, conforme **Inexigibilidade de Licitação nº 001/2023 - Processo Administrativo nº 0301231230/2023**.

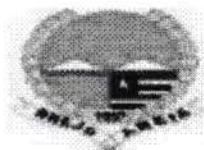
Atestamos, ainda, que os compromissos assumidos pela empresa estão sendo cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente.

Santana do Maranhão – MA, 02 de fevereiro de 2023.

MARCOS FABRICIO DA
CONCEICAO LIMA:01684623383

Assinado de forma digital por
MARCOS FABRICIO DA CONCEICAO
LIMA:01684623383

Marcos Fabrício da Conceição Lima
Secretário Municipal de Administração e Finanças



Estado do Maranhão
CÂMARA MUNICIPAL DE BREJO DE AREIA-MA
Rua da Assembleia, s/nº - Centro / Brejo de Areia-MA.
CNPJ: 01.639.196/0001-21 / CEP 65315-000

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que, a empresa **J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTÁBIL**, com sede à Rua Desembargador Sarney, nº 60, Centro – Paulo Ramos (MA), inscrita no CNPJ sob o nº **39.435.986/0001- 68**, prestou Serviços de **Consultoria, Auditoria Preventiva e Monitoramento Contínuo de Atividades Vinculadas ao Controle Interno, de Interesse da Câmara Municipal de Brejo de Areia – MA**, atendendo integralmente as especificações contratuais, conforme Dispensa de Licitação nº 014/2023 e Contrato nº 014/2023/CMBA.

Atestamos, ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente.

BREJO DE AREIA (MA), 30 de Maio de 2023.

Francisco Sousa da Penha
CÂMARA MUNICIPAL DE BREJO DE AREIA - MA
FRANCISCO SOUSA DA PENHA
VEREADOR PRESIDENTE

UNIVERSIDADE CEUMA

Credenciado pela Portaria Ministerial n.º 239, de 27 de março de 2012.
Publicado na DOU n.º 62, Seção 1, de 29/03/2012



Fls. Nº 107

CPL

A UNIVERSIDADE CEUMA no uso de suas atribuições e tendo em vista a
aprovação do curso de CIÊNCIAS CONTÁBEIS na data de 30 de março de 2022,
concede o grau na data de 18 de abril de 2022, confere o título de Bacharel a

JOSE RONALDO BARBOSA DA SILVA

filho de *Almeida*, nascido em 19 de março de 1993,
RIGUES - MA, Cédula de Identidade 0390851320100, SSP/MA

presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

São Luís, 06 de maio de 2022

ra Araújo
Reitora

Cristina Nitz Cruz
Reitora

<https://ceuma.br/diploma/?CodigoValidacao=823.823.2661aeffa8>

JMA - 823
INO SUPERIOR
59

Profa. M^{re} Cristina Nitz da Cruz
Reitoria

Profa. Lauralice Ferreira Araújo
Secretaria Acadêmica

17, DOU de 29/03/2012.

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Renovação de Reconhecimento pela Portaria n.º 952, de 30/08/2021, publicada no
DOU de 31/08/2021, Seção 1, p. 73.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO MEC

UNIVERSIDADE CEUMA

REITORIA

SECRETARIA ACADÊMICA

Diploma registrado sob n.º 125, Livro 255, Fls. 125, Processo 254038, em
06/05/2022, por delegação de competência do Ministério da Educação, nos
termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do Decreto nº 9.235,
de 15 de dezembro de 2017.

Profa. Lauralice Ferreira Araújo



Reprovação
der Judiciário
L'CEUM
MO (Declarar)
14, PERG:
Jair Tobi



Handwritten signature.



FACULDADE FOCUS



Inferência com a Portaria do MEC nº 314, de 06/03/2020 - Publicação no D.O.U. de 04/05/2020
GRUPO FOCUS DE EDUCAÇÃO LTDA - CNPJ: 14.334.814/0001-77

CERTIFICADO

Faculdade Focus, no uso de suas atribuições confere o presente certificado a

José Ronaldo Barbosa Da Silva

03/1993, portador do CPF n.º 605.460.313-23 e do RG: n.º 039085432010-0 MA, que
Curso de Especialização - Lato Sensu: Pós-graduação em Gestão e Governança Pública,
4/06/2022 a 21/10/2022, com carga horária de 360 horas, conferindo-lhe o título de
a para que possa usufruir de todos os direitos e prerrogativas legais.

Cascavel, 12 de novembro de 2022.

strath
AL

José Ronaldo Barbosa Da Silva
ESPECIALISTA



Certifico e dou fé que a presente Intelectual é reprodução
do original que me foi apresentado. Poder Judiciário
- TAMA, São: AUTENTICAÇÃO: PRAVAL, 20/10/2022
Secretaria: LUIS FERNANDO CARVALHO CORRÊA DE
MELLO, Brasília: 20/10/2022 11:27:38
Empreendedor: JESUS AL, FISCAL: ALDO DE PAUZE: 01031
FISCAL: 01031 Valor: 1000,00
Certifico a validade desta cópia
https://sigla.unesg.edu.br

ACULDADE FOCUS

20250409 09:10:00 - 02/03/2020 - Putação no D.O.U. de 04/03/2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ - 2014

Fis. N°

CPI

Histórico escolar: Pós-graduação em Gestão e Governança Pública

12010-0 MA

	NOTA	C.H.	RESULTADO	DOCENTE	TÍTULO
	7.0	40	Aprovado	Renerio Castro	Especialista
	10.0	40	Aprovado	Lucas Paulo Orlando de Oliveira	Mestre
	8.0	40	Aprovado	Irapuá Beltrão	Doutor
	10.0	40	Aprovado	Juliano Heiren	Doutor
	10.0	40	Aprovado	Luciano Reis	Doutor
	8.0	40	Aprovado	Denize Cavichioli	Mestra
	10.0	40	Aprovado	Renerio Castro	Especialista
	7.0	40	Aprovado	Noa Piatã	Doutor
	9.0	40	Aprovado	Helton Kramer	Mestra

CARGA HORARIA TOTAL: 360 HORAS

31 DE 06/04/2018 - D.O.U. 09/04/2018

Negócios, Administração e Direito.

007, no livro 15.

Para validar seu certificado, leia o QRCode
ou acesse o site:

<https://faculdaedefocus.com.br/certificado/validar>

Informe o código: X8FCXW9L

e data de emissão: 12/11/2022.



TABLE 10 (continued)

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

[illegible]

© 2006 The Authors
Journal compilation © 2006 Blackwell Publishing Ltd

Certifico e dou fé que a presente Ata é verdadeira e reproduzida.

Foi do original que me foi apresentada. Poder Judiciário.

- TJMA 2616 NUTENTORREPOLUTAKYICRKAJNEH

RECEIVED: LUIS FERNANDO CARVALHO CORREA DE
MOLLE, 2008-0008-11-07-01

For more information, please contact: info@hugoboss.com

FEIMP: R\$ 2,21 Valor Total: R\$ 308,00

Consultare e validare dalla sede sm

[illegible]

Certificado



Credenciamento: Portaria Ministerial nº 2378, de 22 de agosto de 2002, publicada no D.O.U. de 26 de agosto de 2002.
Recredenciamento: Portaria MEC nº 780, de 26 de junho de 2017, publicado no D.O.U. de 27 de junho de 2017.
Credenciamento: Lei nº 11, de 10 de janeiro de 2020, publicada no D.O.U. de 13 de janeiro de 2020.

ILDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, mantida pelo **INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SÉCULO XXI LTDA**, confere o presente certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu:

CONTABILIDADE PÚBLICA E AUDITORIA - 720 HORAS

Área de Conhecimento: **NEGÓCIOS, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO**

A

JOSÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA

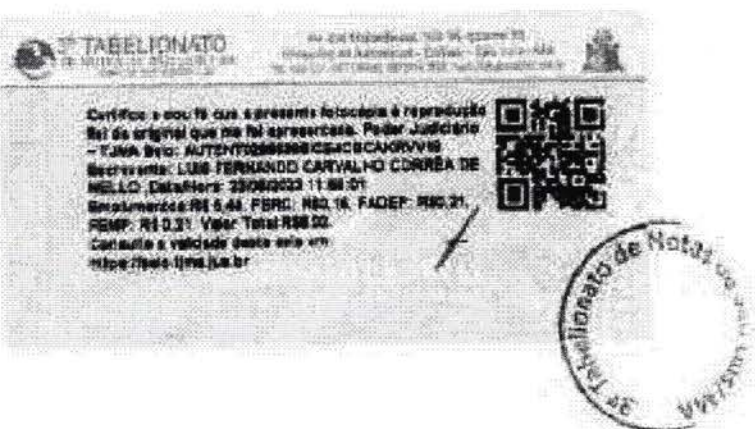
Nacionalidade: Brasileiro (a), Natural do estado: Maranhão,
Nascido(a) em 19 de Março de 1993, RG: 0390854320100/MA.

Venda Nova do Imigrante - ES, 02 de Maio de 2023.

Sheila Valquiria Gomes Timóteo
Diretora



www.elsevier.com



DE
A

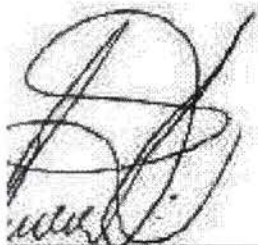
Fis. Nº 12

CPL

Certificado

Unidade Unina, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Graduação "Lato Sensu" em **CONTROLADORIA PÚBLICA E FISCAL - 400h**, consoante nos termos da Resolução n. 1 de 6 de abril de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, outorga a **JOSÉ SA DA SILVA**, portador do **R.G. 039085432010-0 SSP-MA** o presente fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Curitiba, 03 de maio de 2024



DIRETOR GERAL
FIER CAUNETO
3340760993

JOSÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA

NAÇÃO DE PÓS GRADUAÇÃO
EM CONTROLADORIA PÚBLICA E RESPONSABILIDADE FISCAL

FACULDADE UNINA
Portaria de Recredenciamento Nº 1327 de 17/11/2016 do MEC-DOU 18/11/2016
Portaria de Credenciamento EAD Nº 213 de 03/02/2017 do MEC-DOU
06/02/2017
CEP: 82520-590 - Curitiba - Paraná - Telefone: (41) 3123 9000

Fls. Nº 214

Nacionalidade: Brasileira	Natural: Lago dos Rodrigues-MA
Orgão Expedidor: SSP-MA	Data de Nascimento: 19/03/1993

Ministrante	Titulação	C/H	Nota	Frequência	Situação
GABRIELA SCHNEIDER	DOUTOR(A)	10,00	9,0	100%	Aprovado
LETÍCIA RIBEIRO GUEBUR	ESPECIALISTA	30,00	10,0	100%	Aprovado
WILLYANS MACIEL	MESTRE	30,00	8,8	100%	Aprovado
LUCIANO CLEOSON STODULNY	MESTRE	30,00	8,4	100%	Aprovado
RAFAEL CARVALHO MACHADO	MESTRE	30,00	8,8	100%	Aprovado
LUIS ALBERTO HUNGARO	MESTRE	30,00	8,4	100%	Aprovado
GESSIVALDO RAMOS DOS SANTOS	ESPECIALISTA	30,00	8,2	100%	Aprovado
KARLA REGINA QUINTILIANO SANTOS RIBEIRO	ESPECIALISTA	30,00	7,6	100%	Aprovado
RAFAEL CARVALHO MACHADO	MESTRE	30,00	8,2	100%	Aprovado
TATIANA SOUTO MAIOR DE OLIVEIRA	MESTRE	30,00	9,4	100%	Aprovado
LEILA LUCIA ARRUDA	MESTRE	30,00	10,0	100%	Aprovado
JUAN CARLOS DICKMANN STIPP	ESPECIALISTA	30,00	9,0	100%	Aprovado
VANESSA APARECIDA DE SOUZA FONTANA	DOUTOR(A)	30,00	9,2	100%	Aprovado
SANDRO FABIANO DA LUZ	MESTRE	30,00	9,0	100%	Aprovado

Data de conclusão: 20 de abril de 2024	Data de emissão: 03 de maio de 2024
--	-------------------------------------

Este curso obedeceu as disposições da Resolução nº 1 de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Faculdade Unina

vro nº 716, folha 17 no livro eletrônico de registro de certificados de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização da Faculdade Unina.

Conforme autorização do curso CAS PORTARIA Nº 108/2017 de 17 de Outubro de 2017.

Esse documento está assinado digitalmente de acordo com o artigo 10 da medida provisória 2200-2 de 24/08/2014

Em conformidade com a Portaria Portaria MEC nº 360 de 2022


DIRETOR GERAL
VAGNER CAUNETO
03340760993



0000110110100001010101

TANA

do (FAMEESP)
setembro de 2014.

CERTIFICADO

Fls. N° 115

CPL



3º TABELIONATO
DE NOTAS DE SÃO PAULO

Certifico e dou fé que a presente certidão é verdadeira
Nul da original que tem sido apresentada. Poder Judiciário
- TANA São PAULO: ALBERTO DOS SANTOS OLIVEIRA
Escritório: LUIZ FERNANDO CARVALHO CORREIA DE
MELLO, Curitiba, 20/08/2023 11:57:48
Escritório: 204.9.44. FONE: 45018. FALSO: 44020
PIS/P: 95.0.31. Valor Total R\$ 02
Consulte a validade desta em
https://tana.sp.gov.br

em parceria com a Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP),
PI sob o n. 13.411.192/0001-70, certifica para os devidos fins que

JOSÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA

5432010-0 SSP/MA, realizou o Curso de Aperfeiçoamento em "Planejamento e
", no período de 19/05/2022 a 18/07/2022, com duração de 180 horas.

Ribeirão Preto, 18 de julho de 2022

litana

Antonio Marcos Neves Esteca
Coordenador Geral do Estudo Sem Fronteiras

Carga Horária Total = 180 Horas

radio:

Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP) credenciada pela Portaria do MEC nº 842, de 30 de setembro de 2014, inscrita no CNPJ sob o nº 13.411.192/0001-70. Certificado registrado sob nº 138915, no livro 1, página 2767, nos termos da Lei nº 9.394 e do Parecer CNE/CES nº 263/2006.

estificado ACUSSE:
lado.



Certificado



credenciamento: Portaria Ministerial nº 1.776, de 01 de Novembro de 2006, publicado no D.O.U. 03 de Novembro de 2006 Credenciamento EAD: Portaria Ministerial nº 623, de 22 de Julho de 2014, publicado no D.O.U. 23 de Julho de 2014 Recredenciamento: Portaria MEC nº 1.069, de 29 de dezembro de 2021, publicado no D.O.U. 30 de dezembro de 2021.

VIDADE FUTURA, mantida pelo INSTITUTO DE CIÊNCIA EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DE VOTUPORANGA, confere o presente certificado de conclusão do Curso de Capacitação:

AUDITORIA INTERNA E EXTERNA - CAPACITAÇÃO - 120 HORAS

Área de Conhecimento: Capacitação 120 Horas

A

JOSÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA

Nacionalidade: Brasileiro (a), Natural do estado: Maranhão,

Nascido(a) em 19 de Março de 1993, RG: 039085432010-0.

VOTUPORANGA - SP, 14 de Março de 2023.

DENISE CRISTINA ROCHA MUNIZ
Diretora Administrativa-Adjunta



CAPACITAÇÃO EM AUDITORIA INTERNA E EXTERNA - CAPACITAÇÃO - 120 HORAS

DISCIPLINA	NE	DOCENTE	CRI
CONTABILIDADE GERENCIAL	9,0	MSc. MÔNICA DE OLIVEIRA COSTA	40
AUDITORIA FISCAL E TRIBUTÁRIA	7,0	MSc. SABRINA PEREIRA LILIANA FRANZOLI	40
AUDITORIA INTERNA E EXTERNA	7,0	MSc. SABRINA PEREIRA LILIANA FRANZOLI	40
CARGA HORÁRIA TOTAL			120

O (a) aluno(a) atendeu a exigência mínima de 75% da frequência em todos os componentes curriculares.

TABELIONATO
DE NOTAS DE AUDIÊNCIA

Av. dos Estados, 111, Sala 10,
Bairro: VILA ADRIANA, Centro - São Paulo - SP
CEP: 05403-000 Fone: (011) 3061-0111

Certifico e dou fé que a presente fotocópia é reprodução
fidelidade do original que me foi apresentado. Poder Judiciário
- TJ/PA SBN: AUTENT02082VJZALLBNV382H18
Escritório: LUIS FERNANDO CARVALHO CORRÊAS
MÉLLO / Data Hora: 25/06/2023 11:57:36
Embrulhamento: R\$ 8,46; FISC: R\$ 0,18; FADSP: R\$ 0,21
FEMP: R\$ 0,25; Valor Total R\$ 9,10
Consulte o valor de cada hora em
https://tssn.ajpa.pa.br



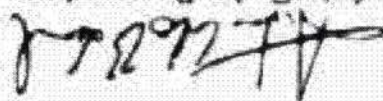
CERTIFICADO

José Ronaldo Barbosa da Silva

participou

**Atas de Trabalho de Auditoria Financeira (execução) e
Atas de Contas, no período de 8 a 10 de agosto de 2022,
da Auditoria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da
União, no período de 12h.**

Antônio Carlos Bezerra Leonel
Secretário Federal de Controle Interno



Ildeuane de Paula
Coordenadora de Métodos,
Técnicas e Qualidade



Código validador: IVWbjsQVE
<http://cad.cgu.gov.br>



Fls. Nº <u>119</u>
CPL

CERTIFICADO

Fls. Nº 120

CPL

se **Ronaldo Barbosa da Silva**, CPF **605.460.313-23**,
Gestão e Fiscalização de Contratos, promovido pela
o **Maranhão**, realizado no período de 15 a 19 de agosto
15 horas de atividades.

São Luís, 23 de agosto de 2022.


Odair José Neves Santos

Diretor da Escola de Governo do Maranhão

ESCOLA DE
MARANHÃO

SECRETARIA DA
GESTÃO, PATRIMÔNIO E
ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES

GOVERNO DO
MARANHÃO



Fls. N° 123
CPL

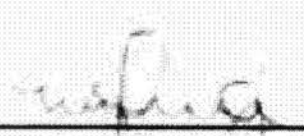
RTIFICADO

ECAP certifica que **José Ronaldo Barbosa da Silva**, portador do CPF **000.000.000-00**, participou do **Curso de Demonstração do Fluxo de Caixa**, realizado no dia 21 de novembro de 2022, na **FA XAVIER PEREIRA**, com carga horária de 4 horas.

São Paulo, 21 de novembro de 2022.

envio

FECAP


Giseli de Moraes Dias
Secretária-Geral

Código de autenticidade: 637b970d-a3fc-4294-94ee-2df0feb0e65



CERTIFICADO

is que JOSÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA participou do(a) Webinarário DCTFWEB, realizado(a) pela Escola de Gestão e Controle do TCE/PI no 22, com carga horária total de 3 horas.

Teresina, 14 de setembro de 2022

A handwritten signature in dark ink, reading 'Maria Valéria Santos Leal', is positioned above the printed name and title.

Maria Valéria Santos Leal

Auditora de Controle Externo

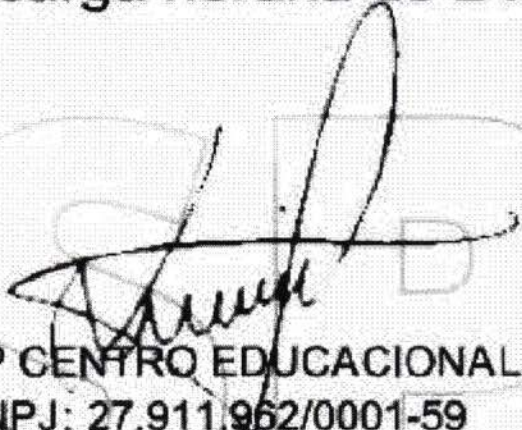
Diretora Executiva da Escola de Gestão e Controle do TCE/PI

▶▶▶ Certificado

Certifico que

José Ronaldo Barbosa da Silva

o Workshop "Controladoria Como Instrumento de
de Valor", no dia 10 de novembro de 2022,
com carga horária de 2 horas.


BSSP CENTRO EDUCACIONAL
CNPJ: 27.911.962/0001-59

Realização

BSSP
CENTRO EDUCACIONAL

arte com Sabedoria colhe Prosperidade



CERTIFICADO

CASP
Online

Fls. Nº 125
CPL

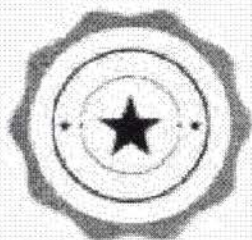
001136

IAS DE DEFESA PARA APONTAMENTOS NO CONTROLE PATRIMONIAL

certifica que

RONALDO BARBOSA DA SILVA

curso de LINHAS DE DEFESA PARA APONTAMENTOS NO CONTROLE
de 22/06/2022 a 07/07/2022, com carga horária de 04 horas aulas
na Plataforma EAD ead.casponline.com.br



REGISTRO DE CONCLUSÃO DE CURSO

FLS. Nº <u>126</u> CPL

CURSO
 LINHAS DE DEFESA PARA APONTAMENTOS NO CONTROLE PATRIMONIAL
 001136

LUSÃO	1/2022	CARGA HORÁRIA	04 horas	FREQUÊNCIA	100%	MÉDIA FINAL	10.00
-------	--------	---------------	----------	------------	------	-------------	-------

REGISTRO

Roberto Duarte

Diretor(a)
 Casp Online



ead.casponline.com.br

IO CONTROLE PATRIMONIAL



Fls. N° 127

CPL

CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE

SÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA

INGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA EMD,
na modalidade online nos dias 06 a 09 de Fevereiro de 2023,
com carga horária de 18 horas-aula.

Varginha-MG, 09 de Fevereiro de 2023

PROF. ME FERNANDO MELLO
DIRETOR EXECUTIVO

EM3
ESCOLA MINEIRA
EDUCACIONAL



Escola Mineira de Direito

289.454/0001-95 - Alameda Oliva Bregada, nº 195, Santa Luzia, Varginha-MG - CEP 37110-830 - Tel. (35) 5212-4416

CONTRATOS DA EMD

Carga Horária 13/02

Principais	Palestrante:
Lei de Licitações e Contratos	Mariene Matos
	Felipe Delencogara Alves
	Anderson Padua
	Juliano Helzen
	Palestrante:
?	Neuro Stürmer
	Michelle Marry
	Luciano Reis
	Anastácia Melo
	Palestrante:
Atividade?	Gabriela Peres
	Mirela Miro
de contratação e do Pregoeiro na MLCC	Rafael Sérgio de Oliveira
	Valéria Cordeiro
	Palestrante:
Atividade	Christiane Stroppa
Contratos	Fernanda Fritelli
	Jules Queiroz
	Evaldo Ramos

Varginha-MG, 09 de Fevereiro de 2023

PROF. ME FERNANDO MELLO
DIRETOR EXECUTIVO

tiva

Fls. N°

129

CPL

CERTIFICADO

onal de Administração Pública - Enap certifica que **JOSÉ BOSA DA SILVA** concluiu o curso **Elaboração de Relatórios** na JUL/2020) com início em 28/07/2020 e com carga-horária de 30 horas.



Diogo G. R. Costa
Presidente

Escola Nacional de Administração Pública - Enap

CIPANTE

Fls. N°

130

CPL

Curso:

Elaboração de Relatórios de Auditoria

Data de Encerramento:

13/08/2020

Carga Horária:

30 horas

Nota Final:

77.67

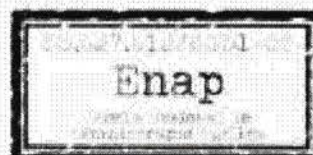
io
itório
de ação
s de auditoria e os processos de

Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código cNcr3500861ELEd.

is em 22/05/2022 às 23:05 horas.

de ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar,
na na opção Validação de Documentos no endereço <https://www.escolavirtual.gov.br>

anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos
acertadamente.



CERTIFICADO

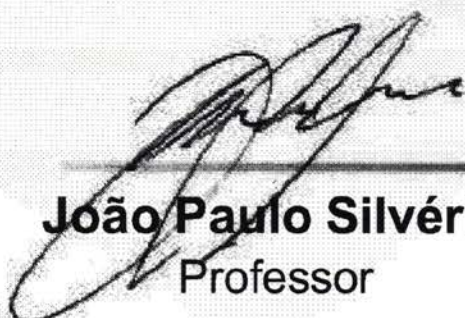
de conclusão de curso

Certificamos que

RONALDO BARBOSA DA SILVA

concluiu o curso de
Contabilidade Aplicada ao Setor Público
o através do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

12 de fevereiro de 2024


João Paulo Silvério
Professor

Setor Público**Contabilidade Pública**

Contabilidade de administração financeira e orçamentária	9,83
Contabilidade pública	10,00
Contabilidade pública	9,50
Contabilidade geral da contabilidade pública	10,00
Contabilidade do patrimônio público	8,25
Contabilidade das operações patrimoniais	7,75
Contabilidade do patrimônio	10,00
Contabilidade dos aspectos contábeis típicos	8,00
Contabilidade do orçamento	10,00
Contabilidade do patrimônio	9,45
Contabilidade demonstrativo das variações patrimoniais	8,50
Contabilidade da elaboração do fluxo de caixa	9,58
Contabilidade do financeiro	9,33
	120,19



CERTIFICADO

Serzedello Corrêa (ISC-TCU) certifica que **JOSÉ RONALDO A DA SILVA**, concluiu na Escola Virtual de Governo o curso **LESES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (TURMA JUL/2020)**.

Período de 27/07/2020 a 05/09/2020, carga horária de 30 horas.

ANA CRISTINA MELLO DE PONTES BISOLITO
(Diretora Geral)

Assinada digitalmente por Ana Cristina Mello de Pontes Bisolito em 05/09/2020 às 14:58:11.

IPANTE

Fls. N° 134

CPL

Curso:

Controles na Administração Pública

Carga Horária:

30 horas

Nota Final:

88.75

Publica:

Escola Virtual Enap sob código We5U3494284; Bc5.

to em 22/05/2022 às 23:05 horas.

ode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar,
a na página da EVC, opção "Validação de Documentos".

anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos
Antecipadamente.

00.414.607/0001-18

ETCU

(Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Tecnológico)

**ESCEX**ESCOLA SUPERIOR DE
CONTROLE EXTERNO

Certificado

ALDO BARBOSA DA SILVA participou do evento **I PRIMEIRO ENCONTRO DE FORMAÇÃO DO CONTROLE INTERNO JUNTO AO PROGRAMA NACIONAL DE A - PNTP** promovido pelo(a) Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, através do Colegiado Externo - ESCEX, no Dia 27 de junho de 2023, com carga horária de 4h (quatro horas).

São Luís (MA), 28 de junho de 2023

JOSÉ DE RIBAMAR LOPES NOJOSA
Gestor do ESCEX/TCE-MA

Para verificar a autenticidade deste certificado aponte a sua câmera para o QR Code ou acesse o site www.tce.ma.gov.br/site/validaCertificado e insira o código **e0c7ccc4.7b2813c8.2d1073a4.214deccc**.

Atividades

	Carga Horária	Frequência
PARA CAPACITAÇÃO DO CONTROLE INTERNO JUNTO AO PARÊNCIA PÚBLICA - PNTP	4h	100%

Para a autenticidade deste certificado aponte a sua câmera para o QR Code ou acesse
re.gov.br/site/validaCertificado e insira o código **e0c7ccc4.7b2613c8.2d1073a4.214deecc**.



CERTIFICADO

Serzedello Corrêa (ISC-TCU) certifica que **JOSÉ RONALDO A DA SILVA**, concluiu na Escola Virtual de Governo o curso **COMENTÁRIA E FINANCEIRA (TURMA NOV/2019)**, disponível de 04/11/2019 a 04/12/2019, carga horária de 20 horas.

ANA CRISTINA AZEITEIRO DE PONTES BOTELHO

Coordenadora

Escola Superior do Tribunal de Contas da União

CIPANTE

Fls. N° 138

CPL

Curso

Gestão Orçamentária e Financeira

Carga Horária

20 horas

Nota Final

88.07

características;

amentária;

Escola Virtual Enap sob código de QR 12250880LaS.

to em 22/05/2022 às 23:05 horas.

de ler a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar,
a na página da UVE, opção "Validação de Documentos".

Anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos
Antecipadamente.

00.414.607/0001-18

ETCU

Instituto Brasileiro de Ensino - IBE

o Brasileiro
de e Custos
etor Público

CERTIFICADO

PARTICIPANTE

Fls. N° 139

CPL

Certificamos que

RONALDO BARBOSA DA SILVA

**II Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos
ao Setor Público (SBCASP), via Zoom Webinar,
realizado no dia 1º de dezembro de 2022.**


Aécio Prado Dantas Júnior
Presidente do CFC

Realização



SECRETARIA DE ECONOMIA
FISCAL E PREÇOS

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

Verifique sua autenticidade na Internet, no endereço: <https://www1.cfc.org.br/certificado>

Código de validação: YJRS33CHCAJW E48V

Certificado

Fls. N°

140

CPL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO CERTIFICA QUE,

WESLEY RONALDO BARBOSA DA SILVA

realizou o PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO MUNICIPAL DE A a Z,
Welliton Resende Silva, em 19 de novembro de 2022, no
município de São Luís/MA, com carga horária de 08hs, na modalidade

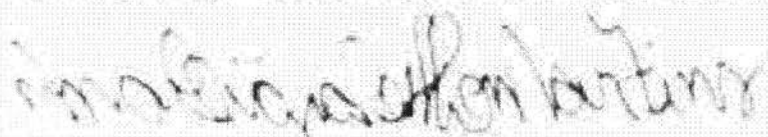
Curso: Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão - CRCMA

Código da Capacitadora: MA-00001

Código do evento: MA-00154

Carga PEPC/CFC: 08 Pontos (AUD/PROGP/PRORT/PERITO)

São Luís (MA), 19 de novembro de 2022.


Contadora Ana Lígia Coelho Martins
Presidente - CRCMA



A validade deste certificado está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <https://www1.cfc.org.br/certificado>

Código de validação: CHYA 3Z96 8CKN L5EC

Fls. N° 147

CPL

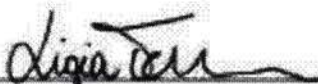
CERTIFICADO

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA), por meio da Escola Superior em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (Uema), por intermédio da Pró-Reitoria de Estudantes (Proexae) e do Núcleo de Tecnologias para Educação (Uemanet), certificam que

JOSÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA

concluiu o curso em "**Licitações Públicas e Contratos Administrativos**", com carga horária de 60 horas.

São Luís, 21 de agosto de 2024


Profa. Dra. Ligia Tchalecka
Coordenadora Geral
do UEMANet


Dr. Antônio Blecaute Costa Barbosa
Conselheiro-Substituto do TCE-MA
Diretor Geral da ESCEX

Profa. Dra. Ligia Tchalecka
Pró-Reitora de Estudantes



Matriz Curricular

MÓDULO	TEMÁTICA
I	Legislação Básica: Disposições da Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021
II	As licitações públicas
III	Os contratos administrativos
IV	As irregularidades e as punições
V	Aspectos complementares da Lei de Licitações Contratos
VI	Legislação específica sobre licitações e contratações públicas
VII	O controle externo das licitações e contratos
CARGA HORÁRIA TOTAL	



**J R BARBOSA CONSULTORIA, PLANEJAMENTO &
GESTÃO**

CNPJ: 39.435.986/0001-68

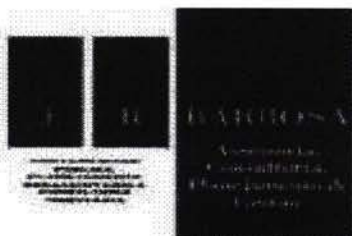
DEFESAS, RECURSOS E JUSTIFICATIVAS JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO MARANHÃO

(Elaboradas pelo titular da empresa)

J R BARBOSA CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & GESTÃO

Rua Desembargador Sarney nº 60, Centro, Paulo Ramos – MA – CEP: 65.716-000

(98) 981049617 | assessoria.jrbs@gmail.com



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO
MARANHÃO, DOUTOR ÁLVARO CÉSAR DE FRANÇA FERREIRA.**

PROCESSO nº 5019 /2019 - TCE

Natureza: Prestação de Contas Anual de Governo

Entidade: Município de Paulo Ramos - MA

Exercício: 2018

Responsável: Deusimar Serra Silva

Ementa: DEFESA

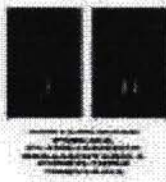
DEUSIMAR SERRA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o número: **431.864.163-53**, residente e domiciliado na Rua Elói Silva, nº 178 – Centro, Paulo Ramos – MA, por seu procurador que esta subscrive, com instrumento de mandato em anexo (**DOC 01**), com escritório profissional situado à Rua Desembargador Sarney, nº 60, Bairro Centro, Paulo Ramos, Maranhão, CEP 65716-000, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com *fulcro no art. 127 e ss da Lei nº 8.258/2005 (LEI ORGÂNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MARANHÃO)*, bem como no *inciso LV do art. 5º da CONSTITUIÇÃO FEDERAL*, que assegura “*Aos litigantes em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral*” o contraditório e ampla defesa, com os meios recursos inerentes” **Apresentar:**

DEFESA

Em face do Relatório de Instrução Técnica nº **2364/2022** – do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, que teve como base a documentação constante da prestação de contas anual de governo relativa ao exercício financeiro de 2018, pelos fatos e fundamentos expostos abaixo:

1 – INTRODUÇÃO

Preliminarmente, destaco o que está consignado no **Art. 22, da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA)**.



In verbis: Art. 22. O Tribunal julgará as contas irregulares quando evidenciada qualquer das seguintes ocorrências:

I – Omissão no dever de prestar contas;

II – Prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;

III – Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

IV – Desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

Da inteligência do dispositivo legal supracitado, se depreende taxativamente, quatro hipóteses de rejeição de contas, quais sejam: I – omissão no dever de prestar contas; II – prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial; III – dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; IV – desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

Resta por óbvio que se ausentes essas hipóteses, as contas devem ser julgadas regulares ou regulares com ressalvas, visto que o julgador não pode se utilizar de critérios subjetivos quando da análise das contas, estando a formação da convicção do juízo vinculada aos termos estritos da lei, devendo o TCE expedir orientações ao gestor para que não repita os erros verificados na prestação de contas analisada caso o entendimento seja pela regularidade com ressalvas.

Valdecir Pascoal (Pascoal, Valdecir Fernandes. Direito Financeiro e Controle Externo. 6ª edição páginas 134 - 135), ao tratar da competência dos tribunais de contas, esclareceu que “a *alcance da fiscalização abrange os aspectos objetivos e subjetivos*” sendo objetivos, os seguintes:

1) CONTÁBIL – relacionado à aplicação dos recursos públicos conforme as técnicas contábeis.

**J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA**
CONTÁBIL

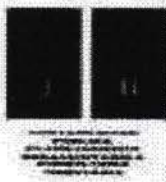
- 2) **FINANCEIRO** – relacionado ao fluxo de recursos (ingressos e saídas) geridos pelo administrador, independentemente de serem ou não recurso orçamentários.
- 3) **ORÇAMENTÁRIO** – relacionado à aplicação dos recursos públicos, conforme as leis orçamentárias, acompanhando a arrecadação dos recursos e sua aplicação.
- 4) **OPERACIONAL** – relacionado à verificação do cumprimento de metas, resultados, eficácia e eficiência da gestão de recursos públicos.
- 5) **PATRIMONIAL** – relacionados ao controle e conservação de bens públicos.

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, em sua obra, Tomada de Conta Especial, a respeito do resultado dos julgamentos das contas, sintetiza:

“Em norma reproduzida, reiteradamente, nas legislações das diversas esferas de governo, as contas são conceituadas como regulares quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável”.

(...) Devem ser julgadas regulares com ressalvas as contas, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.

... Enquadram-se como contas regulares com ressalvas aquelas em que não restou dano ao erário; não houve desfalque ou alcance; a matemática das contas fecha; a contabilidade apresenta-se regular. Essas contas só



não são regulares porque o agente não seguiu, rigorosamente, todo o formalismo da comprovação de despesa, tendo violado norma considerado, no caso, meramente formal.

Por oportuno, é fundamental asseverar que **NÃO SE VERIFICOU** por parte do Defendente a prática de qualquer ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, assim como de ato que cause dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico ou de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

Feitas estas considerações iniciais, passo a sintetizar o caso.

II – DA SÍNTESE DO CASO

O princípio da moralidade pública é resguardado, entre outros, pela obrigatoriedade de prestar contas, dever constitucional atribuído aos administradores públicos, bem como os particulares que gerenciam recursos públicos, garantindo-se a fiscalização do destino dado a essas verbas.

O artigo 70 da Constituição Federal assim dispõe sobre o dever de prestar contas, *verbis*: Art. 70 (...) "Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária".

É cediço que o signatário desta defesa não descurou do dever de prestar contas, tendo em vista que a prestação de contas anual de governo do exercício financeiro de 2018 do Município Paulo Ramos foi submetida à análise da Unidade Técnica do Egrégio Tribunal de Contas do Estado.

Após o referido exame da prestação de contas foi exarado o Relatório de Instrução Técnica nº 2364/2022, no qual foi enumerada uma única ocorrência a ser observada pelo Governo Municipal.



Consignou o TCE/MA que a prestação de contas referente ao exercício de 2018 foi apresentada ao Tribunal em 04/04/2019 encaminhada por meio do ofício nº 48/2019 – GP, gerando o Processo Eletrônico nº 5019/2019.

Ademais, apontou a Corte que a análise da documentação apresentada pelo Governo Municipal sobre as contas do exercício financeiro de 2018 foi organizada conforme os parâmetros contidos na IN 52/2017 de outubro de 2017.

Nesse diapasão, a defesa em seguida apresentada será realizada também a partir dos apontamentos em ordem numérica feita por este E. Tribunal.

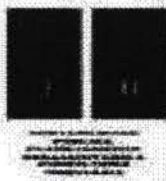
Eis a síntese do que cabia relatar.

III – DO MÉRITO

3.1. – O LIMITE DO REPASSE AO LEGISLATIVO ULTRAPASSOU O PREVISTO NA CARTA FEDERAL.

RESPOSTA:

O valor do Repasse ao Poder Legislativo obedeceu rigorosamente os limites estabelecidos pela Constituição Federal, senão vejamos, a dotação aprovada na Lei Orçamentária Anual, para o Poder Legislativo do Município de Paulo Ramos foi da ordem de **R\$ 1.298.954,01**, ocorre que o Tribunal ao estabelecer a base de cálculo do exercício anterior (2017), deixou de considerar algumas receitas, o que comprometeu o cálculo, as receitas em questão que erroneamente **NÃO FORAM** consideradas pelo Tribunal foram os valores correspondentes ao **ICMS Desoneração Lei nº 87/96**, e a **Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE**. É importante salientar que essas rubricas compõem a metodologia utilizada pelo **TCE/MA**, conforme cópia de relatório de instrução expedido por esta mesma Corte de Contas, segue abaixo planilha demonstrando os valores exatos e a memória de cálculo utilizada, bem como o Anexo 10 (**DOC 2**) do Balanço Geral do Exercício de 2017, demonstrando que o valor repassado está dentro dos limites estabelecidos pela Carta Magna.



J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA
CONTÁBIL

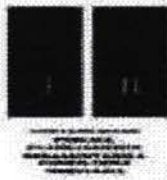
Fls. N°

CPL

PREFEITURA DE PAULO RAMOS - MA		
DESCRIÇÃO	VALOR	7%
Imposto s/ a Propriedade Predial Territorial Urbana - IPTU	6.233,60	436,35
Imposto s/ a Renda Retido nas Fontes - IRRF	559.269,14	39.148,84
Imposto s/ Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis - ITBI	3.289,43	230,26
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	308.933,06	21.625,31
Taxas	9.168,83	641,82
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	14.184.155,45	992.890,88
Cota-Parte do Imposto s/ a Propriedade Territorial Rural - ITR	14.980,79	1.048,66
ICMS Desoneração Lei n.º 87/96	11.117,28	778,21
Imposto s/ a Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS	2.062.540,62	144.377,84
Imposto s/ a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	204.219,36	14.295,36
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	17.763,45	1.243,44
CIP - Iluminação Pública	246.725,53	17.270,79
CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	42.692,80	2.988,50
TOTAL	17.671.089,34	1.236.976,35

Fonte: Anexo 10 – Balanço Geral 2017

Dos dados acima se constata que a base de cálculo **CORRETA** é **R\$ 17.671.089,34** e **NÃO** (R\$ 17.617.297,26) segundo a apuração feita pelo tribunal, feita esta correção preliminar, passemos a analisar detidamente os índices. O valor efetivamente repassado a Câmara Municipal de Paulo Ramos em 2018, foi de **R\$ 1.236.957,84**, ou seja, correspondente a exatos 7% do limite estabelecido pela Carta Política de 1988, utilizando-se como parâmetro as receitas que compõe o cálculo do repasse efetivamente arrecadadas no exercício anterior, resta cristalino que o Poder Executivo cumpriu com as determinações constitucionais, ademais, estamos encaminhando o Anexo 10 do Balanço Geral de 2017, bem como as guias de repasse e comprovantes de transferências efetuados à Casa Legislativa de Paulo Ramos – MA, em 2018.



Desta feita, pugna-se pelo saneamento da ocorrência.

IV – DA CONCLUSÃO E PEDIDO

Ante o exposto, manifesta-se o signatário pela veracidade das informações ora prestadas, bem como os documentos anexados a esta peça de defesa, os quais corroboram o aqui explanado.

No mais, registre-se o compromisso em buscar atender às recomendações feitas pela Egrégia Corte de Contas Maranhense para melhoria das ações em prol da coletividade paularanense, sem descuidar dos princípios da supremacia, indisponibilidade do interesse público e da discricionariedade administrativa.

Assim, pelas razões amplamente expostas e devidamente demonstradas, requer se digno de, conhecendo a presente defesa, a ela dê provimento para, diante da ausência de irregularidades capazes de reprimir a aprovação das contas de governo, **APROVÁ-LAS, SEM RESSALVAS**, com o que estará essa Corte de Contas, mais uma vez, praticando ato de digna homenagem à Justiça, ao Direito, à Moralidade Administrativa e à "Coisa Pública".

Proteste-se pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos.

Nestes Termos

Pede e Espera Deferimento

Paulo Ramos - MA, 11 de agosto de 2022.

José Ronaldo Barbosa da Silva
Contador
CRC/MA 015791/O



J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA

Fls. N° 151

CONTÁBIL

DOC 1

PROCURAÇÃO



**J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA
CONTÁBIL**

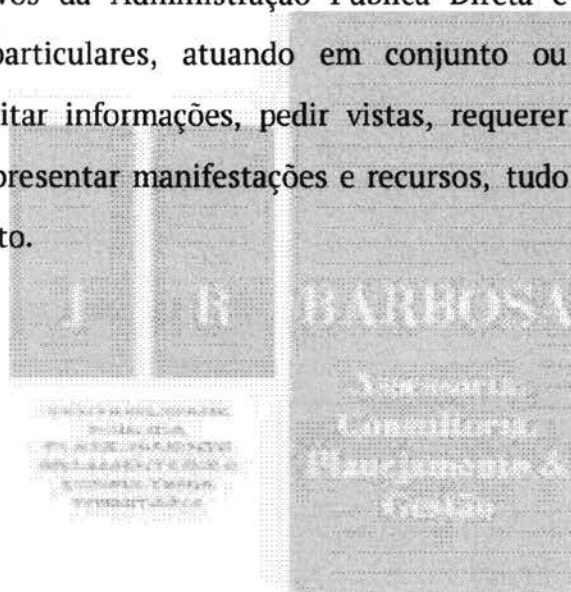
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: DEUSIMAR SERRA SILVA, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 431.864.163-53, residente e domiciliado na Rua Elói Silva, nº 178 – Centro, CEP: 65716-000, Paulo Ramos – MA.

OUTORGADO: JOSÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA, brasileiro, casado, contador inscrito no CRC/MA sob o nº 015791/O, com escritório profissional na Rua Desembargador Sarney, nº 60, Bairro Centro, CEP: 65716-000, Paulo Ramos – MA.

PODERES: Representar o outorgante perante o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e demais órgãos administrativos da Administração Pública Direta e Indireta, Instituições Financeiras, ou particulares, atuando em conjunto ou separadamente, para em seu nome solicitar informações, pedir vistas, requerer cópias de documentos, oferecer defesa, apresentar manifestações e recursos, tudo para o bom e fiel desempenho deste mandato.

Paulo Ramos (MA), 05 de agosto de 2022.



DEUSIMAR SERRA
SILVA:43185416353

Assinado de forma digital por
DEUSIMAR SERRA
SILVA:43185416353

Deusimar Serra Silva
CPF: 431.864.163-53



EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MARANHÃO, DOUTOR JOSÉ DE RIBAMAR CALDAS FURTADO.

PROCESSO nº 4 3 9 3 / 2021 - TCE

Natureza: Prestação de Contas Anual de Governo

Entidade: Município de Paulo Ramos - MA

Exercício: 2020

Responsável: Deusimar Serra Silva

Ementa: DEFESA

DEUSIMAR SERRA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o número: **431.864.163-53**, residente e domiciliado na Rua Elói Silva, nº 178 – Centro, Paulo Ramos – MA, por seu procurador que esta subscreve, com instrumento de mandato em anexo (**DOC 01**), com escritório profissional situado à Rua Desembargador Sarney, nº 60, Bairro Centro, Paulo Ramos, Maranhão, CEP 65716-000, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com *fulcro no art. 127 e ss da Lei nº 8.258/2005 (LEI ORGÂNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MARANHÃO)*, bem como no inciso LV do art. 5º da **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, que assegura “*Aos litigantes em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral*” o contraditório e ampla defesa, com os meios recursos inerentes” **Apresentar:**

DEFESA

Em face do Relatório de Instrução Técnica nº **2060/2022** – do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, que teve como base a documentação constante da prestação de contas anual de governo relativa ao exercício financeiro de **2020**, pelos fatos e fundamentos expostos abaixo.

1 – INTRODUÇÃO

Preliminarmente, destaco o que está consignado no Art. 22, da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE).



In verbis: Art. 22. O Tribunal julgará as contas irregulares quando evidenciada qualquer das seguintes ocorrências:

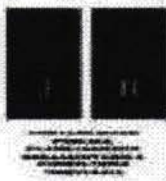
- I – Omissão no dever de prestar contas;
- II – Prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;
- III – Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- IV – Desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

Da inteligência do dispositivo legal supra, se depreende taxativamente, quatro hipóteses de rejeição de contas, quais sejam: I – omissão no dever de prestar contas; II – prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial; III – dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; IV – desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

Resta por óbvio que se ausentes essas hipóteses, as contas devem ser julgadas regulares ou regulares com ressalvas, visto que o julgador não pode se utilizar de critérios subjetivos quando da análise das contas, estando a formação da convicção do juízo vinculada aos termos estritos da lei, devendo o TCE expedir orientações ao gestor para que não repita os erros verificados na prestação de contas analisada caso o entendimento seja pela regularidade com ressalvas.

Valdecir Pascoal (Pascoal, Valdecir Fernandes. Direito Financeiro e Controle Externo, 6ª edição páginas 134 - 135), ao tratar da competência dos tribunais de contas, esclareceu que “a alcance da fiscalização abrange os aspectos objetivos e subjetivos” sendo objetivos, os seguintes:

- 1) **CONTÁBIL** – relacionado à aplicação dos recursos públicos conforme as técnicas contábeis.



2) **FINANCEIRO** – relacionado ao fluxo de recursos (ingressos e saídas) geridos pelo administrador, independentemente de serem ou não recurso orçamentários.

3) **ORÇAMENTÁRIO** – relacionado à aplicação dos recursos públicos, conforme as leis orçamentárias, acompanhando a arrecadação dos recursos e sua aplicação.

4) **OPERACIONAL** – relacionado à verificação do cumprimento de metas, resultados, eficácia e eficiência da gestão de recursos públicos.

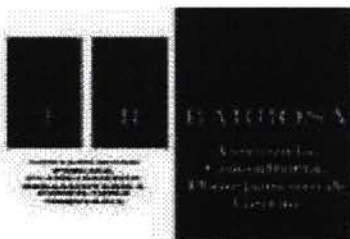
5) **PATRIMONIAL** – relacionados ao controle e conservação de bens públicos.

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, em sua obra, Tomada de Conta Especial, a respeito do resultado dos julgamentos das contas, sintetiza:

“Em norma reproduzida, reiteradamente, nas legislações das diversas esferas de governo, as contas são conceituadas como regulares quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável”.

(...) Devem ser julgadas regulares com ressalvas as contas, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.

... Enquadram-se como contas regulares com ressalvas aquelas em que não restou dano ao erário; não houve desfalque ou alcance; a matemática das contas fecha; a contabilidade apresenta-se regular. Essas contas só



não são regulares porque o agente não seguiu, rigorosamente, todo o formalismo da comprovação de despesa, tendo violado norma considerado, no caso, meramente formal.

Por oportuno, é fundamental asseverar que **NÃO SE VERIFICOU** por parte do Defendente a prática de qualquer ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, assim como de ato que cause dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico ou de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

Feitas estas considerações iniciais, passo a sintetizar o caso.

II – DA SÍNTESE DO CASO

O princípio da moralidade pública é resguardado, entre outros, pela obrigatoriedade de prestar contas, dever constitucional atribuído aos administradores públicos, bem como os particulares que gerenciam recursos públicos, garantindo-se a fiscalização do destino dado a essas verbas.

O artigo 70 da Constituição Federal assim dispõe sobre o dever de prestar contas, verbis: Art. 70 (...) "Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária".

É cediço que o signatário desta defesa não descurou do dever de prestar contas, tendo em vista que a prestação de contas anual do governo do exercício financeiro de 2020 do município de Paulo Ramos foi submetida à análise da Unidade Técnica do Egrégio Tribunal de Contas do Estado.

Após o referido exame da prestação de contas foi exarado o Relatório de Instrução Técnica nº 2060/2022, no qual foram enumeradas algumas ocorrências e recomendações a serem observadas pelo Governo Municipal.



Consignou o TCE/MA que a prestação de contas referente ao exercício de 2020 foi apresentada ao Tribunal em 01/06/2021 encaminhada por meio do ofício nº 102/2020 – GP, gerando o Processo Eletrônico nº 4393/2021.

Ademais, apontou a Corte que a análise da documentação apresentada pelo Governo Municipal sobre as contas do exercício financeiro de 2020 foi organizada conforme os parâmetros contidos na IN 52/2017 de outubro de 2017.

Nesse diapasão, a defesa em seguida apresentada será realizada também a partir dos apontamentos em ordem numérica feita por este E. Tribunal.

Eis a síntese do que cabia relatar.

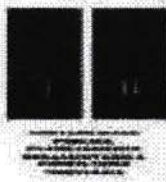
III – DO MÉRITO

S.1.1 – VERIFICAR SE A DESPESA COM PESSOAL NO PRIMEIRO SEMESTRE/QUADRIMESTRE ULTRAPASSOU O LIMITE DE 95% DOS 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA.

RESPOSTA:

Verificasse que a Municipalidade cumpriu o índice relativo à despesa com pessoal e encargos sociais, conforme documentação em anexo (DOC 2) na análise feita pelo tribunal constatou-se que a gestão municipal reduziu os gastos com pessoal no segundo semestre de 2020, ou seja, não houve aumento da referida despesa nos 180 dias finais do último ano do mandato.

1º SEMESTRE (R\$)		2º SEMESTRE (R\$)	
Total Despesa	R\$ 25.866.899,75	Total Despesa	R\$ 24.254.395,43
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	R\$ 45.431.115,41	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	R\$ 46.750.613,17
Despesa de Pessoal EXECUTIVO – Limite Legal – 54% da RCL - art. 21 II da LRF	R\$ 24.332.802,32	Despesa de Pessoal EXECUTIVO – Limite Legal – 54% da RCL - art. 21 II da LRF	R\$ 25.245.331,11



PERCENTUAL	56,94%	PERCENTUAL	51,88%
------------	--------	------------	--------

Desta feita, pugna-se pelo saneamento da ocorrência.

5.1.2 – VERIFICAR EVENTUAIS INSUFICIÊNCIAS DE DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS SUFICIENTES.

RESPOSTA:

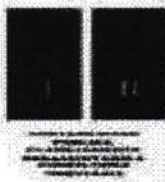
Os valores inscritos em restos a pagar processados em 31/12/2020 foram da ordem de R\$ 8.291.913,17 (oito milhões duzentos e noventa e um mil, novecentos e treze reais e dezessete centavos), somados aos restos a pagar processados e não processados inscritos em 31/12/2019, no valor de R\$ 753.889,04 (setecentos e cinquenta e três mil, oitocentos e oitenta e nove reais e quatro centavos) perfazendo o total de R\$ 8.403.403,41 (oito milhões, quatrocentos e três mil, quatrocentos e três reais e quarenta e um centavos), deste valor, deduzido os valores pagos, da ordem de R\$ 283.119,49 (duzentos e oitenta e três mil, cento e dezenove reais e quarenta e nove centavos).

A disponibilidade financeira apurada no Balanço Financeiro foi da ordem de R\$ 5.418.144,77 (cinco milhões, quatrocentos e dezoito mil, cento e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos).

Em tese a insuficiência financeira seria de R\$ 3.344.537,95 (três milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos).

O fato é que havia um crédito pertencente ao exercício de 2020, cuja às ordens bancárias estavam firmadas em 31/12/2020, conforme documento em anexo (DOC 3) mas que somente foram creditadas no primeiro dia útil de janeiro de 2021, que deu lastro financeiro aos restos a pagar inscritos ao final do exercício de 2020, ao se adotar o regime de caixa para receitas o crédito não constou no Balanço Geral do Município de 2020, mas a receita efetivamente pertence ao exercício financeiro em epígrafe.

O valor total da referida receita é R\$ 4.346.136,00 (quatro milhões, trezentos e quarenta e seis mil, cento e trinta e seis reais), ou seja, somando este valor, a disponibilidade



financeira apurada no anexo 13 do Balanço Geral, a disponibilidade total foi **R\$ 9.764.280,77** (nove milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e oitenta reais e setenta e sete centavos).

Estamos encaminhando em anexo juntamente com o (DOC 4) o balanço orçamentário de 2021, já da atual gestão, demonstrando no quadro de restos a pagar processados, que o valor deixado nas contas do município foi suficiente para honrar os valores inscritos em restos a pagar em 2020.

Desta feita, pugna-se pelo saneamento da ocorrência.

5.1.3 – VERIFICAR EVENTUAIS INSUFICIÊNCIAS DE TESOURARIA.

RESPOSTA:

O déficit orçamentário em si não pode ser considerado um achado de auditoria, hora, o próprio conceito remete a lógica de se usar um parâmetro de comparação, nesse sentido a proibição ao déficit não é absoluta, o que o legislador buscou coibir são os déficits imoderados que não poderiam eventualmente ser compensados com um superávit equivalente, no mais como já demonstrado no item anterior, houve lastro financeiro para honrar os compromissos assumidos pela municipalidade, tendo o município atingido o superávit no exercício seguinte, conforme Balanço Orçamentário de 2021 (DOC 5) anexado a esta peça de defesa.

Desta feita, pugna-se pelo saneamento da ocorrência.

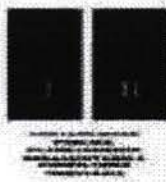
5.1.4 – VERIFICAR A REGULARIDADE DA APLICAÇÃO MÍNIMA DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS, COMPREENDIDA A PROVENIENTE DE TRANSFERÊNCIAS, NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.

RESPOSTA:



Em resposta a ocorrência apontada neste item, necessário esclarecer que, o Município de Paulo Ramos aplicou mais que o mínimo constitucional exigido em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no exercício financeiro de 2020, resta demonstrado que todos os dados estão em consonância com os valores constantes nos anexos 01, 02, 07, 10 e 11 do Balanço Geral do Município no exercício de 2020, conforme documentos em anexo (DOC 6), consubstanciando que o percentual aplicado com manutenção e desenvolvimento do ensino, importou em **29,33%**. Ainda no tocante a ocorrência, estamos remetendo em anexo a relação de empenhos das despesas na manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE. Desta forma resta notório o cumprimento da exigência constitucional no tocante a aplicação do mínimo na manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo mais resumido segue abaixo a tabela consubstanciando os dados constantes nos anexos supracitados.

DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – MDE 2020	
DESPESAS COM EDUCAÇÃO	Em R\$
TOTAL DA DESPESA COM A FUNÇÃO EDUCAÇÃO	27.252.504,76
(-) Salário-Educação	(294.073,15)
(-) Convênios com Educação (vide tabela abaixo)	(2.700.345,31)
(+) Contribuição ao FUNDEB	3.477.321,65
(-) Recursos Recebidos do FUNDEB	(21.986.029,28)
(-) Inativos	
TOTAL APLICADO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	5.749.378,67
Despesas Indevidas	
Total Apurado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	5.749.378,67
BASE DE CÁLCULO	
Receita de Impostos e Transferências ARRECADADA	19.601.374,64
Percentual Mínimo Constitucional (25%)	4.900.343,66
LIMITES COM EDUCAÇÃO (VALORES APLICADOS)	
TOTAL APURADO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	5.749.378,67
PERCENTUAL MÍNIMO CONSTITUCIONAL	29,33%



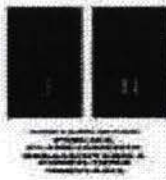
APLICADO (25%)	
DEDUÇÕES EDUCAÇÃO	
CONVÊNIOS COM EDUCAÇÃO	(R\$)
Salário Educação	294.073,15
PDDE	11.940,00
PNAE- Programa Nacional Alimentação Escolar	619.253,80
PNATE- Programa Nacional Transporte Escolar	96.963,74
Outras Transferências FNDE	1.972.187,77
Transferências de recursos destinados a Educação - Capital	0,00
Total	2.994.418,46
DISCRIMINAÇÃO - CÓDIGO	VALOR
IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	19.601.374,64
TOTAL	19.601.374,64

Desta feita, pugna-se pelo saneamento da ocorrência.

5.1.5 - VERIFICAR A REGULARIDADE DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ANUAIS TOTAIS DO FUNDEB.

RESPOSTA:

Em resposta a ocorrência apontada neste item, necessário esclarecer que, o Município de Paulo Ramos aplicou mais que o mínimo legal exigido em despesas na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica em Efetivo Exercício, para sanar o item acima, encaminhamos o anexo 01, 02, 07, 10 e 11 da Lei 4.320/64, evidenciando que o percentual aplicado com remuneração de profissionais da educação básica em efetivo exercício, importou em **62,96%**, e **18,51%** em outras despesas. Ainda no tocante a ocorrência, estamos remetendo em anexo (**DOC 7**) o demonstrativo mensal das receitas destinadas ao FUNDEB, acompanhado dos respectivos Demonstrativos de Distribuição de Arrecadação mês a mês, extraídos do Banco do Brasil S/A, bem como a relação de empenhos das despesas com FUNDEB. Portanto, estando elidida a ocorrência, restando notório o cumprimento da exigência legal no tocante a aplicação do mínimo na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, corroborando as informações acima expostas demonstrando em planilha de forma sintética os valores.



J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA
CONTÁBIL

Fls. N° 162

CPL

RECEITAS DO FUNDEB	REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM 2020	PERCENTUAL
21.986.029,28	13.842.809,92	62,96%

Desta feita, pugna-se pelo saneamento da ocorrência.

5.1.6 - VERIFICAR A REGULARIDADE DAS TRANSFERÊNCIAS DE DUODÉCIMOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL.

RESPOSTA:

O valor do Repasse ao Poder Legislativo foi da ordem de **R\$ 1.388.870,34**, (DOC 8) representando 6,54% da Receita Tributária do Município e das Transferências previstas no parágrafo 5º do art. 153 e arts. 158 e 159 da Constituição Federal efetivamente arrecadadas no Exercício Anterior, ou seja, 2019. Desta forma, fica evidenciado que o Poder Executivo **CUMPRIU** o limite máximo de 7%, estabelecido no art. 29 - A da CF, conforme documentação anexa e o demonstrativo de repasse abaixo:

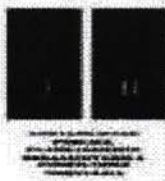
DESCRIÇÃO	VALOR
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFÊNCIAS	R\$ 21.226.450,77
VALOR REPASSADO	R\$ 1.388.870,34
PERCENTUAL	6,54%

Assim peço o saneamento da ocorrência.

IV - DA CONCLUSÃO E PEDIDO

Ante o exposto, manifesta-se o signatário pela veracidade das informações ora prestadas, bem como os documentos anexados a esta peça de defesa, os quais corroboram o aqui explanado.

No mais, registre-se o compromisso em buscar atender às recomendações feitas pela Egrégia Corte de Contas Maranhense para melhoria das ações em prol da coletividade pauloranense, sem descuidar dos princípios da supremacia, indisponibilidade do interesse público e da discricionariedade administrativa.



J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA
CONTÁBIL

Fls. Nº 163

CPL

Assim, pelas razões amplamente expostas e devidamente demonstradas, requer se digne de, conhecendo a presente defesa, a ela dê provimento para, diante da ausência de irregularidades capazes de reprimir a aprovação das contas de governo, **APROVÁ-LAS, SEM RESSALVAS**, com o que estará essa Corte de Contas, mais uma vez, praticando ato de digna homenagem à Justiça, ao Direito, à Moralidade Administrativa e à "Coisa Pública".

Proteste-se pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos.

Nestes Termos

Pede e Espera Deferimento

Paulo Ramos - MA, 05 de agosto de 2022.

José Ronaldo Barbosa da Silva
Contador
CRC/MA 015791/O



Fls. N° <u>164</u>
CPL

J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA
CONTÁBIL

DOC 1

PROCURAÇÃO



**J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA
CONTÁBIL**

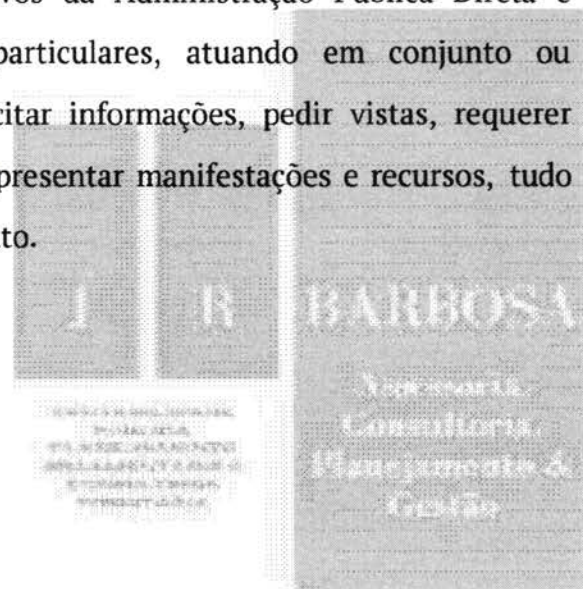
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: DEUSIMAR SERRA SILVA, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 431.864.163-53, residente e domiciliado na Rua Elói Silva, nº 178 – Centro, CEP: 65716-000, Paulo Ramos – MA.

OUTORGADO: JOSÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA, brasileiro, casado, contador inscrito no CRC/MA sob o nº 015791/O, com escritório profissional na Rua Desembargador Sarney, nº 60, Bairro Centro, CEP: 65716-000, Paulo Ramos – MA.

PODERES: Representar o outorgante perante o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e demais órgãos administrativos da Administração Pública Direta e Indireta, Instituições Financeiras, ou particulares, atuando em conjunto ou separadamente, para em seu nome solicitar informações, pedir vistas, requerer cópias de documentos, oferecer defesa, apresentar manifestações e recursos, tudo para o bom e fiel desempenho deste mandato.

Paulo Ramos (MA), 05 de agosto de 2022.



DEUSIMAR SERRA
SILVA:43185416353

Assinado de forma digital por
DEUSIMAR SERRA
SILVA:43185416353

Deusimar Serra Silva
CPF: 431.864.163-53

**JRB DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA**
CONTÁBIL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO - SUBSTITUTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MARANHÃO, DOUTOR ANTONIO BLECAUTE COSTA BARBOSA.

PROCESSO nº 3237/2015 - TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual de Governo

Entidade: Município de Amarante do Maranhão - MA

Exercício: 2014

Responsável: Adriana Luriko Kamada Ribeiro

Ementa: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

Adriana Luriko Kamada Ribeiro, brasileira, casada, portadora do CPF número 424.190.772-53, residente na Rua São Paulo, nº 512, Centro, Amarante do Maranhão - MA, através de seu procurador, devidamente identificado no instrumento de mandato em anexo (DOC 01) e com escritório profissional localizado na Rua Desembargador Sarney, nº 60, Bairro Centro, Paulo Ramos, Maranhão, CEP 65716-000, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, invocando o Art. 136 e seguintes da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão), bem como o inciso LV do Art. 5º da Constituição Federal, que garante "*aos litigantes em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral*" o contraditório e ampla defesa, **APRESENTAR:**

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

Em face do voto proferido sobre as Contas Anuais da Prefeita do Município de Amarante do Maranhão, referente ao exercício financeiro de 2014, na sessão plenária ocorrida em 24 de maio de 2023, por esta egrégia Corte de Contas, e



JRB DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA

CONTÁBIL

com posterior publicação no Diário Oficial do Tribunal em 13 de junho do corrente ano, apresentamos os fatos e fundamentos expostos abaixo:

I - INTRODUÇÃO

Preliminarmente, destaco o que está consignado no Art. 22, da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA)¹. *In verbis*: Art. 22. O Tribunal julgará as contas irregulares quando evidenciada qualquer das seguintes ocorrências:

I - Omissão no dever de prestar contas;

II - Prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;

III - Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

IV - Desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

Da inteligência do dispositivo legal supracitado, se depreende taxativamente, quatro hipóteses de rejeição de contas, quais sejam: I - omissão no dever de prestar contas; II - prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil,

¹ Art. 22 O Tribunal julgará as contas irregulares quando evidenciada qualquer das seguintes ocorrências: I - omissão no dever de prestar contas; II - prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial; III - dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; IV - desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.



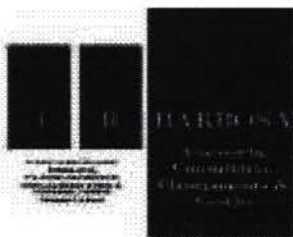
financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial; *III* – dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; *IV* – desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

Resta por óbvio que se ausentes essas hipóteses, as contas devem ser julgadas regulares ou regulares com ressalvas, visto que o julgador não pode se utilizar de critérios subjetivos quando da análise das contas, estando à formação da convicção do juízo vinculada aos termos estritos da lei, devendo o TCE expedir orientações ao gestor para que não repita os erros verificados na prestação de contas analisada caso o entendimento seja pela regularidade com ressalvas.

Valdecir Pascoal (Pascoal, Valdecir Fernandes. Direito Financeiro e Controle Externo. 6ª edição páginas 134 - 135)², ao tratar da competência dos tribunais de contas, esclareceu que “o alcance da fiscalização abrange os aspectos objetivos e subjetivos” sendo objetivos, os seguintes:

- 1) **CONTÁBIL** – relacionado à aplicação dos recursos públicos conforme as técnicas contábeis.
- 2) **FINANCEIRO** – relacionado ao fluxo de recursos (ingressos e saídas) geridos pelo administrador, independentemente de serem ou não recurso orçamentários.
- 3) **ORÇAMENTÁRIO** – relacionado à aplicação dos recursos públicos, conforme as leis orçamentárias.

² Valdecir Pascoal (Pascoal, Valdecir Fernandes. Direito Financeiro e Controle Externo. 6ª edição páginas 134 - 135).



J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA

CONTÁBIL

acompanhando a arrecadação dos recursos e sua aplicação.

4) OPERACIONAL – *relacionado à verificação do cumprimento de metas, resultados, eficácia e eficiência da gestão de recursos públicos.*

5) PATRIMONIAL – *relacionados ao controle e conservação de bens públicos.*

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, em sua obra, Tomada de Conta Especial³, a respeito do resultado dos julgamentos das contas, sintetiza:

“Em norma reproduzida, reiteradamente, nas legislações das diversas esferas de governo, as contas são conceituadas como regulares quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável”.

(...) Devem ser julgadas regulares com ressalvas as contas, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.

... Enquadram-se como contas regulares com ressalvas aquelas em que não restou dano ao erário; não houve desfalque ou alcance; a matemática das contas fecha; a contabilidade apresenta-se regular. Essas contas só não

³ TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - Desenvolvimento do Processo na Administração Pública e nos Tribunais de Contas - 7ª Edição - Revista, Atualizada e Ampliada.



são regulares porque o agente não seguiu, rigorosamente, todo o formalismo da comprovação de despesa, tendo violado norma considerado, no caso, meramente formal.

Por oportuno, é fundamental asseverar que **NÃO SE VERIFICOU** por parte da Defendente a prática de qualquer ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, assim como de ato que cause dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico ou de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

Feitas estas considerações iniciais, passo a sintetizar o caso.

II - DA SÍNTESE DO CASO

O princípio da moralidade pública é resguardado, entre outros, pela obrigatoriedade de prestar contas, dever constitucional atribuído aos administradores públicos, bem como os particulares que gerenciam recursos públicos, garantindo-se a fiscalização do destino dado a essas verbas.

O parágrafo único do Artigo 70 da Constituição Federal⁴ assim dispõe sobre o dever de prestar contas, *verbis*: "Prestará Contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde ou administre dinheiros, bens e

⁴ **Parágrafo único.** Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

**J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA**
CONTÁBIL

valores públicos ou pelos quais a União, responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária”.

É cediço que a signatária deste recurso não descurou do dever de prestar contas, tendo em vista que a prestação de contas anual de governo do exercício financeiro de 2014 do Município de Amarante do Maranhão foi submetida à análise da Unidade Técnica do Egrégio Tribunal de Contas do Estado.

Após o referido exame da prestação de contas foi exarado o Relatório de Instrução Técnica Preliminar nº 10153/2016, após apresentação das contrarrazões da defesa o Tribunal emitiu o Relatório de Instrução Técnica Conclusivo nº 265/2021 no qual restou UMA única ocorrência a ser observada pelo Governo Municipal.

Consignou o TCE/MA que a prestação de contas referente ao exercício de 2014 foi apresentada ao Tribunal em 26/03/2015, por meio do ofício nº 033/2015 gerando o Processo Eletrônico nº 3237/2015.

Ademais, apontou a Corte que a análise da documentação apresentada pelo Governo Municipal sobre as contas do exercício financeiro de 2014 foi organizada conforme os parâmetros contidos na IN 09/2005 de 02 de fevereiro de 2005.

Nesse diapasão, o recurso de reconsideração em seguida apresentado será realizado também a partir do ÚNICO apontamento restante em ordem numérica feita por este E. Tribunal.

Eis a síntese do que cabia relatar.

III – DO MÉRITO



7.3: - LIMITES LEGAIS DOS GASTOS (LIMITES MÍNIMOS E NATUREZA DOS GASTOS) DEMONSTRAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO PARA APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - ART. 212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

RESPOSTA:

No tocante ao apontamento acima, é necessário esclarecer que a Municipalidade aplicou mais do que o mínimo constitucional estabelecido no exercício de 2014, das receitas resultantes de impostos e transferências na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, conforme se depreende da tabela abaixo, subsidiada pela documentação em anexo (DOC.2). Senão vejamos: a receita resultante de impostos e transferências, conforme a previsão constitucional contida nos artigos 158 e 159 da Carta Magna, foi de R\$ 23.269.614,33 (vinte e três milhões,

§ Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

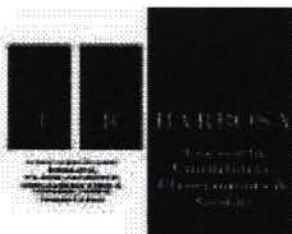
I - 65% (sessenta e cinco por cento), no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - até 35% (trinta e cinco por cento), de acordo com o que dispuser lei estadual, observada, obrigatoriamente, a distribuição de, no mínimo, 10 (dez) pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

JRB BARBOSA ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & GESTÃO

Rua Desembargador Sarney nº 60, Centro, Paulo Ramos - MA - CEP: 65.716-000

Telefone: (98) 981049617 E-mail: assessoria.jrbs@gmail.com



duzentos e sessenta e nove mil, seiscentos e quatorze reais e trinta e três centavos). O valor da despesa com a função educação (função 12) totalizou R\$ 28.744.298,05 (vinte e oito milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, duzentos e noventa e oito reais e cinco centavos), deduzidos os valores repassados pelo FNDE, os recursos recebidos a título de FUNDEB e somado o valor da contribuição do Município ao FUNDEB.

Art. 159. A União entregará: (Vide Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 50% (cinquenta por cento), da seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 112, de 2021) Produção de efeitos

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal: (Vide Lei Complementar nº 62, de 1989) (Regulamento)

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios: (Vide Lei Complementar nº 62, de 1989) (Regulamento)

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer: (Regulamento)

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

e) 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 84, de 2014)

f) 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de setembro de cada ano: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 112, de 2021) Produção de efeitos

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados. (Regulamento)

III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)



Fls. N° 174

CPL

J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA
CONTÁBIL

Temos, assim, um montante de R\$ 7.050.407,86 (sete milhões, cinquenta mil, quatrocentos e sete reais e oitenta e seis centavos), correspondente a 30,30% da Receita de Impostos e Transferências.

DESPESAS COM EDUCAÇÃO		Em R\$
Total da Despesa com a Função Educação		28.744.298,05
(-) Salário-Educação		(481.542,11)
(-) Convênios com Educação (vide tabela abaixo)		(1.534.717,87)
(+) Contribuição ao FUNDEB		4.041.350,03
(-) Recursos Recebidos do FUNDEB		(23.718.980,24)
(-) Inativos		-
Total Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		7.050.407,86
Despesas Indevidas		-
Total Apurado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		7.050.407,86
BASE DE CÁLCULO		
Receita de Impostos e Transferências Arrecadada		23.269.614,33
Percentual Mínimo Constitucional (25%)		5.817.403,58
LIMITES COM EDUCAÇÃO (VALORES APLICADOS)		
Total Apurado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		7.050.407,86
PERCENTUAL MÍNIMO CONSTITUCIONAL APLICADO (25%)		30,30%
DEDUÇÕES EDUCAÇÃO		
CONVÊNIOS COM EDUCAÇÃO		(R\$)
Salário Educação		481.542,11
Transferências de Recursos do FNDE		1.534.717,87
Total		2.016.259,98
DISCRIMINAÇÃO - CÓDIGO		VALOR
IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS		23.269.614,33



J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA

CONTÁBIL

Desta feita, pugna-se pelo saneamento da ocorrência.

Registre-se que, mesmo que tal irregularidade tivesse ocorrido, o que não é o caso em tela, ainda assim não ensejaria a rejeição das contas apresentadas. Essa compreensão está em consonância com a jurisprudência deste tribunal, conforme demonstrado pelos seguintes julgados.

Processo n° 4615/2015-TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual do Governador

Exercício financeiro: 2015

Entidade: Estado do Maranhão

Responsável: Roseana Sarney Murad, CPF n° 115.116.991-91, residente e domiciliada na Av. Atlântica, n° 11, Calhau, São Luís - MA, CEP 65000-000.

Ministério Público de Contas: Procuradores, Paulo Henrique Araújo dos Reis, Jairo Cavalcanti Vieira, Douglas Paulo da Silva e Flávia Gonzalez Leite.

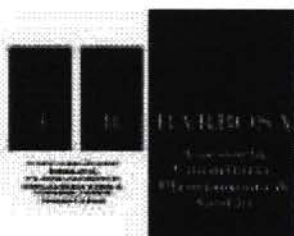
Relator: Conselheiro João Jorge Jinkings Favão

Prestação de contas anual do Governador do Estado do Maranhão, exercício financeiro de 2015, de responsabilidade da Exma. Senhora Roseana Sarney Murad. Parecer prévio pela aprovação das contas.

PARECER PRÉVIO PL-TCE N.º 135/2017

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso da competência que lhe conferem o art. 51, inciso I, da Constituição do Estado do Maranhão, o art. 1º, inciso I, da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), e o art. 1º, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, decide, por unanimidade, em sessão extraordinária, nos termos do relatório e voto do Relator, que acolheu em parte o Parecer n° 199/2017/GPROC1 do Ministério Público de Contas:

I - emitir parecer prévio pela aprovação das contas anuais do Estado do Maranhão, relativas ao exercício financeiro de 2015, de responsabilidade da Governadora Senhora Roseana Sarney Murad, constantes dos autos do Processo n.º 4615/2015-TCE/MA, em razão de o Balanço Geral do Estado do Maranhão representar adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em



J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA

CONTÁBIL

31/12/2015, bem como o resultado das operações estarem de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade aplicados à Administração Pública com as seguintes recomendações:

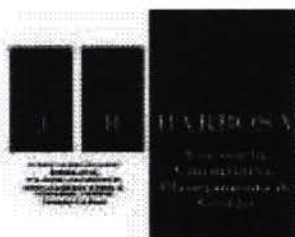
a) considerando os critérios de rateio do ICMS estabelecidos na Lei Estadual nº 5.559/92 e o baixo desenvolvimento da maioria dos municípios maranhenses, recomenda-se que o Governo Estadual faça um estudo sobre a atual forma de distribuição do ICMS e a possibilidade de implantação de uma outra forma que permita maior equidade social;

b) em razão dos crescentes valores de precatórios incluídos no orçamento, recomenda-se que o Estado do Maranhão faça o devido pagamento dos precatórios de exercícios anteriores em aberto, e, também, para fins de planejamento orçamentário, que haja o acompanhamento, controle e centralização das informações referentes aos processos judiciais que estejam em vias de se tornarem precatórios nos anos seguintes (pelo menos 3 anos), para, assim, garantir recursos suficientes (provisões) visando seus efetivos pagamentos, nos termos do art. 100 da Constituição Federal;

c) a metodologia aplicada pelo TCE/MA quanto apuração das receitas e das deduções dessas para compor a Receita Corrente Líquida, com base na documentação de prestação de contas enviada a este Tribunal, gera, ainda, divergências quando comparado com a RCL informada no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO). Sendo assim, recomenda-se que na prestação de contas enviada ao TCE demonstre adequadamente as receitas e suas deduções, evitando resultados divergentes;

D) SOMENTE A DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS NA EDUCAÇÃO NÃO REFLETEM COM RIGOR O DESEMPENHO DA GESTÃO NESTA FUNÇÃO. ALÉM DISSO, MESMO CUMPRINDO ESTES LIMITES O ESTADO CONTINUA APRESENTANDO ÍNDICES BAIXOS NA EDUCAÇÃO.

Assim, recomenda-se que a Secretaria de Educação Estadual faça avaliação anual da gestão e apresente ao

**J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA****CONTÁBIL**

Tribunal relatórios mais consistentes de forma evidenciar o que tem sido feito para melhorar o desempenho da educação no Estado;

e) recomenda-se que o Estado do Maranhão busque cumprir as metas fixadas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, com a adoção das providências previstas no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, sempre que necessário para o alcance das mesmas.

II - após o trânsito em julgado, encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão o processo em análise, acompanhado do Relatório Técnico, Voto do Relator, Parecer Prévio e de sua publicação no Diário Oficial

Eletrônico do TCE/MA, para as providências cabíveis;

III - encaminhar à Excelentíssima Senhora Roseana Sarney Murad, ex-Governadora do Estado do Maranhão, cópia do relatório e voto do relator, do parecer prévio e de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do

TCE/MA;

IV - determinar o arquivamento nesta Corte de Contas, para fins de direito, de cópias das principais peças processuais.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente), Raimundo

Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira,

Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior,

João Jorge Jinkings Pavão (Relator), ANTONIO

BLECAUTE COSTA BARBOSA e Joaquim Washington

Luiz de Oliveira, o Conselheiro-Substituto Osmário

Freire Guimarães e o membro do Ministério Público de Contas,

Procurador-Geral Jairo Cavalcanti Vieira.

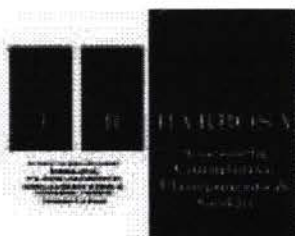
Publique-se e cumpra-se. Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 24 de maio de 2017. Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado. Presidente

Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão. Relator

Jairo Cavalcanti Vieira. Procurador-Geral de Contas

Processo nº 3102/2009-TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual do



JRB DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA

CONTÁBIL

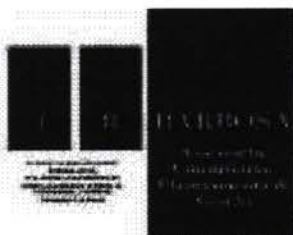
Prefeito**Exercício financeiro: 2008****Entidade: Município de Santa Rita**

Responsável: Hilton Gonçalves de Sousa (CPF nº 407.202.683-20), residente na Rua 22, Quadra 01, nº 13, Calhau, São Luís/MA, CEP nº 65061-840. Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis Relator: Conselheiro Raimundo Oliveira Filho. **Prestação de Contas Anual do Prefeito de Santa Rita, Senhor Hilton Gonçalves de Sousa, relativa ao exercício financeiro de 2008. Emissão de parecer prévio pela aprovação com ressalvas das contas de governo.**

PARECER PRÉVIO-TCE N.º 3/2016

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso da competência que lhe conferem o art. 172, inciso I, da Constituição Estadual e o art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), decide, por unanimidade, em sessão ordinária do pleno, nos termos do relatório e voto do Relator, concordando com a manifestação do Ministério Público de Contas, em Tribunal de Contas do Estado do Maranhão Diário Oficial Eletrônico - Edição nº 753/2016 São Luís, 24 de agosto de 2016 Página 27 de 35

a) Emitir parecer prévio pela aprovação com ressalvas das contas anuais do Município de Santa Rita/MA, relativas ao exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do Prefeito, Senhor Hilton Gonçalves de Sousa, com fundamentação no art. 10, inciso I, c/c o art. 8º, § 3º, inciso II, da Lei Orgânica do TCE/MA, em razão das seguintes irregularidades apontadas no Relatório de Informação Técnica nº 439/2010-UTCOC/NACOG: Seção IV, item 1.1, "a" - agenda do ciclo orçamentário - encaminhamento intempestivo das leis orçamentárias ao TCE/MA; Seção IV, item 1.2.2 - Lei das Diretrizes Orçamentárias - ausência de normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos e dos anexos de metas fiscais e de riscos fiscais; Seção IV, item 1.2.4, "b" - Créditos adicionais - relação dos créditos adicionais, abertos no exercício, sem as informações devidas; Seção IV, item 3.1.1, "b" - Comparativo entre a



JRB DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA

CONTÁBIL

receita informada e apurada - contabilização da receita a maior;

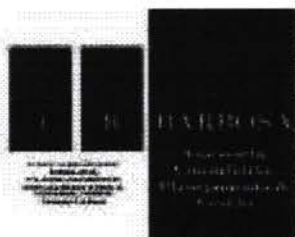
Seção IV, item 3.4 - Saldo financeiro - saldo transferido para o exercício não foi comprovado; Seção IV, item 3.6 - Precatórios - ausência da relação contendo os nomes dos beneficiários de precatórios judiciais; Seção IV, item 4.5 - Metas Fiscais - ausência de informações sobre desempenho de políticas sobre metas fiscais;

Seção IV, item 5.1.2 - Dívida fluante - ausência de saldo de restos a pagar do exercício anterior Seção IV, item 5.2 - Dívida mobiliária - ausência de informação sobre a dívida mobiliária; Seção IV, item 5.3 - Operação de créditos - ausência de informação sobre operação de créditos; Seção IV, item 5.4 - Concessão de garantia - ausência de informação sobre concessão de garantia; Seção IV, item 6.1, "a", "c", "d", "e", "f", "g", "i"

- Marco legal - ausência de Lei que institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários dos Servidores Efetivos do Município; Seção IV, item 6.2.1 - Servidores efetivos - ausência de lei que institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários dos Servidores Efetivos do Município; Seção IV, item 6.2.3 - Agentes públicos - ausência de informação sobre o valor do subsídio pago aos secretários; Seção IV, item 6.3 - Regime previdenciário - ausência dos demonstrativos de nº 11 e 12; Seção IV, item 6.6 - Admissões no exercício - ausência de relação contendo o número de servidores dispostos no Município no exercício; Seção IV, item 6.6.1 - Custo com pessoal nos últimos 180 dias - ausência de relação contendo o número de servidores dispostos no Município no exercício;

SEÇÃO IV, ITEM 7.3.2 - APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DESCUMPRIMENTO DO PERCENTUAL DE APLICAÇÃO CONSTITUCIONAL;

Seção IV, item 9.2 - Mecanismo de controle - ausência de órgão de controle da gestão de assistência social; Seção IV, item 10.1.1 - Balanço orçamentário - diferença apurada na contabilização da receita; Seção IV, item 10.1.2 - Balanço financeiro - diferença apurada na contabilização da receita, no saldo financeiro e contas indevidas de Imposto de Renda Retido na Fonte Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza; Seção IV,

**J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA****CONTÁBIL**

item 10.1.3 - Balanço patrimonial - diferença apurada na contabilização; Seção IV, item 10.1.4 - Demonstração das variações patrimoniais - ausência de opinião por ocorrências existentes na contabilização da

receita; Seção IV, item 10.3 - Responsabilidade técnica

- responsável não pertence ao quadro de efetivo da prefeitura; Seção IV, item 11.1, "a" - Destaque do relatório apresentado pelo órgão central do sistema - ausência do relatório do órgão de controle interno;

Seção IV, item 12.1 - Destaque das ações governamentais - ausência de destaques no relatório; Seção IV, item 13.1,

"a", "b", "d" - Agenda fiscal - Relatório Resumido de Execução Fiscal - ausência de comprovação de publicação dos relatórios de todos os bimestres; Seção IV, item 13.3 - Audiências públicas -

ausência de informações de realização de audiências públicas.

b) enviar à Câmara Municipal de Santa Rita, em cinco dias, após o trânsito em julgado, uma via original deste Parecer Prévio, para a deliberação prevista no § 2º do art. 31 da Constituição Federal. Presentes à sessão os Conselheiros João Jorge Jinkings Pavão (Presidente), Raimundo Oliveira Filho (Relator), Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, José de Ribamar Caldas Furtado e Joaquim Washington Luiz de Oliveira, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães e o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão Diário Oficial Eletrônico - Edição nº 753/2016 São Luís, 24 de agosto de 2016 Página 28 de 35 Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do

Estado do Maranhão, em São Luís, 13 de janeiro de 2016.

Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão - Presidente.

Conselheiro Raimundo Oliveira Filho - Relator. Paulo

Henrique Araújo dos Reis - Procurador de Contas.

IV - DA CONCLUSÃO E PEDIDO



J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA

CONTÁBIL

Ante o exposto, manifesta-se o signatário pela veracidade das informações ora prestadas, bem como os documentos anexados a este recurso, os quais corroboram o aqui explanado.

No mais, registre-se o compromisso em buscar atender às recomendações feitas pela Egrégia Corte de Contas Maranhense para melhoria das ações em prol da coletividade do povo de Amarante do Maranhão, sem descuidar dos princípios da supremacia, indisponibilidade do interesse público e da discricionariedade administrativa.

Assim, pelas razões amplamente expostas e devidamente demonstradas, requer se digno de, conhecendo o presente recurso, a ele dê provimento para, diante da ausência de irregularidades capazes de reprimir a aprovação das contas de governo, emitir parecer prévio pela **APROVAÇÃO, SEM RESSALVAS**, com o que estará essa Corte de Contas, mais uma vez, praticando ato de digna homenagem à Justiça, ao Direito, à Moralidade Administrativa e à "Coisa Pública".

Proteste-se pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos.

Nestes Termos

Pede e Espera Deferimento

Paulo Ramos - MA, 26 de junho de 2023.

José Ronaldo Barbosa da Silva
Contador
CRC/MA 015791/O



Fls. N° 182

J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA

CONTÁBIL

DOC. 1

PROCURAÇÃO



**J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA
CONTÁBIL**

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: ADRIANA LURIKO KAMADA RIBEIRO, brasileira, casada, ex-prefeita, inscrito no CPF sob o nº 424.190.772-53, na Rua São Paulo, nº 512, Centro, Amarante do Maranhão - MA.

OUTORGADO: JOSÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA, brasileiro, casado, contador inscrito no CRC/MA sob o nº 015791/O, com escritório profissional na Rua Desembargador Sarney, nº 60, Bairro Centro, CEP: 65716-000, Paulo Ramos - MA.

PODERES: Representar o outorgante perante o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e demais órgãos administrativos da Administração Pública Direta e Indireta, Instituições Financeiras, ou particulares, atuando em conjunto ou separadamente, para em seu nome solicitar informações, pedir vistas, requerer cópias de documentos, oferecer defesa, apresentar manifestações e recursos, tudo para o bom e fiel desempenho deste mandato.

Amarante do Maranhão (MA), 22 de outubro de 2022.

ADRIANA LURIKO KAMADA
RIBEIRO: 42419077253

Assinado de forma digital por
ADRIANA LURIKO KAMADA
RIBEIRO: 42419077253

ADRIANA LURIKO KAMADA RIBEIRO
CPF: 424.190.772-53



EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO - SUBSTITUTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MARANHÃO, DOUTOR ANTONIO BLECAUTE COSTA BARBOSA.

PROCESSO nº 3237/2015 - TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual de Governo

Entidade: Município de Amarante do Maranhão - MA

Exercício: 2014

Responsável: Adriana Luriko Kamada Ribeiro

Ementa: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

Adriana Luriko Kamada Ribeiro, brasileira, casada, portadora do CPF número 424.190.772-53, residente na Rua São Paulo, nº 512, Centro, Amarante do Maranhão - MA, através de seu procurador, devidamente identificado no instrumento de mandato em anexo (DOC 01) e com escritório profissional localizado na Rua Desembargador Sarney, nº 60, Bairro Centro, Paulo Ramos, Maranhão, CEP 65716-000, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, invocando o Art. 136 e seguintes da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão), bem como o inciso LV do Art. 5º da Constituição Federal, que garante "*aos litigantes em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral*" o contraditório e ampla defesa, **APRESENTAR:**

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

Em face do voto proferido sobre as Contas Anuais da Prefeita do Município de Amarante do Maranhão, referente ao exercício financeiro de 2014, na sessão plenária ocorrida em 24 de maio de 2023, por esta egrégia Corte de Contas, e



com posterior publicação no Diário Oficial do Tribunal em 13 de junho do corrente ano, apresentamos os fatos e fundamentos expostos abaixo:

I - INTRODUÇÃO

Preliminarmente, destaco o que está consignado no Art. 22, da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA)¹. *In verbis*: Art. 22. O Tribunal julgará as contas irregulares quando evidenciada qualquer das seguintes ocorrências:

I - Omissão no dever de prestar contas;

II - Prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;

III - Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

IV - Desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

Da inteligência do dispositivo legal supracitado, se depreende taxativamente, quatro hipóteses de rejeição de contas, quais sejam: *I - omissão no dever de prestar contas; II - prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil,*

¹ Art. 22 O Tribunal julgará as contas irregulares quando evidenciada qualquer das seguintes ocorrências: *I - omissão no dever de prestar contas; II - prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial; III - dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; IV - desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.*



J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA
CONTÁBIL

Fls. Nº 186

CPL

financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial; III – dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; IV – desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

Resta por óbvio que se ausentes essas hipóteses, as contas devem ser julgadas regulares ou regulares com ressalvas, visto que o julgador não pode se utilizar de critérios subjetivos quando da análise das contas, estando à formação da convicção do juízo vinculada aos termos estritos da lei, devendo o TCE expedir orientações ao gestor para que não repita os erros verificados na prestação de contas analisada caso o entendimento seja pela regularidade com ressalvas.

Valdecir Pascoal (Pascoal, Valdecir Fernandes. Direito Financeiro e Controle Externo. 6ª edição páginas 134 - 135)², ao tratar da competência dos tribunais de contas, esclareceu que “o alcance da fiscalização abrange os aspectos objetivos e subjetivos” sendo objetivos, os seguintes:

- 1) **CONTÁBIL** – relacionado à aplicação dos recursos públicos conforme as técnicas contábeis.
- 2) **FINANCEIRO** – relacionado ao fluxo de recursos (ingressos e saídas) geridos pelo administrador, independentemente de serem ou não recurso orçamentários.
- 3) **ORÇAMENTÁRIO** – relacionado à aplicação dos recursos públicos, conforme as leis orçamentárias.

² Valdecir Pascoal (Pascoal, Valdecir Fernandes. Direito Financeiro e Controle Externo. 6ª edição páginas 134 - 135).



JRB DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA

CONTÁBIL

acompanhando a arrecadação dos recursos e sua aplicação.

4) **OPERACIONAL** – *relacionado à verificação do cumprimento de metas, resultados, eficácia e eficiência da gestão de recursos públicos.*

5) **PATRIMONIAL** – *relacionados ao controle e conservação de bens públicos.*

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, em sua obra, *Tomada de Conta Especial*³, a respeito do resultado dos julgamentos das contas, sintetiza:

“Em norma reproduzida, reiteradamente, nas legislações das diversas esferas de governo, as contas são conceituadas como regulares quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável”.

(...) Devem ser julgadas regulares com ressalvas as contas, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.

... Enquadram-se como contas regulares com ressalvas aquelas em que não restou dano ao erário; não houve desfalque ou alcance; a matemática das contas fecha; a contabilidade apresenta-se regular. Essas contas só não

³ TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - Desenvolvimento do Processo na Administração Pública e nos Tribunais de Contas - 7ª Edição - Revista, Atualizada e Ampliada.



são regulares porque o agente não seguiu, rigorosamente, todo o formalismo da comprovação de despesa, tendo violado norma considerado, no caso, meramente formal.

Por oportuno, é fundamental asseverar que **NÃO SE VERIFICOU** por parte da Defendente a prática de qualquer ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, assim como de ato que cause dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico ou de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

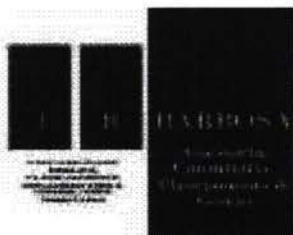
Feitas estas considerações iniciais, passo a sintetizar o caso.

II – DA SÍNTESE DO CASO

O princípio da moralidade pública é resguardado, entre outros, pela obrigatoriedade de prestar contas, dever constitucional atribuído aos administradores públicos, bem como os particulares que gerenciam recursos públicos, garantindo-se a fiscalização do destino dado a essas verbas.

O parágrafo único do Artigo 70 da Constituição Federal⁴ assim dispõe sobre o dever de prestar contas, *verbis*: “Prestará Contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde ou administre dinheiros, bens e

⁴ **Parágrafo único.** Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).



J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA

Fls. N° 189

CONTÁBIL

valores públicos ou pelos quais a União, responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária”.

É cediço que a signatária deste recurso não descurou do dever de prestar contas, tendo em vista que a prestação de contas anual de governo do exercício financeiro de 2014 do Município de Amarante do Maranhão foi submetida à análise da Unidade Técnica do Egrégio Tribunal de Contas do Estado.

Após o referido exame da prestação de contas foi exarado o Relatório de Instrução Técnica Preliminar nº 10153/2016, após apresentação das contrarrazões da defesa o Tribunal emitiu o Relatório de Instrução Técnica Conclusivo nº 265/2021 no qual restou UMA única ocorrência a ser observada pelo Governo Municipal.

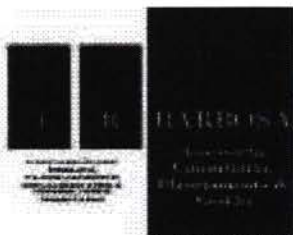
Consignou o TCE/MA que a prestação de contas referente ao exercício de 2014 foi apresentada ao Tribunal em 26/03/2015, por meio do ofício nº 033/2015 gerando o Processo Eletrônico nº 3237/2015.

Ademais, apontou a Corte que a análise da documentação apresentada pelo Governo Municipal sobre as contas do exercício financeiro de 2014 foi organizada conforme os parâmetros contidos na IN 09/2005 de 02 de fevereiro de 2005.

Nesse diapasão, o recurso de reconsideração em seguida apresentado será realizado também a partir do ÚNICO apontamento restante em ordem numérica feita por este E. Tribunal.

Eis a síntese do que cabia relatar.

III - DO MÉRITO



7.3: - LIMITES LEGAIS DOS GASTOS (LIMITES MÍNIMOS E NATUREZA DOS GASTOS) DEMONSTRAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO PARA APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - ART. 212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

RESPOSTA:

No tocante ao apontamento acima, é necessário esclarecer que a Municipalidade aplicou mais do que o mínimo constitucional estabelecido no exercício de 2014, das receitas resultantes de impostos e transferências na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, conforme se depreende da tabela abaixo, subsidiada pela documentação em anexo (DOC.2). Senão vejamos: a receita resultante de impostos e transferências, conforme a previsão constitucional contida nos artigos 158 e 159 da Carta Magna, foi de R\$ 23.269.614,33 (vinte e três milhões,

§ Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I - 65% (sessenta e cinco por cento), no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - até 35% (trinta e cinco por cento), de acordo com o que dispuser lei estadual, observada, obrigatoriamente, a distribuição de, no mínimo, 10 (dez) pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

JRB BARBOSA ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & GESTÃO

Rua Desembargador Sarney nº 60, Centro, Paulo Ramos - MA - CEP: 65.716-000

Telefone: (98) 981049617 E-mail: assessoria.jrbs@gmail.com



JRB DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA

CONTÁBIL

duzentos e sessenta e nove mil, seiscentos e quatorze reais e trinta e três centavos). O valor da despesa com a função educação (função 12) totalizou R\$ 28.744.298,05 (vinte e oito milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, duzentos e noventa e oito reais e cinco centavos), deduzidos os valores repassados pelo FNDE, os recursos recebidos a título de FUNDEB e somado o valor da contribuição do Município ao FUNDEB.

Art. 159. A União entregará: (Vide Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 50% (cinquenta por cento), da seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 112, de 2021) Produção de efeitos

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal: (Vide Lei Complementar nº 62, de 1989) (Regulamento)

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios: (Vide Lei Complementar nº 62, de 1989) (Regulamento)

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer: (Regulamento)

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

e) 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano: (Incluída pela Emenda Constitucional nº 84, de 2014)

f) 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de setembro de cada ano: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 112, de 2021) Produção de efeitos

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados. (Regulamento)

III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

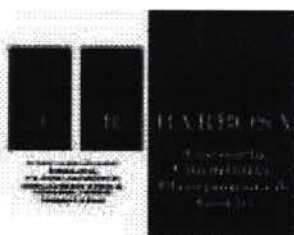
§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

**J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA**
CONTÁBIL

Temos, assim, um montante de R\$ 7.050.407,86 (sete milhões, cinquenta mil, quatrocentos e sete reais e oitenta e seis centavos), correspondente a 30,30% da Receita de Impostos e Transferências.

DESPESAS COM EDUCAÇÃO	Em R\$
Total da Despesa com a Função Educação	28.744.298,05
(-) Salário-Educação	(481.542,11)
(-) Convênios com Educação (vide tabela abaixo)	(1.534.717,87)
(+) Contribuição ao FUNDEB	4.041.350,03
(-) Recursos Recebidos do FUNDEB	(23.718.980,24)
(-) Inativos	-
Total Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	7.050.407,86
Despesas Indevidas	-
Total Apurado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	7.050.407,86
BASE DE CÁLCULO	
Receita de Impostos e Transferências Arrecadada	23.269.614,33
Percentual Mínimo Constitucional (25%)	5.817.403,58
LIMITES COM EDUCAÇÃO (VALORES APLICADOS)	
Total Apurado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	7.050.407,86
PERCENTUAL MÍNIMO CONSTITUCIONAL APLICADO (25%)	30,30%
DEDUÇÕES EDUCAÇÃO	
CONVÊNIOS COM EDUCAÇÃO	(R\$)
Salário Educação	481.542,11
Transferências de Recursos do FNDE	1.534.717,87
Total	2.016.259,98
DISCRIMINAÇÃO - CÓDIGO	VALOR
IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	23.269.614,33

**J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA**
CONTÁBIL

Desta feita, pugna-se pelo saneamento da ocorrência.

Registre-se que, mesmo que tal irregularidade tivesse ocorrido, o que não é o caso em tela, ainda assim não ensejaria a rejeição das contas apresentadas. Essa compreensão está em consonância com a jurisprudência deste tribunal, conforme demonstrado pelos seguintes julgados.

Processo n° 4615/2015-TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual do Governador

Exercício financeiro: 2015

Entidade: Estado do Maranhão

Responsável: Roseana Sarney Murad, CPF n° 115.116.991-91, residente e domiciliada na Av. Atlântica, n° 11, Calhau, São Luís - MA, CEP 65000-000.

Ministério Público de Contas: Procuradores, Paulo Henrique Araújo dos Reis, Jairo Cavalcanti Vieira, Douglas Paulo da Silva e Flávia Gonzalez Leite.

Relator: Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Prestação de contas anual do Governador do Estado do Maranhão, exercício financeiro de 2015, de responsabilidade da Exma. Senhora Roseana Sarney Murad. Parecer prévio pela aprovação das contas.

PARECER PRÉVIO PL-TCE N.º 135/2017

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso da competência que lhe conferem o art. 51, inciso I, da Constituição do Estado do Maranhão, o art. 1º, inciso I, da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), e o art. 1º, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, decide, por unanimidade, em sessão extraordinária, nos termos do relatório e voto do Relator, que acolheu em parte o Parecer n° 199/2017/GPROCI do Ministério Público de Contas:

I - emitir parecer prévio pela aprovação das contas anuais do Estado do Maranhão, relativas ao exercício financeiro de 2015, de responsabilidade da Governadora Senhora Roseana Sarney Murad, constantes dos autos do Processo n.º 4615/2015-TCE/MA, em razão de o Balanço Geral do Estado do Maranhão representar adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em



31/12/2015, bem como o resultado das operações estarem de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade aplicados à Administração Pública, com as seguintes recomendações:

a) considerando os critérios de rateio do ICMS estabelecidos na Lei Estadual nº 5.559/92 e o baixo desenvolvimento da maioria dos municípios maranhenses, recomenda-se que o Governo Estadual faça um estudo sobre a atual forma de distribuição do ICMS e a possibilidade de implantação de uma outra forma que permita maior equidade social;

b) em razão dos crescentes valores de precatórios incluídos no orçamento, recomenda-se que o Estado do Maranhão faça o devido pagamento dos precatórios de exercícios anteriores em aberto, e, também, para fins de planejamento orçamentário, que haja o acompanhamento, controle e centralização das informações referentes aos processos judiciais que estejam em vias de se tornarem precatórios nos anos seguintes (pelo menos 3 anos), para, assim, garantir recursos suficientes (provisões) visando seus efetivos pagamentos, nos termos do art. 100 da Constituição Federal;

c) a metodologia aplicada pelo TCE/MA quanto apuração das receitas e das deduções dessas para compor a Receita Corrente Líquida, com base na documentação de prestação de contas enviada a este Tribunal, gera, ainda, divergências quando comparado com a RCL informada no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO). Sendo assim, recomenda-se que na prestação de contas enviada ao TCE demonstre adequadamente as receitas e suas deduções, evitando resultados divergentes;

D) SOMENTE A DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS NA EDUCAÇÃO NÃO REFLETEM COM RIGOR O DESEMPENHO DA GESTÃO NESTA FUNÇÃO. ALÉM DISSO, MESMO CUMPRINDO ESTES LIMITES O ESTADO CONTINUA APRESENTANDO ÍNDICES BAIXOS NA EDUCAÇÃO.

Assim, recomenda-se que a Secretaria de Educação Estadual faça avaliação anual da gestão e apresente ao



JRB DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA

CONTÁBIL

Tribunal relatórios mais consistentes de forma evidenciar o que tem sido feito para melhorar o desempenho da educação no Estado;

e) recomenda-se que o Estado do Maranhão busque cumprir as metas fixadas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, com a adoção das providências previstas no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, sempre que necessário para o alcance das mesmas.

II - após o trânsito em julgado, encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão o processo em análise, acompanhado do Relatório Técnico, Voto do Relator, Parecer Prévio e de sua publicação no Diário Oficial

Eletrônico do TCE/MA, para as providências cabíveis;

III - encaminhar à Excelentíssima Senhora Roseana Sarney Murad, ex-Governadora do Estado do Maranhão, cópia do relatório e voto do relator, do parecer prévio e de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do

TCE/MA;

IV - determinar o arquivamento nesta Corte de Contas, para fins de direito, de cópias das principais peças processuais.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente), Raimundo

Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira,

Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior,

João Jorge Jinkings Pavão (Relator), ANTONIO

BLECAUTE COSTA BARBOSA e Joaquim Washington

Luiz de Oliveira, o Conselheiro-Substituto Osmário

Freire Guimarães e o membro do Ministério Público de Contas,

Procurador-Geral Jairo Cavalcanti Vieira.

Publique-se e cumpra-se. Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 24 de maio de 2017. Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado. Presidente

Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão. Relator

Jairo Cavalcanti Vieira. Procurador-Geral de Contas

Processo nº 3102/2009-TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual do



JRB DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA

CONTÁBIL

Prefeito**Exercício financeiro: 2008****Entidade: Município de Santa Rita**

Responsável: Hilton Gonçalves de Sousa (CPF nº 407.202.683-20), residente na Rua 22, Quadra 01, nº 13, Calhau, São Luís/MA, CEP nº 65061-840. Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis Relator: Conselheiro Raimundo Oliveira Filho. **Prestação de Contas Anual do Prefeito de Santa Rita, Senhor Hilton Gonçalves de Sousa, relativa ao exercício financeiro de 2008. Emissão de parecer prévio pela aprovação com ressalvas das contas de governo.**

PARECER PRÉVIO-TCE N.º 3/2016

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso da competência que lhe conferem o art. 172, inciso I, da Constituição Estadual e o art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), decide, por unanimidade, em sessão ordinária do pleno, nos termos do relatório e voto do Relator, concordando com a manifestação do Ministério Público de Contas, em Tribunal de Contas do Estado do Maranhão Diário Oficial Eletrônico - Edição nº 753/2016 São Luís, 24 de agosto de 2016 Página 27 de 35

a) Emitir parecer prévio pela aprovação com ressalvas das contas anuais do Município de Santa Rita/MA, relativas ao exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do Prefeito, Senhor Hilton Gonçalves de Sousa, com fundamentação no art. 10, inciso I, c/c o art. 8º, § 3º, inciso II, da Lei Orgânica do TCE/MA, em razão das seguintes irregularidades apontadas no Relatório de Informação Técnica nº 439/2010-UTCOC/NACOC: Seção IV, item 1.1, "a" - agenda do ciclo orçamentário - encaminhamento intempestivo das leis orçamentárias ao TCE/MA; Seção IV, item 1.2.2 - Lei das Diretrizes Orçamentárias - ausência de normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos e dos anexos de metas fiscais e de riscos fiscais; Seção IV, item 1.2.4, "b" - Créditos adicionais - relação dos créditos adicionais, abertos no exercício, sem as informações devidas; Seção IV, item 3.1.1, "b" - Comparativo entre a



receita informada e apurada – contabilização da receita a maior;

Seção IV, item 3.4 - Saldo financeiro – saldo transferido para o exercício não foi comprovado; Seção IV, item 3.6 - Precatórios - ausência da relação contendo os nomes dos beneficiários de precatórios judiciais; Seção IV, item 4.5 - Metas Fiscais - ausência de informações sobre desempenho de políticas sobre metas fiscais;

Seção IV, item 5.1.2 - Dívida flutuante – ausência de saldo de restos a pagar do exercício anterior Seção IV, item 5.2 - Dívida mobiliária - ausência de informação sobre a dívida mobiliária; Seção IV, item 5.3 - Operação de créditos - ausência de informação sobre operação de créditos; Seção IV, item 5.4 - Concessão de garantia - ausência de informação sobre concessão de garantia; Seção IV, item 6.1, "a", "c", "d", "e", "f", "g", "i"

- Marco legal - ausência de Lei que institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários dos Servidores Efetivos do Município; Seção IV, item 6.2.1 - Servidores efetivos - ausência de lei que institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários dos Servidores Efetivos do Município; Seção IV, item 6.2.3 - Agentes públicos - ausência de informação sobre o valor do subsídio pago aos secretários; Seção IV, item 6.3 - Regime previdenciário - ausência dos demonstrativos de nº 11 e 12; Seção IV, item 6.6 - Admissões no exercício - ausência de relação contendo o número de servidores dispostos no Município no exercício; Seção IV, item 6.6.1 - Gasto com pessoal nos últimos 180 dias - ausência de relação contendo o número de servidores dispostos no Município no exercício;

SEÇÃO IV, ITEM 7.3.2 - APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DESCUMPRIMENTO DO PERCENTUAL DE APLICAÇÃO CONSTITUCIONAL;

Seção IV, item 9.2 - Mecanismo de controle - ausência de órgão de controle da gestão de assistência social; Seção IV, item 10.1.1 - Balanço orçamentário - diferença apurada na contabilização da receita; Seção IV, item 10.1.2 - Balanço financeiro - diferença apurada na contabilização da receita, no saldo financeiro e contas indevidas de Imposto de Renda Retido na Fonte Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza; Seção IV,

**J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA**
CONTÁBIL

item 10.1.3 - Balanço patrimonial - diferença apurada na contabilização; Seção IV, item 10.1.4 - Demonstração das variações patrimoniais - ausência de opinião por ocorrências existentes na contabilização da

receita; Seção IV, item 10.3 - Responsabilidade técnica

- responsável não pertence ao quadro de efetivo da prefeitura; Seção IV, item 11.1, "a" - Destaque do relatório apresentado pelo órgão central do sistema -

ausência do relatório do órgão de controle interno; Seção IV, item 12.1 - Destaque das ações governamentais

- ausência de destaques no relatório; Seção IV, item 13.1, "a", "b", "d" - Agenda fiscal - Relatório Resumido de

Execução Fiscal - ausência de comprovação de publicação dos relatórios de todos os bimestres; Seção

IV, item 13.3 - Audiências públicas - ausência de informações de realização de audiências

públicas.

b) enviar à Câmara Municipal de Santa Rita, em cinco dias, após o trânsito em julgado, uma via original deste Parecer Prévio, para a deliberação prevista no § 2º do art. 31 da Constituição Federal. Presentes à sessão os Conselheiros João Jorge Jinkings Pavão (Presidente), Raimundo Oliveira Filho (Relator), Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, José de Ribamar Caldas Furtado e Joaquim Washington Luiz de Oliveira, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães e o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão Diário Oficial Eletrônico - Edição n° 753/2016 São Luís, 24 de agosto de 2016 Página 28 de 35 Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do

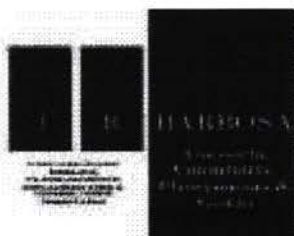
Estado do Maranhão, em São Luís, 13 de janeiro de 2016.

Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão - Presidente.

Conselheiro Raimundo Oliveira Filho - Relator. Paulo

Henrique Araújo dos Reis - Procurador de Contas.

IV - DA CONCLUSÃO E PEDIDO

**J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA**
CONTÁBIL

Ante o exposto, manifesta-se o signatário pela veracidade das informações ora prestadas, bem como os documentos anexados a este recurso, os quais corroboram o aqui explanado.

No mais, registre-se o compromisso em buscar atender às recomendações feitas pela Egrégia Corte de Contas Maranhense para melhoria das ações em prol da coletividade do povo de Amarante do Maranhão, sem descuidar dos princípios da supremacia, indisponibilidade do interesse público e da discricionariedade administrativa.

Assim, pelas razões amplamente expostas e devidamente demonstradas, requer se digno de, conhecendo o presente recurso, a ele dê provimento para, diante da ausência de irregularidades capazes de reprimir a aprovação das contas de governo, emitir parecer prévio pela **APROVAÇÃO, SEM RESSALVAS**, com o que estará essa Corte de Contas, mais uma vez, praticando ato de digna homenagem à Justiça, ao Direito, à Moralidade Administrativa e à "Coisa Pública".

Proteste-se pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos.

Nestes Termos

Pede e Espera Deferimento

Paulo Ramos - MA, 26 de junho de 2023.

José Ronaldo Barbosa da Silva
Contador
CRC/MA 015791/O



Fls. N° 200

CPL

J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA
CONTÁBIL

DOC. 1

PROCURAÇÃO



Fls. N° 201
CPL

**J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA
CONTÁBIL**

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: ADRIANA LURIKO KAMADA RIBEIRO, brasileira, casada, ex-prefeita, inscrito no CPF sob o nº 424.190.772-53, na Rua São Paulo, nº 512, Centro, Amarante do Maranhão – MA.

OUTORGADO: JOSÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA, brasileiro, casado, contador inscrito no CRC/MA sob o nº 015791/O, com escritório profissional na Rua Desembargador Sarney, nº 60, Bairro Centro, CEP: 65716-000, Paulo Ramos – MA.

PODERES: Representar o outorgante perante o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e demais órgãos administrativos da Administração Pública Direta e Indireta, Instituições Financeiras, ou particulares, atuando em conjunto ou separadamente, para em seu nome solicitar informações, pedir vistas, requerer cópias de documentos, oferecer defesa, apresentar manifestações e recursos, tudo para o bom e fiel desempenho deste mandato.

Amarante do Maranhão (MA), 22 de outubro de 2022.

ADRIANA LURIKO KAMADA
RIBEIRO:42419077253

Assinado de forma digital por
ADRIANA LURIKO KAMADA
RIBEIRO:42419077253

ADRIANA LURIKO KAMADA RIBEIRO

CPF: 424.190.772-53



J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA

Fls. N° 202

CONTÁBIL

PROCESSO n° 3 9 1 2 / 2 0 1 5 - TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual de Governo

Entidade: Município de Bom Jesus das Selvas - MA

Exercício: 2014

Responsável: **CRISTIANE TRANCOSO CAMPOS DAMIÃO**

Ementa: **RECURSO DE REVISÃO**

CRISTIANE TRANCOSO DE CAMPOS DAMIÃO, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o número: **436.016.853-53**, residente e domiciliada na Avenida dos Holandeses, nº 11, Bloco 8, Prainha, Apto 21, Ponta D`Areia, São Luís – MA, por seu procurador que esta subscreve, com instrumento de mandato em anexo (**DOC 01**), com escritório profissional situado à Rua Desembargador Sarney, nº 60, Bairro Centro, Paulo Ramos, Maranhão, CEP 65716-000, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fulcro nos arts. 139 da Lei n.º 8.258/2005, **Apresentar:**

RECURSO DE REVISÃO

Contra o Acórdão TCE/MA nº 476/2023 que manteve o Parecer Prévio PL-TCE/MA Nº 214/2022, que entendeu pela desaprovação das contas, pelos fatos e fundamentos que a seguir passa a aduzir:

I – INTRODUÇÃO

Preliminarmente, destaco o que está consignado no **Art. 22, da Lei nº**



8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA)¹. In verbis: Art. 22. O Tribunal julgará as contas irregulares quando evidenciada qualquer das seguintes ocorrências:

I – Omissão no dever de prestar contas;

II – Prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;

III – Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

IV – Desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

Da inteligência do dispositivo legal supracitado, se depreende taxativamente, quatro hipóteses de rejeição de contas, quais sejam: *I* – omissão no dever de prestar contas; *II* – prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial; *III* – dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; *IV* – desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

¹ Art. 22 O Tribunal julgará as contas irregulares quando evidenciada qualquer das seguintes ocorrências: *I* - omissão no dever de prestar contas; *II* - prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial; *III* - dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; *IV* - desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.



J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA
CONTÁBIL

Resta por óbvio que se ausentes essas hipóteses, as contas devem ser julgadas regulares ou regulares com ressalvas, visto que o julgador não pode se utilizar de critérios subjetivos quando da análise das contas, estando à formação da convicção do juízo vinculada aos termos estritos da lei, devendo o TCE expedir orientações ao gestor para que não repita os erros verificados na prestação de contas analisada caso o entendimento seja pela regularidade com ressalvas.

Valdecir Pascoal (Pascoal, Valdecir Fernandes. Direito Financeiro e Controle Externo. 6ª edição páginas 134 - 135)², ao tratar da competência dos tribunais de contas, esclareceu que “o alcance da fiscalização abrange os aspectos objetivos e subjetivos” sendo objetivos, os seguintes:

- 1) CONTÁBIL – relacionado à aplicação dos recursos públicos conforme as técnicas contábeis.
- 2) FINANCEIRO – relacionado ao fluxo de recursos (ingressos e saídas) geridos pelo administrador, independentemente de serem ou não recurso orçamentários.
- 3) ORÇAMENTÁRIO – relacionado à aplicação dos recursos públicos, conforme as leis orçamentárias, acompanhando a arrecadação dos recursos e sua aplicação.

² Valdecir Pascoal (Pascoal, Valdecir Fernandes. Direito Financeiro e Controle Externo. 6ª edição páginas 134 - 135).



J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA
CONTÁBIL

Fls. N° 205

CPI

4) OPERACIONAL – relacionado à verificação do cumprimento de metas, resultados, eficácia e eficiência da gestão de recursos públicos.

5) PATRIMONIAL – relacionados ao controle e conservação de bens públicos.

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, em sua obra, Tomada de Conta Especial³, a respeito do resultado dos julgamentos das contas, sintetiza:

“Em norma reproduzida, reiteradamente, nas legislações das diversas esferas de governo, as contas são conceituadas como regulares quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável”.

(...) Devem ser julgadas regulares com ressalvas as contas, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.

... Enquadram-se como contas regulares com ressalvas aquelas em que não restou dano ao erário; não houve desfalque ou alcance; a matemática das contas fecha; a contabilidade apresenta-se regular. Essas contas só não são regulares porque o agente não seguiu,

³ TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - Desenvolvimento do Processo na Administração Pública e nos Tribunais de Contas - 7ª Edição - Revista, Atualizada e Ampliada.



J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTÁBIL

rigorosamente, todo o formalismo da comprovação de despesa, tendo violado norma considerado, no caso, meramente formal.

Por oportuno, é fundamental asseverar que **NÃO SE VERIFICOU** por parte do Defendente a prática de qualquer ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, assim como de ato que cause dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico ou de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

Feitas estas considerações iniciais, passo a sintetizar o caso.

II – DA SÍNTESE DO CASO

O princípio da moralidade pública é resguardado, entre outros, pela obrigatoriedade de prestar contas, dever constitucional atribuído aos administradores públicos, bem como os particulares que gerenciam recursos públicos, garantindo-se a fiscalização do destino dado a essas verbas.

O paragrafo único do Artigo 70 da Constituição Federal⁴ assim dispõe sobre o dever de prestar contas, *verbis*: “Prestará Contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade guarde ou administre dinheiros, bens e

⁴ **Parágrafo único.** Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).



J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA
CONTÁBIL

valores públicos ou pelos quais a União, responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária”.

É cediço que o signatário desta defesa não descurou do dever de prestar contas, tendo em vista que a prestação de contas anual de governo do exercício financeiro de 2021 do Município Santana do Maranhão foi submetida à análise da Unidade Técnica do Egrégio Tribunal de Contas do Estado.

Após o referido exame da prestação de contas foi exarado o Relatório de Instrução Técnica nº 2094/2017, no qual foram enumeradas algumas ocorrências a serem observadas pelo Governo Municipal.

Consignou o TCE/MA que a prestação de contas referente ao exercício de 2014 foi apresentada ao Tribunal de maneira tempestiva gerando o Processo Eletrônico nº 3912/2015.

Nesse diapasão, o recurso em seguida apresentado será realizado também a partir dos apontamentos em ordem numérica feita por este E. Tribunal.

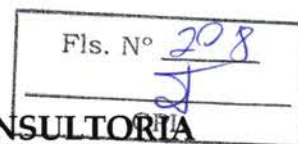
III – DO MÉRITO

DESPESA COM PESSOAL ACIMA DO LIMITE MÁXIMO ESTABELECIDO EM LEI COMPLEMENTAR.

RESPOSTA:



J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA



CONTÁBIL

No tocante ao apontamento acima, necessário se faz esclarecer que o Balanço da Municipalidade foi gerado de maneira consolidada, isto é, englobando também os dados da execução orçamentária da Câmara Municipal, ou seja, os valores referentes à despesa com pessoal da Câmara Municipal também constam no cômputo do referido índice, ou seja, quando os dados são consolidados, o percentual a estabelecido pela LRF para gastos com pessoal e encargos sociais é 60%, sendo 54% para o executivo e 6% para o legislativo.

A RCL (Receita Corrente Líquida) apurada foi da ordem de R\$ 58.763.214,54 conforme anexo juntado este recurso de revisão.

Já a despesa com pessoal foi da ordem de 31.375.185,96, portanto o percentual apurado foi da ordem de 53,39%, cumprido, portanto a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Receita Corrente Líquida do Exercício (RGF)		58.763.214,54
Limite Legal - 54% da RCL - art. 20 III, b LRF		31.732.135,85
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL		31.375.185,96
Percentual e Valor Apurados	53,39%	31.375.185,96

Desta feita, pugna-se pelo saneamento da ocorrência.

APLICAÇÃO DAS RECEITAS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO.

O município aplicou mais que o mínimo legal exigido, conforme documentação acostada ao presente recurso.

Créditos Bancários em favor do FUNDEB	R\$
--	------------

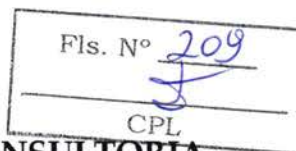
J R BARBOSA ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & GESTÃO

Rua Desembargador Sarney nº 60, Centro, Paulo Ramos – MA – CEP: 65.716-000

Fone: (98) 981049617 E-mail: assessoria.jrbs@gmail.com



J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA



CONTÁBIL

Transferências		11.873.607,18
Complementação da União		10.140.091,28
Rentabilidade de aplicação financeira		49.170,13
Receita total do FUNDEB		22.062.868,59
Percentual Constitucional destinado à Valorização do Pessoal do Magistério (Fundeb 60%)		13.237.721,15
Percentual e Valor Apurados	69,19%	15.266.099,19

Desta feita, pugna-se pelo saneamento da ocorrência.

IV – DA CONCLUSÃO E PEDIDOS

Ante o exposto, manifesta-se o signatário pela veracidade das informações ora prestadas, bem como os documentos anexados a este Recurso, os quais corroboram o aqui explanado.

No mais, registre-se o compromisso em buscar atender às recomendações feitas pela Egrégia Corte de Contas Maranhense para melhoria das ações em prol da coletividade do povo de Bom Jesus das Selvas, sem descuidar dos princípios da supremacia, indisponibilidade do interesse público e da discricionariedade administrativa.

Assim, pelas razões amplamente expostas e devidamente demonstradas, requer se digne de, conhecendo o presente recurso, a ele dê provimento para, diante da ausência de irregularidades capazes de reprimir a aprovação das contas de governo, **APROVÁ-LAS, SEM RESSALVAS**, com o que estará essa Corte de Contas, mais uma vez, praticando ato de digna homenagem à Justiça, ao Direito, à Moralidade Administrativa e à “Coisa Pública”.

Proteste-se pela produção de todos os meios de prova em direito admitido.



Fls. N° <u>210</u>
<u>J</u>
CPL

J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA

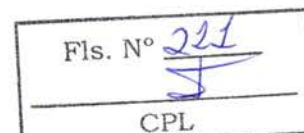
CONTÁBIL

Nestes Termos

Pede e Espera Deferimento

Paulo Ramos – MA, 25 de setembro de 2023.

José Ronaldo Barbosa da Silva
Contador
CRC/MA 015791/O-0



J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA
CONTÁBIL

ANEXO

(PROCURAÇÃO)



**J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA
CONTÁBIL**

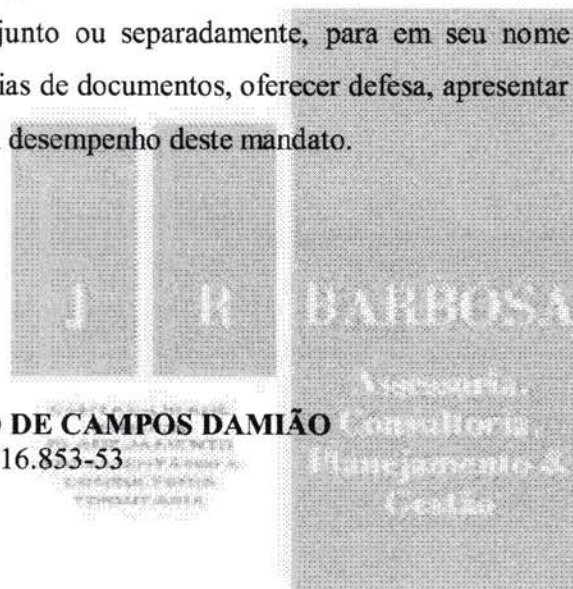
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: CRISTIANE TRANCOSO DE CAMPOS DAMIÃO, brasileira, divorciada, ex-prefeita, inscrita no CPF sob o nº **436.016.853-53**, residente e domiciliado Avenida dos Holandeses, nº 11, Bloco 8, Prainha, Apto 21, Ponta D' Areia, São Luís – MA.

OUTORGADO: JOSÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA, brasileiro, casado, contador inscrito no CRC/MA sob o nº 015791/O, com escritório profissional na Rua Desembargador Sarney, nº 60, Bairro Centro, CEP: 65716-000, Paulo Ramos – MA.

PODERES: Representar o outorgante perante o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e demais órgãos administrativos da Administração Pública Direta e Indireta, Instituições Financeiras, ou particulares, atuando em conjunto ou separadamente, para em seu nome solicitar informações, pedir vistas, requerer cópias de documentos, oferecer defesa, apresentar manifestações e recursos, tudo para o bom e fiel desempenho deste mandato.

Paulo Ramos (MA), 19 de outubro de 2022.



CRISTIANE TRANCOSO DE CAMPOS DAMIÃO
CPF: 436.016.853-53



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO
MARANHÃO, DOUTOR MARCELO TAVERES SILVA.**

PROCESSO n° 2 4 3 4 /2021 - TCE

Natureza: Prestação de Contas Anual de Governo

Entidade: Município de Mirinzal - MA

Exercício: 2020

Responsável: Jadilson dos Santos Coelho

Ementa: DEFESA

JADILSON DOS SANTOS COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o número: 476.272.393-20, residente e domiciliado na Rua Antônio José da Silva, nº 67 - Centro, Mirinzal - MA, por seu procurador que esta subscreve, com instrumento de mandato em anexo (DOC 01), com escritório profissional situado à Rua Desembargador Sarney, nº 60, Bairro Centro, Paulo Ramos, Maranhão, CEP 65716-000, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com *fulcro no art. 127 e ss da Lei nº 8.258/2005 (LEI ORGÂNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MARANHÃO)*, bem como no inciso LV do art. 5º da **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, que assegura "*Aos litigantes em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral*" o contraditório e ampla defesa, com os meios recursos inerentes" **Apresentar:**

DEFESA

Em face do Relatório de Instrução Técnica nº 1798/2022 - do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, que teve como base a documentação constante da prestação de contas anual de governo relativa ao exercício financeiro de 2020, pelos fatos e fundamentos expostos abaixo:



1 - INTRODUÇÃO

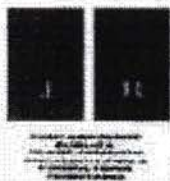
Preliminarmente, destaco o que está consignado no Art. 22, da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

In verbis: Art. 22. O Tribunal julgará as contas irregulares quando evidenciada qualquer das seguintes ocorrências:

- I - Omissão no dever de prestar contas;
- II - Prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;
- III - Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- IV - Desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

Da inteligência do dispositivo legal supracitado, se depreende taxativamente, quatro hipóteses de rejeição de contas, quais sejam: I - omissão no dever de prestar contas; II - prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial; III - dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; IV - desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

Resta por óbvio que se ausentes essas hipóteses, as contas devem ser julgadas regulares ou regulares com ressalvas, visto que o julgador não pode se utilizar de critérios subjetivos quando da análise das contas, estando à formação da convicção do juízo vinculada aos termos estritos da lei, devendo o TCE expedir

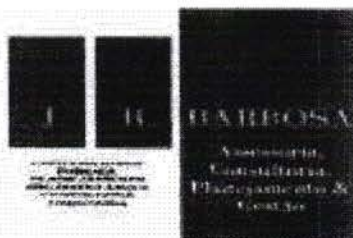


orientações ao gestor para que não repita os erros verificados na prestação de contas analisada caso o entendimento seja pela regularidade com ressalvas.

Valdecir Pascoal (Pascoal, Valdecir Fernandes. Direito Financeiro e Controle Externo. 6ª edição páginas 134 - 135), ao tratar da competência dos tribunais de contas, esclareceu que "o alcance da fiscalização abrange os aspectos objetivos e subjetivos" sendo objetivos, os seguintes:

- 1) **CONTÁBIL** – relacionado à aplicação dos recursos públicos conforme as técnicas contábeis.
- 2) **FINANCEIRO** – relacionado ao fluxo de recursos (ingressos e saídas) geridos pelo administrador, independentemente de serem ou não recurso orçamentários.
- 3) **ORÇAMENTÁRIO** – relacionado à aplicação dos recursos públicos, conforme as leis orçamentárias, acompanhando a arrecadação dos recursos e sua aplicação.
- 4) **OPERACIONAL** – relacionado à verificação do cumprimento de metas, resultados, eficácia e eficiência da gestão de recursos públicos.
- 5) **PATRIMONIAL** – relacionados ao controle e conservação de bens públicos.

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, em sua obra, Tomada de Conta Especial, a respeito do resultado dos julgamentos das contas, sintetiza:

**J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA**
CONTÁBIL

"Em norma reproduzida, reiteradamente, nas legislações das diversas esferas de governo, as contas são conceituadas como regulares quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável".

(...) Devem ser julgadas regulares com ressalvas as contas, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.

... Enquadram-se como contas regulares com ressalvas aquelas em que não restou dano ao erário; não houve desfalque ou alcance; a matemática das contas fecha; a contabilidade apresenta-se regular. Essas contas só não são regulares porque o agente não seguiu, rigorosamente, todo o formalismo da comprovação de despesa, tendo violado norma considerado, no caso, meramente formal.

Por oportuno, é fundamental asseverar que **NÃO SE VERIFICOU** por parte do Defendente a prática de qualquer ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, assim como de ato que cause dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico ou de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

Feitas estas considerações iniciais, passo a sintetizar o caso.

II – DA SÍNTESE DO CASO



O princípio da moralidade pública é resguardado, entre outros, pela obrigatoriedade de prestar contas, dever constitucional atribuído aos administradores públicos, bem como os particulares que gerenciam recursos públicos, garantindo-se a fiscalização do destino dado a essas verbas.

O artigo 70 da Constituição Federal assim dispõe sobre o dever de prestar contas, *in verbis*: Art. 70 (...) "Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumiu obrigações de natureza pecuniária".

É cediço que o signatário desta defesa não descurou do dever de prestar contas, tendo em vista que a prestação de contas anual de governo do exercício financeiro de 2020 do Município de Mirinzal foi submetida à análise da Unidade Técnica do Egrégio Tribunal de Contas do Estado.

Após o referido exame da prestação de contas foi exarado o Relatório de Instrução Técnica nº 1798/2022, no qual foram enumeradas algumas ocorrências a ser observada pelo Governo Municipal.

Consignou o TCE/MA que a prestação de contas referente ao exercício de 2020 foi apresentada ao Tribunal em 10/03/2021 encaminhada por meio do ofício nº 03/2021, gerando o Processo Eletrônico nº 2434/2021.

Ademais, apontou a Corte que a análise da documentação apresentada pelo Governo Municipal sobre as contas do exercício financeiro de 2020 foi organizada conforme os parâmetros contidos na IN 52/2017 de outubro de 2017.

Nesse diapasão, a defesa em seguida apresentada será realizada também a partir dos apontamentos em ordem numérica feita por este E. Tribunal.



Eis a síntese do que cabia relatar.

III - DO MÉRITO

4.10.1 : AUMENTO DA DESPESA COM PESSOAL NOS CENTO E OITENTA DIAS ANTERIORES AO FINAL DO MANDATO.

RESPOSTA:

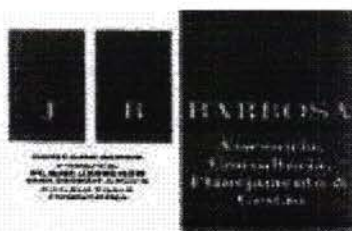
A vedação contida na LRF tem como objetivo evitar o comprometimento eleitoreiro do orçamento, por isso a lei de maneira prudente estabelece determinadas vedações para restringir a expansão do gasto governamental no período final do mandato.

O parágrafo único do artigo 21 da LRF assim estabelece; *In verbis*.

"Art. 21 - é nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

Parágrafo único - Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa de pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20."

O que se extrai da exegese do dispositivo supra, é que não pode haver aumento da despesa com pessoal nos últimos 180 (cento e oitenta) dias do mandato em relação aos seis primeiros meses (1º semestre) do último ano do exercício de referência. Ou seja, o padrão de comparação são os valores apurados no primeiro semestre do respectivo exercício financeiro (último ano de mandato do chefe do poder executivo).



Da análise feita pelo próprio Tribunal, percebesse que o gasto com pessoal do município no primeiro semestre foi de **R\$ 19.437.171,13** (dezenove milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, cento e setenta e um reais e treze centavos), já no segundo semestre, últimos 180 (cento e oitenta) dias do mandato, esse valor foi **R\$ 15.631.251,32** (quinze milhões, seiscentos e trinta e um mil, duzentos e cinquenta e um reais e trinta e dois centavos), ou seja, houve uma drástica diminuição nos valores referentes às despesas com pessoal e encargos sociais, o total da redução foi de **R\$ 3.805.919,81** (três milhões, oitocentos e cinco mil, novecentos e dezenove reais e oitenta e um centavos).

O aumento do percentual se deu em decorrência da diminuição da receita corrente líquida, como se extrai das informações constantes do relatório de instrução, a **RCL** do primeiro semestre foi **R\$ 35.994.761,36** (trinta e cinco milhões, novecentos e noventa e quatro mil, setecentos e sessenta e um reais e trinta e seis centavos), ou seja, uma base cálculo mais amplo, diferentemente do segundo semestre, onde a **RCL** foi **R\$ 28.946.761,70** (vinte e oito milhões e novecentos e quarenta e seis mil e setecentos e sessenta e um reais e setenta centavos), base de cálculo menor, a lógica é simples, qualquer valor incidente sobre uma base de cálculo menor resultará em um percentual maior, o que não significa que houve aumento dos valores.

Resumidamente não houve aumento da despesa com pessoal no final do mandato, conforme tabela abaixo, o que houve foi uma diminuição da base de cálculo.

DESPESA COM PESSOAL – COMPARAÇÃO 1º SEMESTRE X 2º SEMESTRE 2020		
1º SEMESTRE	VALOR	R\$ 19.437.171,13



2º SEMESTRE	VALOR	R\$ 15.631.251,32
-------------	-------	-------------------

Fonte: Relatório de Instrução TCE/MA

Desta feita, pugna-se pelo saneamento da ocorrência.

4.3 – DESPESAS EMPENHADAS EM MONTANTE SUPERIOR ÀS RECEITAS ARRECADADAS NO EXERCÍCIO.

RESPOSTA:

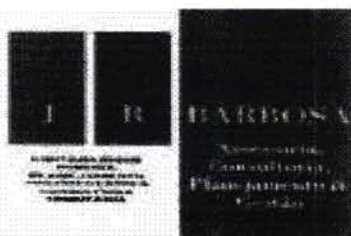
O déficit orçamentário em si não pode ser considerado um achado de auditoria, hora, o próprio conceito remete a lógica de se usar um parâmetro de comparação, nesse sentido a proibição ao déficit não é absoluta, o que o legislador buscou coibir são os déficits imoderados que não poderiam eventualmente ser compensados com um superávit equivalente.

Além do mais é importante destacar que tal apontamento constitui falha meramente formal, que não ensejou qualquer dano ao erário, conforme ordem de Serviço nº 01/2017, na qual foi ratificada pela Atricon, desta feita requer que a presente justificativa seja acolhida, para que se considere a ocorrência em comento sanada, vez que a mesma está legalmente embasada, encontrando lastro probatório na documentação acostada.

Desta feita, pugna-se pelo saneamento da ocorrência.

4.3.3 – BAIXA EFETIVIDADE NA ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS PREVISTOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATUALIZADA.

RESPOSTA:



O Município de Mirinzal dentro das suas possibilidades procurou arrecadar os tributos de sua competência, é importante destacar que o ano de 2020 foi um ano atípico, devido à pandemia de COVID 19 as finanças do país foram extremamente afetadas, os municípios sentiram o reflexo da queda da atividade econômica, desse modo fica evidente que a atividade arrecadatória da municipalidade ficou comprometida.

Verificando de maneira retrospectiva a efetividade da arrecadação da municipalidade, percebe-se que sempre houve empenho e diligência por parte da gestão para o cumprimento do preceito legal.

Pelo elemento fático da realidade (Pandemia de COVID 19), o município não conseguiu arrecadar toda a sua receita tributária prevista, além da queda da economia municipal, que gerou a queda da produção, dos serviços e toda a atividade produtiva, o que por tabela prejudicou a arrecadação tributária.

Desta feita, pugna-se pela desconsideração da ocorrência.

4.4 - DESPESA COM PESSOAL ACIMA DO LIMITE MÁXIMO ESTABELECIDO EM LEI COMPLEMENTAR.

RESPOSTA:

Estamos encaminhando o RGF 2º Semestre de 2020, e a Relação de empenhos com despesa de pessoal e encargos sociais (DOC 2), pela análise da documentação acostada, verificasse que a Municipalidade cumpriu com o referido índice.

Desta feita, pugna-se pelo saneamento da ocorrência.



4.7 - DEMONSTRAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO DOS RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB COM A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

RESPOSTA:

Estamos encaminhando em anexo (DOC 3) os anexos 6, 7 e 8 do Balanço Geral de 2020, demonstrando a aplicação em Despesas com Profissionais do Magistério (mínimo de 60%), pela análise da documentação acostada, verificasse que a Municipalidade cumpriu com o referido índice.

Desta feita, pugna-se pelo saneamento da ocorrência.

IV - DA CONCLUSÃO E PEDIDO

Ante o exposto, manifesta-se o signatário pela veracidade das informações ora prestadas, bem como os documentos anexados a esta peça de defesa, os quais corroboram o aqui explanado.

No mais, registre-se o compromisso em buscar atender às recomendações feitas pela Egrêgia Corte de Contas Maranhense para melhoria das ações em prol da coletividade do povo de Mirinzal, sem descuidar dos princípios da supremacia, indisponibilidade do interesse público e da discricionariedade administrativa.

Assim, pelas razões amplamente expostas e devidamente demonstradas, requer se digne de, conhecendo a presente defesa, a ela dê provimento para, diante da ausência de irregularidades capazes de reprimir a aprovação das contas de governo, **APROVÁ-LAS, SEM RESSALVAS**, com o que estará essa Corte de Contas, mais uma vez, praticando ato de digna homenagem à Justiça, ao Direito, à Moralidade Administrativa e à "Coisa Pública".



J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA

Fls. N° 223

CONTÁBIL

Proteste-se pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos.

Nestes Termos

Pede e Espera Deferimento

Mirinza - MA, 03 de setembro de 2022.

JOSE RONALDO BARBOSA DA SILVA:60546031323 Assinado de forma digital por
JOSE RONALDO BARBOSA DA
SILVA:60546031323

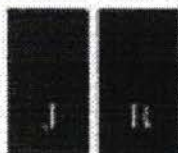
José Ronaldo Barbosa da Silva
Contador
CRC/MA 015791/O



J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA
CONTÁBIL

DOC 1

PROCURAÇÃO



ASSESSORIA
PLANEJAMENTO
E GESTÃO
J R BARBOSA ASSESSORIA & CONSULTORIA



Fls. N° 225

CPL

**J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA
CONTÁBIL**

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: JADILSON DOS SANTOS COELHO, brasileiro, casado, ex-prefeito, inscrito no CPF sob o nº 476.272.393-20, residente e domiciliado na Rua Antônio José da Silva, nº 67 – Centro, Mirinzal – MA.

OUTORGADO: JOSÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA, brasileiro, casado, contador inscrito no CRC/MA sob o nº 015791/O, com escritório profissional na Rua Desembargador Sarney, nº 60, Bairro Centro, CEP: 65716-000, Paulo Ramos – MA.

PODERES: Representar o outorgante perante o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e demais órgãos administrativos da Administração Pública Direta e Indireta, Instituições Financeiras, ou particulares, atuando em conjunto ou separadamente, para em seu nome solicitar informações, pedir vistas, requerer cópias de documentos, oferecer defesa, apresentar manifestações e recursos, tudo para o bom e fiel desempenho deste mandato.

Mirinzal (MA), 03 de setembro de 2022.

JADILSON DOS SANTOS COELHO: 47627239320
Assinado de forma digital por
JADILSON DOS SANTOS COELHO: 47627239320
JADILSON DOS SANTOS COELHO
CPF: 476.272.393-20

*Torres Arruda e arquivar os autos. PROCESSO Nº 2058/2021 - CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇO DO LUMIAR. REPRESENTAÇÃO. Responsáveis: SIMONE TEIXEIRA NASCIMENTO, FERNANDO ANTONIO BRAGA MUNIZ. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Advogado: Thiago de Sousa Castro - OAB-11657/MA. DELIBERAÇÃO: O Pleno, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que dissentiu do parecer do Ministério Público de Contas, decidiu aplicar multa no valor total de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais) ao senhor Fernando Antonio Braga Muniz e arquivar os autos. PROCESSO Nº 3065/2021 - GABINETE DO PREFEITO DE ARAGUANÃ. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO. PREFEITO MUNICIPAL. Responsável: VALMIR BELO AMORIM. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Advogado: Leticia Pereira Ribeiro - OAB-18627/MA. DELIBERAÇÃO: O Pleno, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu emitir parecer prévio pela desaprovação das contas. O Conselheiro Marcelo Tavares Silva convocou o Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão para assumir a presidência e ausentou-se da sessão. **RELATOR CONSELHEIRO JOAQUIM WASHINGTON LUIZ DE OLIVEIRA:** PROCESSO Nº 3488/2015 - GABINETE DO PREFEITO DE IGARAPÉ DO MEIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO. PREFEITO MUNICIPAL. Responsável: RAIMUNDO MENDES DAMASCENO. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: O Pleno, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu emitir parecer prévio pela desaprovação das contas. PROCESSO Nº 3901/2017 - CÂMARA MUNICIPAL DE BELÁGUA. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTORES. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES. Responsável: ARINALDO CORREIA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: O Pleno, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu julgar as contas irregulares, com imputação de débito no valor de R\$ 35.931,45 (trinta e cinco mil, novecentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos) e multa no valor de R\$ 3.593,14 (três mil, quinhentos e noventa e três reais e quatorze centavos) ao responsável. PROCESSO Nº 4260/2017 - GABINETE DO PREFEITO DE PRESIDENTE DUTRA. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO. PREFEITO MUNICIPAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Responsável: JURAN CARVALHO DE SOUZA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Advogado: Ilan Kelson de Mendonça Castro - OAB/MA 8063-A. DELIBERAÇÃO: O Pleno, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, decidiu não conhecer dos embargos de declaração e manter na íntegra o Parecer prévio PL-TCE nº 168/2021. PROCESSO Nº 7872/2018 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAÇO DO LUMIAR. RECURSO DE REVISÃO. Responsável: RAIMUNDO NONATO DA SILVA FILHO. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Advogado: Adriana Teixeira Mendes Coutinho - OAB-18543/MA. Advogado: Sergio Henrique Sorocaba Ayoub Omena - OAB-17184/MA. DELIBERAÇÃO: O Pleno, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu não conhecer do recurso de revisão, manter na íntegra o Acórdão PL-TCE nº 626/2016 e arquivar os autos. PROCESSO Nº 7874/2018 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PAÇO DO LUMIAR. RECURSO DE REVISÃO. Responsável: RAIMUNDO NONATO DA SILVA FILHO. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Advogado: Adriana Teixeira Mendes Coutinho - OAB-18543/MA. Advogado: Sergio Henrique Sorocaba Ayoub Omena - OAB-17184/MA. DELIBERAÇÃO: O Pleno, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu não conhecer do recurso de revisão, manter na íntegra o Acórdão PL-TCE nº 625/2016 e arquivar os autos. O Conselheiro Daniel Itapary Brandão solicitou ao Presidente a inversão de pauta, a fim de que o Conselheiro-Substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa iniciasse a relatoria dos seus processos, em razão de problemas técnicos. **RELATOR CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ANTONIO BLECAUTE COSTA BARBOSA:** PROCESSO Nº 3912/2015 - GABINETE DO PREFEITO DE BOM JESUS DAS SELVAS. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO. PREFEITO MUNICIPAL. RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. Responsável: CRISTIANE TRANCOSO DE CAMPOS DAMIAO. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Procurador: José Ronaldo Barbosa da Silva - CRC/MA nº 015791/O. DELIBERAÇÃO: O Pleno, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que dissentiu do parecer do Ministério Público de Contas, decidiu conhecer e negar provimento ao recurso. PROCESSO Nº 4732/2014 - CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTORES. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES. Responsável: ALLAN KARDEC FELIX DE SOUSA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Advogado: Daniel Lima Cardoso - OAB/MA 13.334. DELIBERAÇÃO: O Pleno, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o*

PROCESSO Nº 2762/2012 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BURITICUPU. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTORES. OUTROS FUNDOS PÚBLICOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Responsáveis: ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA, ISABEL VITÓRIA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Advogado: Antino Correa Noleto Junior - OAB-8130/MA. Advogado: Fernando de Macedo Ferraz Melo Gomes - OAB-11925/MA. Advogado: Samara Santos Noleto - OAB-12996/MA. *DELIBERAÇÃO: O Pleno, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, decidiu conhecer e negar provimento aos embargos, mantendo o Acórdão PL-TCE nº 753/2018 e o Parecer Prévio PL-TCE nº 291/2018.*

PROCESSO Nº 4808/2013 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO RICO DO MARANHÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTORES. OUTROS FUNDOS PÚBLICOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Responsável: CELSON CESAR DO NASCIMENTO MENDES. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Advogado: Antônio Gonçalves Marques Filho - OAB/MA 6527. Advogado: Romualdo Silva Marquinho - OAB-9166/MA. Advogado: Sérgio Eduardo de Matos Chaves - OAB/MA 7.405. *DELIBERAÇÃO: O Pleno, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, decidiu conhecer e negar provimento aos embargos, mantendo o Acórdão PL-TCE nº 528/2018.*

PROCESSO Nº 4420/2014 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TUFILÂNDIA. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTORES. OUTROS FUNDOS PÚBLICOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Responsáveis: VALDIMIRO SURIANO SILVA, FABRIANE SOUSA ARAUJO, RAIMUNDO ALVES LIMA NETO. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vicira. Advogado: Pedro Durans Braid Ribciro - OAB-10255/MA. *DELIBERAÇÃO: O Pleno, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, decidiu conhecer e negar provimento aos embargos, mantendo o Acórdão PL/TCE nº 791/2018.*

PROCESSO Nº 5311/2017 - GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GRAJAÚ. REPRESENTAÇÃO. Responsável: JUNIOR DE SOUSA OTSUKA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: O Pleno, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu parcialmente o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu julgar irregular e lesiva ao erário municipal a contratação do Pregão Presencial nº 067/2013, com imputação de débito no valor de R\$ 1.123.506,72 (um milhão, cento e vinte e três mil, quinhentos e seis reais e setenta e dois centavos) e multa no valor de R\$ 112.350,67 (cento e doze mil, trezentos e cinquenta reais e sessenta e sete centavos) ao responsável. O Presidente convocou o Conselheiro Raimundo Oliveira Filho para presidir a sessão.*

CONSELHEIRO ÁLVARO CÉSAR DE FRANÇA FERREIRA: PROCESSO Nº 4091/2018 - GABINETE DO PREFEITO DE CIDELÂNDIA. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO. PREFEITO MUNICIPAL. Responsável: FERNANDO AUGUSTO COELHO TEIXEIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: O Pleno, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu emitir parecer prévio pela aprovação das contas.*

PROCESSO Nº 4413/2018 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO-SEMGOV DE APICUM AÇU. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO. PREFEITO MUNICIPAL. Responsável: CLAUDIO LUIZ LIMA CUNHA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: O Pleno, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu emitir parecer prévio pela aprovação das contas.*

PROCESSO Nº 4767/2018 - GABINETE DO PREFEITO DE IGARAPÉ DO MEIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO. PREFEITO MUNICIPAL. Responsável: JOSE ALMEIDA DE SOUSA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: O Pleno, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu emitir parecer prévio pela aprovação das contas.*

PROCESSO Nº 5019/2019 - GABINETE DO PREFEITO DE PAULO RAMOS. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO. PREFEITO MUNICIPAL. Responsável: DEUSIMAR SERRA SILVA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Procurador: José Ronaldo Barbosa da Silva - CRC/MA n.º 015791/O. *DELIBERAÇÃO: O Pleno, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu emitir parecer prévio pela aprovação das contas.*

PROCESSO Nº 4251/2021 - GABINETE DO PREFEITO DE CACHOEIRA GRANDE. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO. PREFEITO MUNICIPAL. Responsável: ANTONIO ATAIDE MATOS DE PINHO. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: O Pleno, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu emitir parecer prévio pela aprovação das contas.*

PROCESSO Nº 5901/2021 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ. DENÚNCIA. Responsável: JOSE FRANCISCO LIMA NERES. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: O Pleno, por unanimidade e*

ESPÉCIE: Prefeito Municipal

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE MATINHA

RESPONSÁVEIS: Liniêda Nunes Cunha (686.792.543-04).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Advogado: AIDIL LUCENA CARVALHO - OAB-12584/MA;

Advogado: BERTOLDO KLINGER BARROS REGO NETO - OAB-11909/MA;

Advogado: CARLOS EDUARDO BARROS GOMES - OAB-10303/MA;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: SUSPENSO JULGAMENTO NA SESSÃO DE 05/07/2023.

Total de Processos: 10

2 - Conselheiro Álvaro César de França Ferreira

1 - PROCESSO: 4091 / 2018

NATUREZA: Prestação de contas anual de governo

ESPÉCIE: Prefeito Municipal

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2017

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE CIDELÂNDIA

RESPONSÁVEIS: Fernando Augusto Coelho Teixeira (033.642.983-51).

PARTE: FERNANDO AUGUSTO COELHO TEIXEIRA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Flávia Gonzalez Leite

OBSERVAÇÃO: -

2 - PROCESSO: 4413 / 2018

NATUREZA: Prestação de contas anual de governo

ESPÉCIE: Prefeito Municipal

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2017

ENTIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO-SEMGOV DE APICUM AÇU

RESPONSÁVEIS: Claudio Luiz Lima Cunha (290.217.313-04).

PARTE: CLAUDIO LUIZ LIMA CUNHA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Flávia Gonzalez Leite

OBSERVAÇÃO: -

3 - PROCESSO: 4767 / 2018

NATUREZA: Prestação de contas anual de governo

ESPÉCIE: Prefeito Municipal

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2017

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE IGARAPÉ DO MEIO

RESPONSÁVEIS: Jose Almeida De Sousa (497.462.273-00).

PARTE: JOSE ALMEIDA DE SOUSA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

4 - PROCESSO: 5019 / 2019

NATUREZA: Prestação de contas anual de governo

ESPÉCIE: Prefeito Municipal

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE PAULO RAMOS

RESPONSÁVEIS: Deusimar Serra Silva (431.864.163-53).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Procurador: José Ronaldo Barbosa da Silva - CRC/MA n.º 015791/O;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Flávia Gonzalez Leite

OBSERVAÇÃO: -

5 - PROCESSO: 4251 / 2021

NATUREZA: Prestação de contas anual de governo

15 - PROCESSO: 3128 / 2022

NATUREZA: Prestação de contas anual de governo

ESPÉCIE: Prefeito Municipal

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE SANTANA DO MARANHÃO

RESPONSÁVEIS: Marcio Jose Melo Santiago (803.193.863-68).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Procurador: José Ronaldo Barbosa da Silva - CRC/MA n.º 015791/O;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

16 - PROCESSO: 7779 / 2022

NATUREZA: Representação

ESPÉCIE: Membro da rede de controle

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2022

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO

RESPONSÁVEIS: Claudio Rodrigues Escorcio (048.844.753-48), Samia Coelho Moreira Carvalho (447.037.243-91).

PARTE: NUFIS 2 líder b6

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: SUSPENSO JULGAMENTO NA SESSÃO DE 27/09/2023.

17 - PROCESSO: 4349 / 2023

NATUREZA: Outros processos em que haja necessidade de decisão colegiada do TCE

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2023

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE TURIAÇU

RESPONSÁVEIS: Edesio Joao Cavalcanti (147.202.563-68).

PARTE: Edesio Joao Cavalcanti

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Advogado: Adriana Santos Matos - OAB/MA 18.101;

Advogado: GILSON ALVES BARROS - OAB-7492/MA;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: Termo de Ajustamento de Gestão TAG.

Total de Processos: 17

2 - Conselheiro Álvaro César de França Ferreira

1 - PROCESSO: 3806 / 2017

NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores

ESPÉCIE: Órgão superior da administração direta

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2016

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE BACURITUBA

RESPONSÁVEIS: Jose Sisto Ribeiro Silva (035.310.743-34).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

2 - PROCESSO: 3999 / 2017

NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores

ESPÉCIE: Outros fundos públicos

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2016

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNTUM

RESPONSÁVEIS: Rawlley Tavares Barros (883.647.203-68).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -



**J R BARBOSA CONSULTORIA, PLANEJAMENTO &
GESTÃO**
CNPJ: 39.435.986/0001-68

Fls. N° 230
CPI

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

J R BARBOSA CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & GESTÃO
Rua Desembargador Sarney nº 60, Centro, Paulo Ramos – MA – CEP: 65.716-000
(98) 981049617 | assessoria.jrbs@gmail.com

J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTÁBIL

Rua Desembargador Sarney nº 60, Centro – Paulo Ramos – MA, CEP: 65.716-000
CNPJ: 39.435.986/0001-68
NIRE: 21.102.346.884

BALANÇO PATRIMONIAL**ATIVO**

Conta	Valor (R\$)
Ativo Circulante	
Caixa e Equivalentes	252.739,55
Total Ativo Circulante	252.739,55
Ativo Não Circulante	
Imobilizado (Móveis e Utensílios)	10.600,00
Total Ativo Não Circulante	10.600,00
Total do Ativo	263.339,55

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Conta	Valor (R\$)
Passivo Circulante	
Pró-labore a Pagar	5.755,48
Impostos a Pagar	1.775,00
Total Passivo Circulante	7.530,48
Patrimônio Líquido	
Capital Social Integralizado	40.000,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	215.809,07
Total do Patrimônio Líquido	255.809,07

Total do Passivo e Patrimônio Líquido	263.339,55
---------------------------------------	------------

Importa e confere nosso **ATIVO** e **PASSIVO** encerrado em 31 de dezembro de 2024, a importância de **263.339,55** (duzentos e sessenta e três mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)

Paulo Ramos (MA), 31 de dezembro de 2024.

JOSE RONALDO BARBOSA DA SILVA:60546031323
Assinado de forma digital por JOSE RONALDO BARBOSA DA SILVA:60546031323
Dados: 2025.02.21 02:43:19 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2024.005.20399

JOSÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA
Contador/Titular
C.P.F.: 605.460.313-23
R.G.: 039085432010-0
C.R.C.: MA - 015791

J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTÁBIL

Rua Desembargador Sarney nº 60, Centro – Paulo Ramos – MA, CEP: 65.716-000

CNPJ: 39.435.986/0001-68

NIRE: 21.102.346.884

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024

Conta	Valor (R\$)
Receita Bruta	389.500,00
(-) Deduções da Receita Bruta	17.304,23
Receita Líquida	372.195,77
(-) Despesas Operacionais	
- Despesa com Internet	1.182,61
- Despesa com Telefone	1.412,87
- Despesa com Energia e Água	4.028,78
- Multas	501,29
- Pró-labore (já pago)	17.135,48
Total das Despesas Operacionais	24.261,03
Lucro Operacional	347.934,74
(-) Impostos sobre Lucro (15%)	52.190,21
Lucro Líquido do Exercício	295.744,53

Paulo Ramos (MA), 31 de dezembro de 2024.

JOSE RONALDO BARBOSA
DA SILVA:60546031323Assinado de forma digital por JOSE RONALDO
BARBOSA DA SILVA:60546031323
Dados: 2025.02.21 02:42:57 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2024.005.20399

JOSÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA

Contador/Titular

C.P.F.: 605.460.313-23

R.G.: 039085432010-0

C.R.C.: MA – 015791

J R B DA SILVA ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTÁBIL

Rua Desembargador Sarney nº 60, Centro – Paulo Ramos – MA, CEP: 65.716-000

CNPJ: 39.435.986/0001-68

NIRE: 21.102.346.884

ANÁLISE DOS ÍNDICES FINANCEIROS

Índice	Fórmula	Valor	Análise
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	13,10	A Liquidez Geral reflete a capacidade da empresa de quitar suas obrigações de curto e longo prazo com seus ativos circulantes e realizáveis. Um valor de 13,10 indica que a empresa possui recursos suficientes para cobrir suas dívidas de curto e longo prazo, sugerindo uma sólida posição financeira.
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	16,21	A Liquidez Corrente mostra a capacidade da empresa de pagar suas dívidas de curto prazo com seus ativos circulantes. Um índice de 16,21 é bastante elevado, indicando que a empresa tem uma excelente capacidade para saldar suas obrigações de curto prazo com recursos disponíveis.
Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$	16,21	A Liquidez Seca é semelhante à Liquidez Corrente, mas exclui os estoques dos ativos circulantes. O índice de 16,21 sugere que a empresa também é capaz de cobrir suas

Solvência Geral	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$	12,55	dívidas de curto prazo sem depender da venda de estoques, o que é um sinal de eficiência na gestão de liquidez. Este índice mede a capacidade da empresa de pagar todas as suas obrigações, incluindo as de longo prazo, com todos os seus ativos. Um valor de 12,55 é muito positivo, indicando que a empresa tem mais de doze vezes o valor dos seus passivos em ativos, sugerindo excelente solvência.
Participação de Capital de Terceiros	$\frac{\text{Passivo Circulante X } 100}{\text{Total do Ativo}}$	7,8%	A Participação de Capital de Terceiros indica a proporção dos passivos em relação ao capital próprio da empresa. Um valor de 7,8% mostra que a empresa tem uma baixa dependência de capital de terceiros, o que é um sinal de menor risco financeiro e uma sólida base de capital próprio.
Participação do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Patrimônio Líquido X } 100}{\text{Total do Ativo}}$	93%	Este índice mostra a proporção do patrimônio líquido em relação ao passivo total. Uma participação de 93% indica que a maior parte das obrigações da empresa é financiada por recursos próprios, o que contribui para a estabilidade financeira e menor risco de insolvência.

Margem de Lucro Bruto	$\frac{\text{Lucro Bruto} \times 100}{\text{Receita Líquida}}$	100%	A Margem de Lucro Bruto é uma medida da eficiência da empresa na produção e venda de seus produtos. Uma margem de 100% indica que o lucro bruto é igual à receita líquida, o que pode sugerir que todos os custos variáveis são completamente cobertos pela receita.
Margem de Lucro Líquido	$\frac{\text{Resultado Líquido} \times 100}{\text{Receita Líquida}}$	79,5%	A Margem de Lucro Líquido mostra a porcentagem da receita que se transforma em lucro líquido após todas as despesas. Um valor de 79,5% é excepcionalmente alto, indicando que a empresa é muito eficiente em converter suas receitas em lucro líquido, refletindo uma gestão eficaz de custos e despesas.

Paulo Ramos (MA), 31 de dezembro de 2024.

JOSE RONALDO BARBOSA DA SILVA:60546031323

Assinado de forma digital por JOSE RONALDO BARBOSA DA SILVA:60546031323
 Dados: 2025.02.21 02:42:33 -03'00'
 Versão do Adobe Acrobat Reader: 2024.005.20399

JOSÉ RONALDO BARBOSA DA SILVA

Contador/Titular

C.P.F.: 605.460.313-23

R.G.: 039085432010-0

C.R.C.: MA - 015791

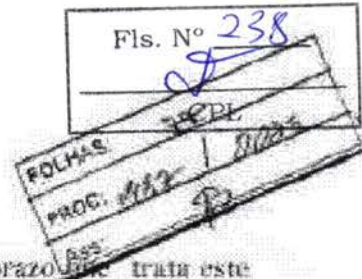
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2022/SEMFIM
TOMADA DE PREÇO Nº 08/2021/CPL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 457/2023/SEMFIM

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE
PRAZO E VALOR DO CONTRATO Nº
01/2022 -CELEBRADO ENTRE A
PREFEITURA MUNICIPAL DE
COLINAS, E A EMPRESA MORAES
CONSULTORIA LTDA - ME - CNPJ Nº
10.489.482/0001-78, PARA EXECUÇÃO
DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
CONSULTORIA E ASSESSORIA EM
CONTABILIDADE PÚBLICA DA
CIDADE DE COLINAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE
FINANÇAS/SEMFIM, Órgão de Administração Pública em Geral, inscrita no
C.N.P.J.(MF) sob o n.º CNPJ 06.113.582/0001-25, com sede à Praça Dias Carneiro, 402,
CENTRO, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato
representado pelo Sr. Ivan Prudêncio da Silva, brasileiro, solteiro portadora do CPF
nº 003.301.723-95, residente e domiciliado nesta cidade e do outro lado a empresa
MORAES CONSULTORIA LTDA - ME - CNPJ Nº 10.489.482/0001-78, com sede
à Rua do Aeroporto, nº 151, Centro da cidade de Moção - MA, representada pelo Srº
Waldely Leite de Moraes, brasileiro, casado, CPF Nº 003.087.815-68, RG Nº
053250612014-0 SSP/MA, devidamente autorizado a firmar este ajuste, nos termos das
normas estatutárias e nos termos do presente Termo Aditivo de Prazo, devidamente
autorizado pela Prefeita Municipal de Colinas/MA através do Processo Administrativo
nº 457/2023/SEMFIM, Parecer Jurídico Nº 264/2023/ASSEJUR, e Parecer Nº
251/2023/CPL, têm como justos, pactuados e contratados este ajuste, com fundamento
legal dos inciso I, e § 1º, inciso II e §º 2º do Art. 57 da Lei nº 8.666/93, e suas
posteriores alterações, as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO.

O objeto presente termo é aditar o CONTRATO N.º 01/2022/SEMFIM, quanto à
prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses, no valor de R\$ 252.000,00 (duzentos e
cinquenta e dois mil reais) a ser pago no período de 12 (doze), meses, com valor
mensal correspondente a R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), para execução dos
Serviços de Consultoria e Assessoria em Contabilidade Pública da Cidade de Colinas- MA.



CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA - A prorrogação de prazo que trata este instrumento, corresponde a 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura do presente Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente aditivo do CONTRATO N.º 01/2022/SEMPFIN será publicado no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Colinas - Maranhão, com exclusão de quaisquer outros por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e/ou conflitos oriundos da execução deste contrato.

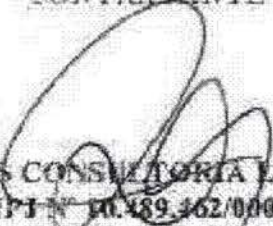
CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES -

Continua em pleno vigor todas as Cláusulas e demais condições do Contrato original.

E, para validade do que foi pactado, formou-se este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza seus efeitos legais em juízo e fora dele.

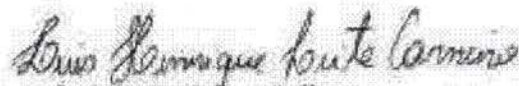
Colinas (MA), 03 de janeiro de 2023.


Sr. Ivan Prudêncio da Silva
Assessor de Relações Institucionais e Planejamento
CONTRATANTE

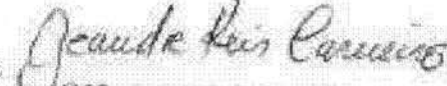

MORAES CONSULTORIA LTDA - ME
CNPJ N.º 10.489.462/0001-78
Sr. Walmely Leite do Moraes
CPF N.º 003.087.813-68
CONTRATADA

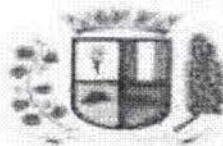
TESTEMUNHAS

C.I.C.:
R.G.:

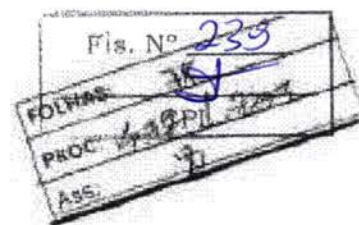

092.465.193-60

C.I.C.:
R.G.:


800.420.333-49



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
CNPJ 06.113.682/0001-25
Praça Dias Carneiro, 402 CEP 65.690.000
Colinas - MA



2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS/MA - SECRETARIA MUNICIPAL FINANÇAS - OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria e assessoria em contabilidade pública **DO VALOR R\$ 252.000,00** (duzentos e cinquenta e dois mil reais) **CONTRATADA:** MORAES CONSULTORA LTDA CNPJ N: 10.489.462/0001-78, **AMPARO LEGAL:** ART 57 inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas Posteriores alterações e Proposta de Preços, **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses.

Colinas - (MA), 03 de janeiro de 2024.

CONTRATANTE:


Sr Ivan Prudêncio da Silva
Assessor de Relações Institucionais e Planejamento

[illegible]

7º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/2022. PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍNASMA. SECRETARIA MUNICIPAL FINANÇAS - OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de contabilidade e assistência em contabilidade pública. **DO VALOR R\$ 252.800,00** (duzentos e cinquenta e dois mil e 800 reais). **CONTRATADA: MONTARI CONSULTORIA LTDA. CNPJ: 16.455.463/0001-19. AMPARO LEGAL:** ART 57 inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações e Proposta de Preço, **VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.** Colinas - (MA), 03 de janeiro de 2024. **CONTRATANTE:** Prefeito Francisco de Sousa Almeida de Salazar, instituidor e Financiador.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2023-PMF PROCESSO ADM.º 6.797/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0416/2023-SRF. Aos 06 dias do mês de dezembro do ano de 2023, a MUNICÍPIO DE PINHEIRO/MA, através da Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Rua Igar, nº 972, João Castelo, Pinheiro - MA, CNPJ nº 11.732.163/0001-45, Cep 65.000-000, PINHEIRO/MA, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, Srª Residência Araújo Leão, portadora do Cédula de Identidade nº 1106773200015 e do CPF nº 044.000.503-53, resolve registrar os preços das empresas participantes, vencedoras do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0416/2023-SRF, sob o regime de compra pelo Sistema de REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço para eventual e futura contratação de prestação de serviços de exames laboratoriais nas unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de município de Pinheiro, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, a teor do disposto na Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 60/2022, aplicando-se, POR REPOSIÇÃO, TEE EXCELSORFACIL VÁLIDE QUANTITATIVAMENTE POR HONORÁRIO.

Nome empresarial: GRUPO CYTO LTDA
CNPJ nº: 12.142.964/0001-00
Endereço: RUA RAMMERT 10 MARQUÊS TEIXEIRA, 600 R. CENTRO, PINHEIRO - MA, CEP 65.000-000
FONE/Telefone: (98) 32635-4260
E-mail: CYTO.LABMAGNETMAIL.COM
Representante legal: FABIO CESAR AROUCHA VIEIRA
CPF nº: 030954951-55

LOTE ÚNICO - EXAMEN LABORATORIAIS						
ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO PROCEDIMENTO	UND.	QUANT.	V.UNIT.	V. TOTAL
1	02.02.01.013-0	DOSAÇÃO DE APTO. S. VÍSC.	UNIT.	9000	R\$ 1,35	R\$ 16.650,00
2	02.02.01.013-0	DOSAÇÃO DE AMILASE	UNIT.	9000	R\$ 2,25	R\$ 23.650,00
3	02.02.01.023-9	DOSAÇÃO DE COLESTEROL HDL	UNIT.	15000	R\$ 1,51	R\$ 22.650,00
4	02.02.01.023-7	DOSAÇÃO DE COLESTEROL LDL	UNIT.	15000	R\$ 1,51	R\$ 22.650,00
5	02.02.01.023-5	DOSAÇÃO DE COLESTEROL TOTAL	UNIT.	15000	R\$ 1,35	R\$ 27.750,00
6	02.02.01.033-3	DOSAÇÃO DE CREATININOFOSFOQUINASE (CTP)	UNIT.	12000	R\$ 2,60	R\$ 44.100,00
7	02.02.01.033-1	DOSAÇÃO DE CREATININOFOSFOQUINASE FRACAO MB	UNIT.	12000	R\$ 4,12	R\$ 49.440,00
8	02.02.01.033-2	DOSAÇÃO DE FERRO SÉRIO	UNIT.	3000	R\$ 1,41	R\$ 14.250,00
9	02.02.01.033-3	DOSAÇÃO DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	UNIT.	4000	R\$ 7,30	R\$ 31.200,00
10	02.02.01.043-8	DOSAÇÃO DE TRILIPIDÍDIOS	UNIT.	15000	R\$ 1,51	R\$ 22.650,00
11	02.02.01.063-4	DOSAÇÃO DE UREIA	UNIT.	12000	R\$ 1,85	R\$ 22.200,00

Folha Nº 02
Processo Adm Nº 002/2021
Câmara Municipal de Açaílândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

Folha Nº 02
Processo Adm Nº 002/2021
Câmara Municipal de Açaílândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76
ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ: 12.143.442/0001-76

PROCESO
FOLHA Nº

Fis. Nº 242
CPL

Folha Nº 02
Processo Adm Nº 002/2021
Câmara Municipal de Açaílândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

CONTRATO Nº 002/2021 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA E
MORAES CONSULTORIA LTDA, para a
prestação de serviços de consultoria técnica contábil
à CONTRATANTE, nos termos do Edital de
Inexigibilidade de Licitação nº 002/2021.

Atos 01 dias do mês de março do ano de 2021, A CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA-MA, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o número CNPJ: 12.143.442/0001-76, sito a RUA CEARÁ, 662 - CENTRO - CEP: 65930-000 - AÇAILÂNDIA-MA, aqui representada pelo seu presidente, o Senhor FELIBERG MELO SOUSA, brasileiro, estado civil casado, profissão empresário, portador do CPF nº 268.741.643-68, residente na João Mariquinha QD 14, LT 06, bairro, Vila Bom Jardim, CEP 65.930-000, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE, e do outro lado, a Escritório de Contabilidade MORAES CONSULTORIA LTDA, CNPJ Nº 16.489.462/0001-78, localizada na Rua do Aeroporto, 181, CEP 65.360-000, Centro, Monção-MA, tendo como Responsável legal LUCIANO RABELO DE MORAES, brasileiro, portador do RG nº 000031799494-8 SSP-MA e do CPF nº 743.418.983-53, neste ato denominado como CONTRATADA, firmam o presente contrato mediante as cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 O presente Contrato fundamenta-se no Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2021, no Art. 25, II, e/o Art. 13, III da Lei nº 8.666/93, que prevê a possibilidade de inexigibilidade de licitação "para a contratação de serviços técnicos (...) de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização", e, na Lei nº 14.039/2020, que alterou o Decreto-Lei nº 9.295/1946 (Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências), ao prever em seu Art. 25, § 1º que "os serviços profissionais de contabilidade são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei."

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Contratação de pessoa jurídica, com comprovada experiência na área de Contabilidade Pública, para a prestação dos serviços de Consultoria e execução Orçamentaria/contábil, elaboração de justificativas, defesas e Recursos de processos administrativos junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão TCE, Consultoria financeira e gerencial, fazendo a utilização de sistemas informatizados na área de Contabilidade pública com geração de relatórios para atender as necessidades da Câmara Municipal de Açaílândia-MA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO

3.1. Com base na singularidade do serviço, a assessoria exige profundo conhecimento contábil e experiência na área pública, principalmente qual aos atos que importam em

Folha Nº 03
Processo Adm Nº 01612002
Câmara Municipal de Acaiaçu
CNPJ: 12.142.442/0001-76



Fis. Nº 243
CPL

Folha Nº 03
Processo Adm Nº 30121
Câmara Municipal de Acaiaçu
CNPJ: 12.142.442/0001-76

responsabilização por improbidade administrativa.

3.2. Para tanto, foi selecionado, dentre os escritórios credenciados junto ao CONTRATANTE, o Escritório de Contabilidade **INNOVAR CONSULTORIA E TREINAMENTOS**, que detém de profissionais especialista em contabilidade pública, com experiência há anos na área, conforme documentos em anexo.

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os serviços objeto deste Contrato serão executados por prestação de serviços mensais.

4.2. O preço contratual ajustado é o valor de R\$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais) a ser pago o valor de R\$ 16.300,00 (dezoito mil e trezentos reais) mensais.

4.3. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

01.031.0001.2.001. Manutenção Administrativa da Câmara Municipal

3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO CONTRATUAL

5.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 10 (dez) meses, contados a partir do 1º dia útil subsequente a sua assinatura.

5.2. A prorrogação do prazo contratual somente será admitida nas condições estabelecidas no Art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A CONTRATADA executará os serviços, objeto deste contrato, na sua sede e/ou nas dependências da Câmara Municipal, de acordo com a conveniência e oportunidade de ambas as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Além dos encargos de ordem legal e dos demais assumidos em outras cláusulas obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

- a) Acompanhar a execução orçamentária, por meio de emissão, Liquidação e pagamento de empenhos e despesas;
- b) Análise de demonstrativos orçamentários, financeiros e Patrimoniais;
- c) Análise de balanços e balancetes para atendimento de Exigências legais e requisitos gerenciais;
- d) Revisão de lançamentos contábeis, incluindo receitas e Despesas;
- e) Análise de demonstrativos para elaboração dos Relatórios de Gestão Fiscal, consoante regulamentação da Lei de Responsabilidade e da Secretaria do Tesouro Nacional;
- f) Orientação dos servidores dos departamentos de contabilidade, Finanças, administração e de pessoal de para processamento da Contabilidade Gestão Fiscal para processamento da contabilidade, Folha de pagamento, execução do orçamento, compreendendo as fases da despesa pública de: empenho, liquidação, pagamento;
- g) Incorporação patrimonial, processamento do movimento bancário;
- h) Outras atividades correlatas;

- j) Executar os serviços nos moldes estabelecidos no Edital que precedeu este Contrato, em conformidade com o respectivo planejamento, normas e especificações técnicas emitidas pela CONTRATANTE;
- j) Admitir e gerenciar, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado, em todos os níveis de trabalho, para a execução dos serviços, correndo por sua conta exclusiva, todos os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária e civil, apresentando, ainda à CONTRATANTE, quando solicitado, a relação atualizada desse pessoal e comprovantes de quitação de tais encargos;
- k) Comunicar por escrito à CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecedam o prazo de vencimento da execução do objeto da licitação, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento e apresentar no mesmo ato plano de ação com fins de adequação do cronograma original;
- l) Executar, às suas custas, os refazimentos dos serviços executados em desacordo com este Contrato e seus anexos;
- m) Responsabilizar-se por qualquer dano que, direta ou indiretamente, ocasionar à CONTRATANTE ou a terceiros;
- n) Manter atualizada sua situação de Regularidade Fiscal e Trabalhista;
- o) Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização;
- p) No caso de eventual e comprovada necessidade de substituição de membro(s) da equipe técnica, indicada para execução dos serviços, deverão ser, tempestivamente, submetidos à análise e aprovação os dados demonstrativos da respectiva capacitação técnica de seu(s) substituto(s);
- q) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- r) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Caberá à CONTRATANTE:

- a) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com a forma e prazo estabelecidos no instrumento de contrato, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- b) Realizar a fiscalização do objeto contratado mediante a aprovação dos documentos e relatórios apresentados;
- c) Repassar à contratada todas as informações necessárias ao fornecimento do objeto;
- d) Receber o objeto em estrita observância às especificações técnicas, devolvendo-o no caso de recusa, devidamente acompanhado de notificação expressando os motivos da recusa.

- e) Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução efetiva do objeto, podendo recusar aquele que não esteja de acordo com os termos deste Contrato;
- f) Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do contrato;
- g) Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- h) Designar um servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da contratação, nos termos da Lei;
- i) Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE, quando necessário para acompanhar a execução;
- j) Receber os serviços em conformidade com as especificações, quantidade, qualidade, prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços da CONTRATADA;

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

Para fazer face aos desembolsos do objeto desta contratação serão utilizados recursos financeiros consignados na CLÁUSULA QUARTA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços serão os constantes na proposta.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento estará condicionado à REGULARIDADE FISCAL DA CONTRATADA, devendo esta demonstrar tal situação em todos os seus pedidos de pagamentos por meio da seguinte documentação:

- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a qual se refira às contribuições previdenciárias e as de terceiros;
- b) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Estadual;
- c) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Estadual;
- d) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Municipal;
- e) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Municipal;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo de pagamento será de até 05 (cinco) dias contados a partir da apresentação da Nota Fiscal acompanhada da Fatura, devidamente conferida e atestada pelo setor competente, para ser efetuado diretamente na conta que a contratada apresentar no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco, o nº da Agência e da Conta-Corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

PARÁGRAFO QUARTO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a



Folha Nº 06
Processo Adm Nº 0151/2023
Câmara Municipal de Acaiaçu
CNPJ: 12.143.442/0001-76



Folha Nº 06
Processo Adm Nº 03712093
Câmara Municipal de Acaiaçu
CNPJ: 12.143.442/0001-76

CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, na qual

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{1}{365} \quad I = \frac{5/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que I = taxa percentual anual no valor de 5%.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso o pagamento devido seja antecipado pelo CONTRATANTE, o respectivo montante sofrerá desconto proporcional, nas mesmas condições estabelecidas no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO SEXTO: A Nota Fiscal apresentada deverá ser expressa em real e conter, obrigatoriamente, o número do contrato celebrado com a CONTRATANTE e o número da conta corrente da Contratada.

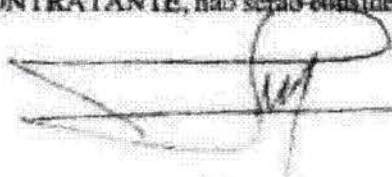
PARÁGRAFO SÉTIMO: Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de revisão de preços ou correção monetária.

PARÁGRAFO OITAVO: Serão retidos os impostos e contribuições sociais (INSS, ISS, COFINS, PIS, CSSL e IR), quando aplicável e de acordo com os procedimentos e alíquotas definidos na legislação pertinente.

PARÁGRAFO NONO: Caso seja aplicável a retenção de impostos, a empresa contratada deverá destacar os referidos valores na(s) nota(s) fiscal(is), e apresentar a respectiva Guia para Recolhimento do Imposto referente ao mês de execução dos serviços, devidamente preenchida, cuja retenção na fonte ficará a cargo da CONTRATANTE, a qual efetuará o recolhimento e posteriormente devolverá a guia devidamente quitada à Contratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor do imposto a ser retido deverá ser discriminado após a descrição dos serviços prestados, como parcela dedutível apenas para produzir efeito no ato da quitação da nota fiscal, fatura ou recibo, não devendo ser deduzido do valor total da nota fiscal, sendo apenas um destaque a fim de que não se altere a base de cálculo de qualquer tributo que incida sobre o valor dos serviços executados.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.



CLÁUSULA DÉCIMA - DO FISCAL DE CONTRATO

A fiscalização deste Contrato será efetuada por servidor público designado pela CONTRATANTE, que poderá, a qualquer tempo, determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como propor a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

O presente CONTRATO não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1 ADVERTÊNCIA: Aviso por escrito, emitido quando a CONTRATADA descumprir obrigações de natureza leve, em especial nos seguintes casos:

- a) quando a CONTRATADA, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou ensejar o retardamento na assinatura do contrato;
- b) quando se tratar de execução de serviços, caso seja identificado atraso não superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao Cronograma Aprovado, não justificado pela CONTRATADA;

12.1.2 MULTA: Sanção pecuniária que será imposta à CONTRATADA, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, a ser aplicada nos seguintes percentuais:

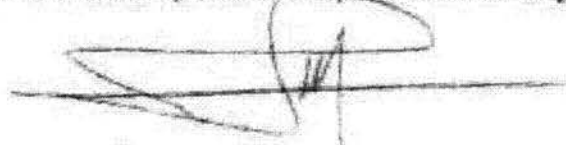
12.1.2.1 Nos casos de atrasos:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, vírgula, nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério da EPL, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de entrega objeto, sem prejuízo da aplicação do disposto nas alíneas A e B.

12.1.2.2 Nos casos de recusa ou inexecução:

- a) 15% (quinze por cento) sobre o valor total contratado, em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente;
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, exceto prazo de entrega.

12.1.2.3 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ: 12.143.442/0001-71

desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos.

12.1.3 SUSPENSÃO: Sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e contratar com toda a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no presente contrato.

a) Por até 2 (dois) anos quando a CONTRATADA deixar de efetuar o pagamento de qualquer das multas previstas neste instrumento.

b) Por até 5 (cinco) anos, quando a CONTRATADA:

- b.1. apresentar documento falso;
- b.2. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- b.3. não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- b.4. fraudar o contrato ou praticar atos fraudulentos na execução do Contrato;
- b.5. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ou der causa à inexecução total ou parcial do Contrato;
- b.6 não observar as normas do código de ética profissional.

12.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: A declaração de inidoneidade será aplicada à empresa que cometer algum ato previsto nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

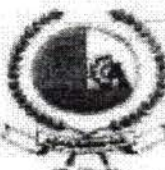
12.2 As penalidades acima descritas não impedem a perda e dano decorrentes de qualquer culpa, negligência ou imperícia na condução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

13.1. A inexecução, total ou parcial, deste Contrato dará ensejo a sua rescisão e acarretará as consequências previstas neste instrumento e na legislação pertinente;

13.2. Sem prejuízo de outras sanções, constituem motivos para rescisão deste Contrato, pela CONTRATANTE:

- a) O não cumprimento de prazos;
- b) O não cumprimento das condições constantes das especificações do projeto básico;
- c) O atraso injustificado no início dos serviços;
- d) A paralisação injustificada dos serviços;
- e) O cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços;
- f) A cessação ou transferência do presente Contrato;
- g) O descumprimento às determinações da FISCALIZAÇÃO designada para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- h) A declaração de falência;
- i) A dissolução da sociedade;
- j) A alteração societária que modifique a finalidade ou a estrutura da CONTRATADA que inviabilize ou prejudique a execução deste Contrato;
- k) A prática de qualquer ato que vise fraudar ou burlar o fisco ou órgão/entidade arrecadador/credor das contribuições sociais e trabalhistas ou de tributos;
- m) Quebra de sigilo sobre as informações e documentos recebidos da



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ACAIÂNDIA
CNPJ: 12.143.442/0001-76

09
Proc. Adm. Nº 037.17098
Câmara Municipal de Acaiaândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

PROX. FOLHA Nº
FOLHA Nº

Fis. Nº 249
CPL

Folha Nº 09
Processo Adm Nº 018.13033
Câmara Municipal de Acaiaândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

CONTRATANTE, para a execução dos serviços contratados, bem como sobre os desenvolvidos pela CONTRATADA, por força do Contrato;

n) Razões de interesse público;

o) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

P) Quando a CONTRATADA não apresentar a garantia de cumprimento do objeto, na forma do disposto neste instrumento.

13.3. Constituem motivos para rescisão deste Contrato pela CONTRATADA:

a) A supressão de serviços, por parte da CONTRATANTE, sem anuência da CONTRATADA, acarretando modificações do valor inicial do Contrato, além do limite permitido em lei;

b) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra ou ainda por força de ato governamental;

c) O atraso superior a 90 (noventa) dias nos pagamentos relativos aos serviços já recebidos e faturados;

d) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

13.4. Nos casos acima relacionados, a CONTRATADA será ressarcida dos prejuízos até então sofridos, desde que regularmente comprovados, tendo, ainda, direito a:

a) Devolução da garantia prestada;

b) Recebimento dos serviços que executou, desde que aceitos, até a data da rescisão do Contrato, porventura ainda não pagos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

14.1. A CONTRATADA declara expressamente manter sigilo, tanto escrito como verbal, ou, por qualquer outra forma, de todos os dados, informações técnicas e, sobre todos os materiais obtidos com sua participação, não podendo revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, de dados, informações ou materiais obtidos com sua participação, sem a prévia análise e aceite da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela legislação aplicável a espécie;

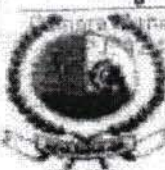
15.2. Se qualquer das partes relevar alguma eventual falta relacionada com a execução deste Contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas, para o cometimento de outras;

15.3. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis, nos termos do Art. 71 da Lei 8.666/93;

15.4. As partes consideram completamente cumprido o Contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de

Folha Nº 10
Processo Adm Nº 018.12002
Câmara Municipal de Açaíândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

Folha Nº 10
Processo Adm Nº 011093



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAÍÂNDIA
CNPJ: 12.143.442/0001-76

PROCESSO
FOLHA

Fls. Nº 250

CPL

Folha Nº 10
Processo Adm Nº 30121
Câmara Municipal de Açaíândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

direito e aceita pela CONTRATANTE;

15.5 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

15.5 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do art. 65, da Lei nº 8.666/93;

15.6 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato, no Diário Oficial, nos termos do § Único, do art. 61 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato será publicado pelo CONTRATANTE na imprensa oficial, obedecendo ao disposto no art. 61, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro de Açaíândia/MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.

Açaíândia/MA, 01 de março de 2021

CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAÍÂNDIA-MA

Felipe Melo Sousa

Presidente da Câmara Municipal
CONTRATANTE

MORAES CONSULTORIA LTDA

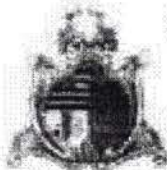
CNPJ Nº 16.489.462/0001-78

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CPF

CPF



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL

PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS

Folha Nº 46
Processo Adm Nº 70126
Câmara Municipal de Acaiaçã
CNPJ: 12.143.442/0001-76

ANO XLV Nº 071 SÃO LUÍS, QUINTA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 2021 EDIÇÃO DE HOJE: 96 PÁGINAS

SUMÁRIO

ACORDO

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - 81

ADITIVOS

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e Outras - 81

APOSTILAS

Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano e Outras - 82

AS

Secretaria de Estado de Saúde e Outras - 84

AVISOS

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Outras - 85 e 94

COMUNICAÇÕES

Prefeitura Municipal de Itaoca - MA e Outras - 86

CONTRATOS

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Outras - 87

CONVÊNIOS

Secretaria de Estado da Segurança Pública - 83

CONVOCAÇÕES

Equatorial Energia S.A. e Outras - 84

DECLARAÇÕES

Secretaria de Estado da Educação e Outras - 88

DECRETOS

Prefeitura Municipal de Santa Inês - MA - 88

EDITAIS

Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão - CRC/MA - 89

ERRATAS

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e Outras - 89

PORTARIAS

Câmara Municipal de São Raimundo das Mangabeiras - MA e Outras - 90

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social - 91

TERMO DE FOMENTO

Secretaria de Estado da Mulher - 91

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Secretaria de Estado de Saúde e Outras - 92

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares - EMSH e Outras - 93

TERMO DE RESCISÃO

Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares - EMSH - 94

ACORDO

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 09/2018/IBAMA, PROCESSO 0001/18454/2018.17 PARTES: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, CNPJ: 03.859.166/0001-02, representado por sua Presidente Sueli Mara Vaz Guimarães de Araújo, CPF: 281.097.081-33 e Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - Sema, CNPJ: nº 02.790.103/0001-41, representado por seu Secretário Marcelo de Araújo Costa Coelho, CPF: 286.538.743-72. **OBJETO:** Delegação da administração técnica, técnica ambiental do empreendimento Termocelétrica Gera Maranhão - Geradora de Energia Maranhão, sem transferência de recursos financeiros entre os Partes, cabendo a cada um o custeio das despesas inerentes à execução das ações e obrigações com sua competência. **VIGÊNCIA:** 12 (doze e duas) meses. **DATA DA ASSINATURA:** 13.04.2018. **FORO:** Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal. **ASSINATURA:** Sueli Mara Vaz Guimarães de Araújo - Presidente do IBAMA e Marcelo de Araújo Costa Coelho - Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão. Em São Luís-MA, 12 de abril de 2021. **DIEGO FERNANDO MENDONÇA ROLEM** Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais. Assinado Digitalmente.

ADITIVOS

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

RESENHA DE TERMO ADITIVO Ref: PROCESSO Nº 0001/2020-SEAP/MA, ESPECIE: Resenha do Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº 135/2020-SEAP de 13/10/2020, que tem como objeto contratação de empresa especializada em engenharia para realizar os serviços de reforma e ampliação da Unidade Prisional de Resocialização - UPR de Santa Inês, PARTES: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP/MA, CNPJ nº 13.127.340/0001-20, e a empresa LDM CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.458.493/0001-12. **OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência e execução do Contrato nº 135/2020-SEAP, por mais 120 (cento e vinte) dias, com início no artigo 57, inciso I, c/c §1º, inciso II e III, da Lei Federal nº 8.666/93, passando o referido instrumento contratual a vigor da seguinte forma: I - Vigência: De 13/05/2021 a 13/09/2021; II - Execução: De 13/04/2021 a 13/08/2021. **DA COMPLEMENTAÇÃO DA GARANTIA:** Da data de assinatura deste Termo Aditivo, a Contratada deverá comprovar a adequação da garantia prevista na Cláusula Sexta do Contrato nº 135/2020-SEAP, de 13 de outubro de 2020, observando o mecanismo proposto pela Contratada 1º deste Termo, em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato, sob pena de promover as sanções cabíveis. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos financeiros para custeio do presente termo aditivo serão pagos a conta de seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária: 0001/Secretaria de Estado de Adm. Penitenciária; Órgão: 0001/1/Gestão Geral; Subação: 002735 Reforma e Ampliação - UPR S.A. INÊS; Fonte Recursos: 0.0.00.00101 Fonte do Tesouro; Natureza da Despesa: 44.90.51.05 - Reforço e Ampliação de Imóveis; Grupo Programação Financeira: 004 Investimentos; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Artigo 57, inciso I, c/c §1º, incisos II e III, da Lei Federal nº 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Murilo Andrade de Oliveira - UPR

D.O. PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS

QUINTA - FEIRA, 15 - ABRIL - 2021

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2021/CPL. A Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Santa Quitéria do Maranhão-MA, em cumprimento à ratificação provida pelo Sr. Joaquim dos Santos Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir: **Objeto:** Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de Material de Informática para a Câmara Municipal de Santa Quitéria do Maranhão-MA. **CONTRATADO:** ENRIAS DA R OLIVEIRA - ME. CNPJ: 33.719.171/0001-24. **VALOR:** R\$ 17.339,80 (dezenove mil e trezentos e trinta e nove reais e oitenta centavos). **Fundamento Legal:** Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018 e suas alterações posteriores. **Declaração de Dispensa de Licitação Nº 003/2021/CPL**, emitida pelo Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. Joaquim dos Santos Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Santa Quitéria do Maranhão-MA, 30 de março de 2021.

CONTRATO Nº 004/2021 SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO Dispensa de Licitação nº 003/2021 - CPL - Processo Administrativo 58041030/2021. **CONTRATANTE:** Câmara Municipal de Santa Quitéria do Maranhão-MA. **CONTRATADA:** ENRIAS DA R OLIVEIRA - ME. CNPJ: 33.719.171/0001-24. **Objeto:** Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de Material de Informática para a Câmara Municipal de Santa Quitéria do Maranhão-MA. **VALOR:** R\$ 17.339,80 (dezenove mil e trezentos e trinta e nove reais e oitenta centavos). **DOTAÇÃO:** 01 - Poder Legislativo; 01 - 01 - Câmara Municipal de Santa Quitéria; 01.01.01 - Câmara Municipal de Santa Quitéria; 01.031.0001.4082.0000 - Manut. e Funcionamento da Câmara Municipal 13.90.39.81. **Quatro Serviços de terceiro - Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA:** 12/12/2021. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93. **DATA DA ASSINATURA:** 30/03/2021. **SIGNATÁRIOS:** Sr. Joaquim dos Santos Carvalho, Presidente da Câmara Municipal e Sr. Enrias da Rocha Oliveira empresário da ENRIAS DA R OLIVEIRA - ME. Santa Quitéria do Maranhão-MA. 30 de março de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DOS MARTÍRIOS - MA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2021-PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021.001.2021. PARTES: Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios-MA e **COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E SERVIÇOS R. G. LTDA.** CNPJ: 26.157.840/0001-16. **OBJETO:** Contratação de empresa para fornecimento de material de expediente para atender as necessidades da CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DOS MARTÍRIOS - MA. **VIGÊNCIA:** 08/04/2021 a 08/04/2022. **VALOR GLOBAL:** R\$ 24.064,50 (Vinte e Quatro Mil e Seiscentos e Quarenta e Cinco Centavos). **Dotações Orçamentárias:** LINHA DE ORÇAMENTARIA: 01 - Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios. **Dotação Orçamentária:** 01.031.0001.2.085.0000 - Manutenção da Câmara Municipal - Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. **MODALIDADE:** Pregão Presencial, com FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 10.520/02 subsidiariamente Lei 8.666/93. **RECURSOS:** Próprios da Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios-MA. 12/04/2021. **JOÃO FREDSON ALVES DE CARVALHO** - Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios - MA.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2021-PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021.002.2021. PARTES: Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios-MA e **COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E SERVIÇOS R. G. LTDA.** CNPJ: 26.157.840/0001-16. **OBJETO:** Contratação de empresa para fornecimento de material de expediente para atender as necessidades da CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DOS MARTÍRIOS - MA. **VIGÊNCIA:** 12/04/2021 a 12/04/2022. **VALOR GLOBAL:** R\$ 43.397,85 (Quarenta e Três Mil e Trezentos e Noventa e Sete Reais e Cinqüenta Centavos). **Dotações Orçamentárias:** UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 - Câmara

Municipal de Vila Nova dos Martírios. **Dotação Orçamentária:** 01.031.0001.2.085.0000 - Manutenção da Câmara Municipal - Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. **MODALIDADE:** Pregão Presencial, com FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 10.520/02 subsidiariamente Lei 8.666/93. **RECURSOS:** Próprios da Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios-MA. 12/04/2021. **JOÃO FREDSON ALVES DE CARVALHO** - Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios - MA.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2021-PROCESSO Nº 12.143.442/0001-76 Câmara Municipal de Açailândia. **CONTRATANTE:** Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios-MA e **COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E SERVIÇOS R. G. LTDA.** CNPJ: 26.157.840/0001-16. **OBJETO:** Contratação de empresa para fornecimento de material de expediente para atender as necessidades da CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DOS MARTÍRIOS - MA. **VIGÊNCIA:** 12/04/2021 a 12/04/2022. **VALOR GLOBAL:** R\$ 14.440,30 (Quatorze Mil e Quatrocentos e Quarenta Reais e Trinta Centavos). **Dotações Orçamentárias:** UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 - Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios. **Dotação Orçamentária:** 01.031.0001.2.085.0000 - Manutenção da Câmara Municipal - Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. **MODALIDADE:** Pregão Presencial, com FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 10.520/02 subsidiariamente Lei 8.666/93. **RECURSOS:** Próprios da Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios-MA. 12/04/2021. **JOÃO FREDSON ALVES DE CARVALHO** - Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios - MA.

CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA - MA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2021-EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. INEXIGIBILIDADE Nº 002/2021-PROCESSO Nº 002/2021-CONTRATANTE: A CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA-MA, CNPJ: 12.143.442/0001-76. CONTRATADO: MORAES CONSULTORIA LTDA, CNPJ Nº 10.489.462/0001-78. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica, com comprovada experiência na área de Contabilidade Pública, para a prestação dos serviços de Contabilidade e execução Orçamentária/contábil, elaboração de justificativas, defesas e Recurso de processos administrativos junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão TCE. Consultoria financeira e gerencial, fomento e elaboração de sistemas informatizados na área de Contabilidade pública, com geração de relatórios para atender as necessidades da Câmara Municipal de Açailândia. **Valor Total:** R\$ 161.000,00 (cento e sessenta e uma mil e reais). **Prazo de vigência:** 10 meses. **DISPENSA:** Causado à conta da Dotação Orçamentária nº 01.031.0001.2.085.0000 - Manutenção Administrativa da Câmara Municipal. 3.3.90.18 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). **VIGÊNCIA:** A partir de 01 de março a 31 de dezembro de 2021. **FUNDAMENTO LEGAL:** A contratação se encontra fundamentada no Art. 25, II, do Art. 12, III da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Açailândia, 01 de março de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE HUMBERTO DE CAMPOS - MA

RESOLUÇÃO CONTRATO Nº 005/2021. PROC. ADM. Nº 005/2021-Dispensa de Licitação Nº 004/2021. PARTES: CONTRATANTE: Câmara Municipal de Humberto de Campos-MA, CNPJ 12.567.418/0001-04. **CONTRATADA:** SOLAR EMPREENDIMENTOS EIRELI CNPJ Nº 32.811.013/0001-72, com sede localizada no Rua do Chapéu, 17, Lote Residencial Canaã, Bairro Jardim São Cristóvão, São Luís-MA. **OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de material de consumo, tipo limpa vidros, esponjas e guilhotinas alimentícias, a fim de atender a demanda dos diversos setores da Câmara Municipal de Humberto de Campos-MA, em virtude do Processo Administrativo nº 009/2021 e da Dispensa de Licitação nº 004/2021. **VALOR GLOBAL:** R\$ 17.249,85 (dezenove mil, duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e cinco centavos). **VIGÊNCIA:** 16 de fevereiro de 2021, iniciando a partir da data de sua assinatura. **MODALIDADE:** Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

ESTADO DO MARANHÃO DIÁRIO OFICIAL

PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS

CASA CIVIL
Unidade de Gestão do Diário Oficial
Av. Senador Vitorino Freire, nº 1969 - Areinha - Fone: 3222-5624
CEP: 65.030-015 - São Luís - MA
E-mail: atendimento.diariooficial@gmail.com - Site: www.diariooficial.ma.gov.br
FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA **MARCELO TAVARES SILVA**
Governador Secretário-Chefe da Casa Civil
TEREZA RAQUEL BRITO BEZERRA FIALHO
Diretora-Geral do Diário Oficial

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário Oficial, observe atentamente as instruções abaixo:

- Edição dos textos enviados a Unidade de Gestão do Diário Oficial em CD ou Pen Drive;
- Medida da Página - 17cm de Largura e 25 cm de Altura;
- Editor de texto padrão: Word for Windows - Versão 6,0 ou Superior;
- Tipo da fonte: Times New Roman;
- Tamanho da letra: 9;
- Entretínhas automático;
- Excluir linhas em branco;
- Taboelas/quadros sem linhas de grade ou molduras;
- Gravar no CD ou Pen Drive sem compactar, sem vírus de computador;
- Havendo erro na publicação, o usuário poderá manifestar reclamação por escrito até 30 dias após a circulação do Diário Oficial;
- Se o erro for proveniente de falha de impressão, a matéria será republicada sem ônus para o cliente, em caso de erro proveniente do CD ou Pen Drive, o ônus da retificação ficará a cargo do cliente;
- As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas;
- Utilize tantos CDs ou Pen Drives quanto seu texto exigir;
- Entrega de originais, 48 horas antes da data solicitada para Publicação.

Informações pelo telefone (98) 3222-5624

TABELA DE PREÇOS

PUBLICAÇÕES	VALOR DO EXEMPLAR
Valor centímetro x coluna (1cm x 8,5cm)	
Terceiros..... R\$ 7,00	Exemplar do dia..... R\$ 0,80
Executivo..... R\$ 7,00	Após 30 dias de circ..... R\$ 1,20
	Por exerc. decorrido..... R\$ 1,50

- As assinaturas do D.O. poderão ser feitas diretamente na Unidade de Gestão do Diário Oficial ou solicitadas por telefone ou correio, e valem a partir de sua efetivação.
- Os suplementos, não estão incluídos nas assinaturas. O envio destes é opcional e está condicionado ao pagamento de 10% sobre o valor da assinatura.

DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA NOVA DOS MARTÍRIOS/MA
EXECUTIVO

Volume: 3 - Número: 592 de 15 de Março de 2024

DATA: 15/03/2024

APRESENTAÇÃO

É um veículo oficial de divulgação do Poder Executivo Municipal, cujo objetivo é atender ao princípio da Publicidade que tem como finalidade mostrar que o Poder Público deve agir com a maior transparência possível, para que a população tenha o conhecimento de todas as suas atuações e decisões.

ACERVO

Todas as edições do DOM encontram-se disponíveis na forma eletrônica no domínio <https://vilanovadosmartirios.ma.gov.br/diariooficial.php>, podendo ser consultadas e baixadas de forma gratuita por qualquer interessado, independente de cadastro prévio.

PERIODICIDADE

Todas as edições são geradas diariamente, com exceção aos sábados, domingos e feriados.

CONTATOS

Tel: 99984519822

E-mail: diariooficialvnm@vilanovadosmartirios.ma.gov.br

ENDEREÇO COMPLETO

Avenida Rio Branco, S/N, Centro Vila Nova dos Martírios.

RESPONSÁVEL

Prefeitura Municipal de Vila Nova dos Martírios



Assinado eletronicamente por:

Fernando de Sousa

CPF: ***.239.163-**

em 15/03/2024 17:00:13

IP com n°: 192.168.1.168

www.vilanovadosmartirios.ma.gov.br/diariooficial.php?id=623

ISSN 2965-4769



Reason: Diário Oficial: 592/2024 Issn 2965-4769, BR, ICP-Brasil/PF A1, (em branco), FERNANDO DE SOUSA:***.239.163-** [CDC41F882BC94901CE54A0EEA32]
Location: Prefeitura Municipal de Vila Nova dos Martírios - Avenida Rio Branco, S/N, Centro Vila Nova dos Martírios.
Date: 2024.03.15 17:00:07

SUMÁRIO

Fls. N°

255

CPL

EXTRATO

- ✦ CONTRATO: 001/2024- IN.001/2024 - EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA NOVA DOS MARTÍRIOS. EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO Nº 001/2024- IN.001 – PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2024.
- ✦ HOMOLOGAÇÃO: 002/2024 - PREFEITURA DE MUNICIPAL DE VILA NOVA MARTÍRIOS-MA EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO PÚBLICA - EXTRATO - CONTRATO:
001/2024- IN.001/2024**

EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA NOVA DOS MARTÍRIOS. EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO Nº 001/2024- IN.001 – Processo de Inexigibilidade nº 001/2024. PARTES: MUNICÍPIO DE VILA NOVA DOS MARTÍRIOS E A EMPRESA CUTRIM ADVOGADOS ASSOCIADOS. OBJETO: Contratação de Prestação de serviços de Contratação de assessoria jurídica na área contenciosa junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE, referente as prestações de contas do município de Vila Nova dos Martírios – MA. DATA DO CONTRATO: 15/03/2024 – VIGÊNCIA: 15/03/2025. VALOR: R\$ 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Órgão:10 – Prefeitura Municipal de Vila Nova dos Martírios – Unidade Orçamentária: 05 – Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Gestão Pública – Classificação Funcional: 04.121.0052.2009.0000 – Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Gestão Pública – Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Jorge Vieira dos Santos Filho – Prefeito Municipal. Vila Nova dos Martírios – MA, 15 de março de 2024.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO PÚBLICA - EXTRATO - HOMOLOGAÇÃO:
002/2024**

PREFEITURA DE MUNICIPAL DE VILA NOVA MARTÍRIOS-MA EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO. O Município de Vila Nova dos Martírios, através do seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes no Termo Homologatório da Licitação da modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2024, objetivando Registro de Preço para eventual e futura aquisição de material de higiene e limpeza para atender a Administração Municipal, e de acordo com o que dispõe o artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, RESOLVE HOMOLOGAR o presente processo licitatório aos licitantes: FORT CLEAN DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ Nº 22.525.037/0001-76 – itens: 20 - 24 - 25 - 26 - 34 - 35 - 36 - 37 - 38 - 39 - 52 - 53 e 58; EVANDERSON THIAGO MENDES MARAMALDO LTDA – CNPJ Nº 34.032.075/0001-76 – item: 31; LAGO COMERCIO E SERVICOS LTDA – CNPJ Nº 23.429.360/0001-15 – itens: 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 21 - 22 - 23 - 27 - 28 - 29 - 30 - 32 - 33 - 40 - 41 - 42 - 43 - 44 - 46 - 47 - 48 - 49 - 50 - 51 - 54 - 55 - 56 - 57 - 59 - 60 e 61; ARAGUAIA COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ Nº 05.955.105/0001-18 – item: 45. Vila Nova dos Martírios – MA, 15 de março de 2024. Jorge Vieira dos Santos Filho – Prefeito Municipal.

Fls. Nº 256

CPL

